



# Quando memória e história se entrelaçam

A trama dos espaços na Grande Tijuca

Organização

Alexandre Mello Santos, Márcia Pereira Leite e Nahyda Franca

Uma publicação

Ibase

Rio de Janeiro, junho de 2003

Q1 Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca / Organizadores Alexandre Mello Santos, Márcia Pereira Leite, Nahyda Franca. – Rio de Janeiro: IBASE, 2003. 96p.

ISBN 85-89447-01-4

1. Tijuca (Rio de Janeiro, RJ) – História. 2. Tijuca (Rio de Janeiro, RJ) – Descrições. 3. Conflito social. 4. Favelas – Rio de Janeiro (RJ). I. Santos, Alexandre Mello. II. Leite, Márcia Pereira. III. Franca, Nahyda.

CDD 981.53

## Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca

Uma publicação do Ibase  
Junho de 2003

### Realização

Projeto Centro de Memória da Grande Tijuca da Agenda Social Rio/Ibase e Uerj; Rede de Observadores Urbanos do Departamento de Geografia e Núcleo de Antropologia e Imagem do Departamento de Ciências Sociais

### Apoio

Novib

### Organização

Alexandre Mello Santos, Márcia Pereira Leite e Nahyda Franca

### Coordenação Geral

Moema Miranda

### Coordenação Editorial

Iracema Dantas

### Edição

AnaCris Bittencourt

### Revisão

Marcelo Bessa

### Produção Gráfica

Geni Macedo

### Capa

Imaginatto Design - foto de Guto Pina

### Fotos

Arquivos pessoais de Alexandre Mello Santos, Márcia Pereira Leite, Maurício França Fabião, Paulo Rubens da Fonseca e Arquivo Ibase.

As fotos antigas são da coleção Augusto Malta, cedidas pelo Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro.

### Mapas

Pág.7: Alexander Costa, Alexandre Mello Santos, Marta Foeppe (professores), Fernanda Amante e Laura Mendes (estagiárias) e Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geografia da Uerj | Pág.29: Gustavo Peres Lopes e Alexandre Mello Santos | Pág.51: Márcia Pereira Leite | Pág. 79: Maurício França Fabião/Guia de Ruas Quatro Rodas modificado por Giovana Vaz | Pág.89: Maria Anita F. Souto/Fundação Parques e Jardins da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro

### Projeto Gráfico

Mais Programação Visual

### Diagramação

Imaginatto Design

### Fotolitos

Rainer Rio

### Impressão

Gráfica Lidador

### Tiragem

1.000 exemplares  
Distribuição dirigida

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>4</b>
<b>I. Grande Tijuca, espaço de atuação da Agenda Social</b> .....	<b>9</b>
Alexandre Mello Santos	
Arena da ação local .....	11
Memória urbana .....	13
Os nomes no mapa .....	14
Água e os significados do espaço .....	17
Recortes do mesmo tecido urbano .....	21
Um espaço de ação local .....	26
<b>II. A construção social do Grajaú, um bairro carioca</b> .....	<b>31</b>
Márcia Pereira Leite	
Territórios e limites .....	32
Distâncias sociais e fronteiras simbólicas .....	34
Redes e identidades .....	37
Tematizando as favelas .....	39
História e memória do Grajaú .....	41
O Grajaú faz 80 anos? .....	43
Fronteiras fluidas e passagens .....	50
<b>III. A Vila de Isabel, Amélia e Drumond</b> .....	<b>53</b>
Márcia Vianna Gaspar	
Ordenando a desordem urbana .....	54
Um encanto à francesa .....	56
Fábricas, vilas operárias e favelas .....	59
<b>IV. De volta para o futuro: imagens e identidades no Andaraí</b> .....	<b>63</b>
Márcia Pereira Leite e Maurício França Fabião	
Bairro-operário .....	66
Bairro invisível .....	68
Entre bairro operário e aristocrático .....	72
<b>V. A praça Saens Peña através do tempo</b> .....	<b>81</b>
Elizabeth D. Cardoso, Lilian F. Vaz e Mario Aizen	
Transformações recentes .....	85
Perspectivas para o futuro .....	87
<b>VI. Bibliografia</b> .....	<b>90</b>
<b>VII. Agradecimentos</b> .....	<b>95</b>
<b>VIII. Sobre autores(as) e organizadores(as)</b> .....	<b>96</b>

# Apresentação

Este livro apresenta alguns resultados do projeto “História dos bairros e comunidades da Grande Tijuca”,<sup>1</sup> realizado como atividade de pesquisa e extensão na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela Rede de Observadores Urbanos (Deptº de Geografia) e pelo Núcleo de Antropologia e Imagem (Deptº de Ciências Sociais) e como parte do projeto “Centro de memória da Grande Tijuca”, desenvolvido pela Agenda Social Rio com apoio da Novib.

A Grande Tijuca compreende os bairros da Tijuca, Praça da Bandeira, Alto da Boa Vista, Grajaú, Andaraí, Vila Isabel e Maracanã, com 366.567 moradores e moradoras. Dessas pessoas, aproximadamente 13% vivem em suas 29 favelas. É também a área de atuação da Agenda Social Rio, que se constituiu, desde 1999, como um fórum de articulação entre moradores e moradoras de bairros e favelas, lideranças e organizações comunitárias, instituições públicas e privadas e organizações não-governamentais, com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.<sup>2</sup>

Com essa perspectiva, os pesquisadores envolvidos no projeto procuram reconstruir a história desses bairros e favelas, resgatando a memória coletiva de sua população e examinando diferentes momentos e modos de relação entre moradores e moradoras desses dois tipos de espaços urbanos, cuja convivência é cada vez mais problematizada na cidade do Rio de Janeiro. Ao fazê-lo, consideram as favelas como partes integrantes dos bairros.

---

1 O termo “comunidade” respeita a prática auto-identificatória mais utilizada por moradores(as) e lideranças de favelas que participam da Agenda Social Rio. Esses atores enfatizam conotações positivas associadas à idéia de “comunidade” em contraposição ao estigma vinculado à palavra “favela”. Para uma discussão desses usos, ver Agenda Social (1999) e Novaes (2000).

2 Para as razões da escolha da Grande Tijuca como espaço de atuação e para o relato e a análise da experiência da Agenda Social Rio, consultar Lânes (2001).

Na Grande Tijuca, esses dois tipos de assentamentos humanos se desenvolveram ao mesmo tempo, em contigüidade espacial, certamente atendendo a uma mesma lógica que comandava tanto a organização de seus *meio ambientes* como as ações de seus atores sociais nesse e em outros campos. Buscando apreender essa lógica, os pesquisadores analisam o movimento de valorização desigual desses espaços, recuperando historicamente a transformação diferencial da natureza e do solo urbano, bem como examinando sua ocupação social e a tematização de seus espaços e de suas fronteiras e passagens por diferentes atores e redes sociais.

Seu interesse também se volta para os processos de construção social das representações associadas a bairros e favelas, das identidades sociais e dos sentimentos de pertencimento a eles vinculados. Nesse percurso, muitas vezes os pesquisadores deparam-se com diferentes propostas (no passado, no presente, mas também como virtualidades para o futuro) de reconstrução desses espaços.

Apresentamos, agora, os primeiros frutos dessa pesquisa. Tivemos a alegria de poder contar com a colaboração enriquecedora de pesquisadores(as) interessados(as) na história dos bairros cariocas, ampliando, assim, o interesse e o escopo desta publicação. Na organização deste livro, privilegiamos a história de alguns dos bairros da região em tela (Andaraí, Grajaú e Vila Isabel) e de espaços/recortes que os englobam (Grande Tijuca/sub-bacia contribuinte ao Canal do Mangue) ou sintetizam (a praça Saens Peña). Operando com diferentes recortes territoriais, temporais e temáticos, os textos aqui reunidos examinam, de ângulos diversos, aspectos significativos da história e da memória de bairros e favelas da Grande Tijuca.

O texto de Alexandre Santos, que abre nosso volume, examina o uso da categoria espaço pela Agenda Social Rio, enfocando, de um lado, o espaço de atuação da Agenda e, de outro, a Agenda como espaço de atuação ou palco de ações. Desse ângulo, discute diversas possibilidades de construção do espaço da Grande Tijuca. Para isso, analisa representações sociais e cartográficas do mesmo, o papel da memória na explicação dos significados da toponímia consagrada nos mapas e na produção de novos sentidos associados ao espaço e aos lugares em que a Agenda Social Rio vem atuando. Por último, considera a relevância do lugar na constituição de uma rede que, sobreposta de forma complementar ao espaço de atuação, pode auxiliar na condução da ação local.

Márcia Leite analisa a história do Grajaú, apresentando diferentes versões sobre a origem, a data e o local de sua fundação, bem como sobre os atores sociais envolvidos e os limites de seu território. Demonstra como essas versões se articulam à percepção das fronteiras do bairro, que podem ser mais largas ou mais estreitas do que as definições oficiais, incorporando ou excluindo as áreas proletarizadas e as favelas da região. Em sua conclusão, discute como o sentido do passado, enfeixado na memória coletiva de moradores e moradoras e/ou disputado no presente pelo confronto entre as versões de sua história, tanto pode alimentar a recriação das distâncias sociais e culturais entre bairros e favelas, como favorecer o desenvolvimento de mediações entre esses dois espaços e seus(suas) moradores(as).

O olhar de Márcia Gaspar se dirige a Vila Isabel, bairro idealizado, projetado e construído no último quartel do século XIX, quando a cidade do Rio de Janeiro se defrontava com sérios problemas de saúde pública. Acompanhando sua construção e seu desenvolvimento, bem de acordo com as recomendações de higienistas e urbanistas de então, a autora nos relata de que maneira se produziu a representação social de Vila Isabel como um bairro elegante e requintado, cuja imagem se descolou das fábricas e vilas operárias construídas em suas fronteiras. Concluindo, a autora sustenta que a representação do bairro envolve, já no século XX, a valorização de uma sociabilidade articulada a partir do samba e da boemia, por sobre as diferenças sociais entre seus(as) moradores(as).

No texto seguinte, Márcia Leite e Maurício Fabião acompanham a história do Andaraí, do arrabalde do Andaraí Grande à configuração do atual bairro. Examinam seu processo de urbanização, a reorganização de seu território com perda de parte significativa de sua área para Tijuca, Grajaú e Vila Isabel, bem como sua desvalorização simbólica e sua transformação em um “bairro invisível”. Analisam, ainda, as tentativas de moradores e moradoras (tanto das ruas como das favelas) de alterar as representações negativas associadas ao Andaraí, ora aproximando-o da imagem de “bairro aristocrático”, ora buscando recriar sua dignidade de antigo “bairro operário”, explorando alguns de seus efeitos em termos das fronteiras do/no bairro.

Fechando o livro, Elizabeth Cardoso, Lílian Vaz e Mario Aizen revisitam, com sensibilidade, a praça Saens Peña, recriando o clima de uma época em que a praça – espaço de lazer e sociabilidade e também um dos principais subcentros de comércio e serviços da cidade – era considerada o “coração da Tijuca”, polarizando toda a região e propiciando a identificação dos(as) moradores(as) com o bairro. Discutem, ainda, a perda dessa centralidade e a diluição dessa identidade, entrelaçando a análise das transformações do espaço urbano (inauguração do metrô, alteração do traçado da praça, redirecionamento do tráfego) com a dos processos sociais em curso na cidade (aumento da violência, decadência das lojas e cinemas de rua, mudanças na sociabilidade). Por fim, valorizando a preservação da imagem e da memória da Tijuca, instigam-nos a discutir a possibilidade de revitalização da praça.

Não temos dúvidas da importância social dos aspectos da história e da memória coletiva dos bairros e favelas da Grande Tijuca aqui resgatados. Ao disponibilizarmos diferentes visões sobre esses espaços – bem como sobre os limites e as possibilidades de neles/entre eles produzir uma nova sociabilidade ou, ainda, de recriar suas fronteiras e passagens –, esperamos contribuir para um maior conhecimento desses espaços e também para o planejamento e a execução de políticas públicas que contemplem as necessidades e os interesses da população local.

Esperamos que esta publicação – que se insere em um conjunto de outras iniciativas que, nos últimos anos, vêm buscando recuperar e valorizar a história e a memória de diversas favelas cariocas, em um amplo e bem-vindo esforço para focar positivamente a alteridade<sup>3</sup> – também ofereça aos morado-

res e às moradoras da cidade elementos de análise e reflexão, estimulando-os ao diálogo sobre como fazer do Rio de Janeiro uma cidade menos violenta, menos injusta e menos desigual.

Alexandre Mello Santos

Márcia Pereira Leite

Nahyda Franca

GRANDE TIJUCA



Fonte: Base Cadastral da cidade do Rio de Janeiro/1:10.000/1999 e Sistema de Assentamento de Baixa Renda (Sabre)/1:10.000/2000.

Para uma informação mais completa, checar neste volume, na página 29, o outro mapa da Grande Tijuca.

3 Neste campo, destacamos, entre outras, as atividades do projeto Condutores de Memória do Borel e do Andaraí, desenvolvido pela Agenda Social Rio e Gestão Comunitária; do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm); da ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha; do Casarão dos Prazeres; e dos centros de memória da Mangueira e da Rocinha. Recentemente, foi lançada a página [www.favelatемemoria.com.br](http://www.favelatемemoria.com.br) e anunciado, pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o projeto Museu Aberto do Morro da Providência. Diversas publicações, desde o pioneiro livro coletivo *Varal de lembranças: histórias da Rocinha*, também vêm buscando registrar aspectos da história e da memória das favelas cariocas, por exemplo: *Coração do morro: histórias da Mangueira*; *Maré: vida na favela*; *Salgueiro, 50 anos de glória* e *Jongo da Serrinha*. Para as referências completas, consultar a bibliografia.



Avenida Maracanã em abril de 1930. Ao centro, ponte sobre o Rio Maracanã e bondes  
Acervo AGERJ





# Grande Tijuca, espaço de atuação da Agenda Social

Alexandre Mello Santos

O espaço que a Agenda Social Rio denominou de Grande Tijuca corresponde a um conjunto de bairros, também conhecido como Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Antes do início da transformação intensiva de sua natureza em cidade, que se dá com a chegada da Família Real em 1808, era parte do sertão carioca<sup>1</sup> e passagem para alcançar as estradas que levavam ao interior do país colonial, o sertão brasileiro. Essas terras, localizadas a oeste do atual centro da cidade, a zona urbana daqueles tempos, eram um espaço rural com acesso dificultado pela existência de uma “fronteira natural”, o Saco de São Diogo e seus manguezais.

A transposição dessa “fronteira” ficou facilitada com a abertura de uma “passagem”,<sup>2</sup> após obras de drenagem e saneamento no começo do século XX, dando início ao desenvolvimento da configuração espacial urbana, que atualmente constitui os bairros Praça da Bandeira, Maracanã, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú, Tijuca e Alto da Boa Vista.

A simultaneidade de sua urbanização tem permitido a todas as pessoas que já moraram ou ainda moram lá percepções e vivências semelhantes. São memórias compartilhadas de paisagens urbanas (a percepção da dualidade bairro-favela na encosta e bairro-asfalto na baixada)<sup>3</sup> e a vivência de problemas urbanos comuns (as conseqüências de chuvas intensas como enchentes, enxurradas e desmoronamentos), despertando também um sentimento de pertencimento, a partir dessas percepções e vivências, ao espaço Grande Tijuca.

---

1 Sertão carioca foi primeiramente usado por Corrêa (1936), para contrastar a natureza selvagem, hoje a Zona Oeste, com a cidade da época.

2 O uso do termo fronteira contrapondo-se ao de passagem foi utilizado por Leite (2001 b) para discutir a percepção simbólica e oficial das delimitações do bairro Grajaú por seus(suas) moradores(as) e de bairros adjacentes.

3 O uso das categorias bairro-favela e bairro-asfalto se faz necessário para evidenciar que o bairro é integrado tanto pela favela como pelo asfalto.

A possibilidade de utilizar esse sentimento de pertencimento ao conjunto de bairros, Grande Tijuca, para os propósitos da Agenda, está na origem de sua estratégia de atuação. Desde o início, a Agenda vem aprimorando um método de ação que faz uso das categorias espaço e memória. Ambas estão articuladas no seu *modus operandi* de maneira a estimular sentimentos de identidade e pertencimento nos(as) moradores(as) participantes. Esse estímulo se direciona, ao mesmo tempo, a lugares da Grande Tijuca e ao seu espaço como um todo. Fundamenta a existência de um recorte espacial que resulta da presença e da articulação de atores que falam por seus lugares ou por todo o espaço.

Ao mesmo tempo, utiliza o espaço com outro significado, o de arena ou fórum, onde são traçadas estratégias de ação local como formação política de “lideranças” comunitárias, educação ambiental, mobilização social por meio de fóruns de discussão política e cultural, reuniões para trocas de experiências e oficinas com atividades voltadas para o resgate da memória, entre muitas outras.

A Agenda Social Rio, ao se apresentar aos atores sociais na Grande Tijuca no ano de 1997, já reconhecia a centralidade do bairro Tijuca em relação aos demais, assim como as especificidades que dão identidade a cada um deles. Identidades partidas entre bairros e internamente, entre suas favelas e o *asfalto*. Essa área corresponde a uma fração territorial do município do Rio de Janeiro, a Zona Norte, que integra, junto com a Zona Sul, a Zona Central e a área periférica central, o núcleo da região metropolitana do Rio de Janeiro.<sup>4</sup> A Zona Norte, por sua vez, abrange as 8ª e 9ª Regiões Administrativas, atualmente integrantes da Subprefeitura da Tijuca e Adjacências.

Mas por que essa fração territorial e não outra? Certamente, dessa resposta fazem parte tanto as similaridades como as particularidades existentes entre o todo (as grandes cidades dos países periféricos) e a parte, os seus espaços onde a valorização diferencial põe, lado a lado, meios mais e menos equipados e seguros, nos quais vivem, em proximidade geográfica, populações muito diferentes social, econômica e culturalmente. São espaços onde a sociabilidade entre seus atores oscila da cooperação ao conflito e vice-versa. Seja no todo ou na parte, é possível encontrar o objeto de trabalho da Agenda: a distância social e a distância “geográfica” entre *asfalto* e favela.

A distância entre *asfalto* e favela guarda uma similaridade com a estrutura fragmentada das metrópoles dos países periféricos, onde favelas, barriadas, vilas-miséria, entre outras denominações nacionais, tipificam espaços semelhantes quanto à infra-estrutura precária do meio e as condições de acesso difícil de seus(suas) moradores(as) a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A particularidade é alcançada quando se *historiciza* e se *espacializa* o fenômeno e seus processos.<sup>5</sup>

---

4 Segundo classificação de Abreu (1987: 25).

5 Moraes (2000: 20).

No caso da Grande Tijuca, os seus condicionalismos locais resultam em uma mediação espacial<sup>6</sup> que explica parcialmente a existência e a permanência de bairros-favela em posição similar em todos os bairros. Isto é, fazem limite com as últimas ruas do bairro-asfalto, ocupando parte da área *non aedificantē*<sup>7</sup> que se inicia na cota topográfica de 100 metros e parte da área abaixo da cota de 100 metros. A análise de cada favela nos coloca no limite do estudo da unicidade de cada localidade, o lugar singular derivado também de processos únicos.

## Arena da ação local

Toda guerra se faz no espaço, e muitas delas, por espaço.<sup>8</sup> Sejam as guerras entre ou intranações, que mobilizam exércitos, como também as pequenas guerras locais que a sociedade civil organizada faz para combater o acesso desigual aos recursos e aos direitos, sem exército militar, mas de cidadãos solidários, mobilizados em torno de questões locais.

Uma preparação fundamental para participar de qualquer guerra ou de qualquer ação é a estratégia. Ela nos ensina que, para ter uma probabilidade de sucesso elevado no que se pretende executar, deve fazer parte do seu desenvolvimento a definição dos espaços que serão o palco do planejamento e acompanhamento e o palco da ação ou intervenção.

Os atores sociais atuando no palco do planejamento têm como tarefa estratégica prioritária utilizar uma representação cartográfica que contenha o espaço em foco para isolá-lo do espaço restante, o seu entorno, por uma fronteira, uma divisa ou um limite, que são desenhados para permitir a definição do palco das ações ou do teatro das operações. Para se proceder assim, é necessário estar atento tanto às diferenças como às similaridades, entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações existentes no espaço todo e naquele que se está individualizando e particularizando. Definido o recorte espacial, um segundo momento desse processo de individualização e particularização pode acontecer algumas vezes ao longo de toda a ação, repetindo o que foi feito antes, dessa vez para subdividir a área individualizada em espaços menores.

6 A mediação das condições espaciais se restringe a uma influência do espaço sobre os fenômenos ou processos sociais no que diz respeito a suas localizações e alocações. Não significa que tal dimensão possa determiná-los, mas atuar como limites ou estímulos para certas atividades humanas, segundo Moraes (2000: 27).

7 Diversos diplomas legais restringem o uso do solo nas encostas do Maciço da Tijuca. Na escala federal: Decreto nº 750 de 10/02/93; Resolução nº 2 do Ibama; artigo nº 225 da Constituição Federal, que protege a Mata Atlântica; e Decreto Iphan, que tomba o Parque Nacional da Tijuca e florestas de proteção acima das cotas 80 e 100 metros. Na escala estadual, o artigo nº 270, que impede a redução das coberturas florestais nativas existentes no estado. Na escala municipal, os artigos nº 463 e nº 471 da Lei Orgânica, que garantem a conservação das florestas, assim como toda a cobertura vegetal das encostas sujeitas à erosão e aos deslizamentos.

8 O geógrafo Yves Lacoste (1977) analisou o uso da disciplina em ações com propósitos de expansão e dominação territorial em um ensaio intitulado "A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra".

Na área em tela, o espaço é a Grande Tijuca. Os subespaços, bairro-favela e bairro-asfalto, são particularidades que a diferencia de outras áreas semelhantes dos países periféricos. Ao tomarmos individualmente cada favela ou cada porção de cidade formal (*asfalto*), alcançamos o âmbito dos espaços singulares. Esses espaços, por sua vez, podem ser ainda mais singulares, uma vez que consideremos uma escala de observação de maior detalhamento, que nos permita identificar diferenças internas em cada espaço-favela ou em cada espaço-asfalto, pois ambos não são unidades espaciais homogêneas.

Em termos operacionais, vale ressaltar que aos dois tipos de “subespaços” mencionados podem ser associados nomes que se apresentam como necessários para o sucesso das ações pretendidas. Exemplos podem ser: o subespaço composto por conjunto de lugares das favelas dominadas pelo tráfego; o subespaço composto por áreas de risco geomorfológico; o subespaço composto por áreas que experimentaram ações da Agenda. São conjuntos de lugares passíveis de serem agrupados, porque neles as vivências de seus(suas) moradores(as) se assemelham, conformando um espaço descontínuo e temático, mas reagrupado para as finalidades da ação.

Para conhecer o espaço da ação local, é necessário realizar dois movimentos de espacialização em sentidos opostos. O primeiro desconstrói os territórios<sup>9</sup> como espaços de exercício do poder, de um domínio político, pelo conhecimento dos seus sistemas de ações e objetos. O segundo constrói os territórios a partir das relações simbólicas desenvolvidas por qualquer ator social com algum âmbito espacial.

Desconstruir é conhecer os diversos tipos de territórios criados para a gestão estatal, que se inscrevem nesse espaço. Conhecê-los é saber sobre a espacialidade da vida social decorrente tanto do sistema de ações, no que concerne à regulação do uso do espaço, como do sistema de objetos, no que concerne à valorização do espaço. Construir é reagrupar a informação, definindo territórios que derivam de delimitações simbólicas, fundamentadas em percepções presentes no imaginário dos integrantes do coletivo, dos(as) moradores(as) e nas interpretações acadêmicas. As escalas territoriais referidas, sobre a qual se constrói o “território” de atuação local, são a nacional, a estadual e a municipal. Nas três, há espacializações de interesse para a ação local. No caso da Grande Tijuca, são exemplos: na escala nacional, a área do Parque Nacional da Tijuca; na escala estadual, a bacia hidrográfica do Canal do Mangue e o Parque do Grajaú; e, na escala municipal, as áreas de gestão dos serviços públicos, a área de planejamento, a subprefeitura, a região administrativa e o bairro.

A estratégia também diz que é preciso ter um bom “exército” para não comprometer o resultado da ação e que cada “soldado” deve saber pelo que e para que luta. A ação local, entendida como “ação coletiva de base” – ou de bairro, como vem sendo conduzida pela Agenda Social –, tem tido, como método, “reconhecer um ator político”<sup>10</sup> local e, depois, “ajudá-lo a se auto-expressar”.<sup>11</sup>

9 Há a necessidade de trabalhar com duas conceituações de território. Uma é utilizada no campo geográfico, na qual o território se define pelo exercício do poder sobre um dado espaço, e a outra é utilizada no campo das ciências sociais, na qual os territórios são redefinidos a partir das relações sociais e simbólicas ali desenvolvidas.

10 Essa formulação foi originalmente defendida por Luiz Antonio Machado da Silva em uma comunicação oral ao autor em 2002.

11 Idem nota 10.

O empoderamento que se realiza principalmente pela via da formação política carece ainda de uma formação técnica que capacite esse ator político para um diálogo qualificado com os demais atores sociais visando ampliar a sua participação na democratização do acesso à cidade.<sup>12</sup> A participação nesse processo será verdadeiramente uma ação local quando deixar de ser uma participação passiva – em resposta às vontades dos governos em reurbanizar assentamentos de favela – e passar a ser uma participação ativa, que represente as vontades dos(as) moradores(as) em reurbanizar seu espaço de vivência.

Moradores e moradoras participantes da Agenda, especialmente os de favela, podem ser capacitados para projetar seu espaço de vivência e projetos de desenvolvimento local, com ferramentas semelhantes ao do poder público, a fim de que possam falar o que desejam para seus espaços, em vez de usarem interlocutores.

## Memória urbana

Espaço e memória têm uma similaridade conceitual imprescindível de ser considerada no contexto da constituição da Grande Tijuca, como o espaço da Agenda Social Rio. São duas categorias, ambas dimensões da sociedade, que se apresentam de duas formas, uma concreta e outra abstrata. Abstrata para a memória, individual ou coletiva, é o fato de ser introspectiva ou interior; para o espaço, é o de ter localização variável, não delimitável e relacional. Concreta é aquela memória “objetiva, coletiva ou social que se encontra gravada nos monumentos e nos documentos”.<sup>13</sup> Por sua vez, o espaço se concretiza nas formas urbanas – traçados urbanos e sistemas de objetos – atuais e antigas (as “rugosidades”<sup>14</sup>), assim como na sucessão de delimitações territoriais criadas para sua gestão.<sup>15</sup>

A primeira impressão que se pode ter da memória da cidade no espaço nos é permitida pelo patrimônio arquitetônico, urbanístico e natural, objetos fixos, que permanecem como rugosidades de tempos passados.

Na Grande Tijuca, um primeiro conjunto de objetos é o daqueles que permanecem mantendo as formas e funções para os quais foram concebidos, “rugosidades fortes”, como os colégios, os prédios públicos e as unidades de conservação ambiental que são parte da paisagem urbana dos bairros que a integram. Um segundo conjunto de objetos é o daqueles que permanecem mantendo parcialmente a forma e integralmente a função da época em que foram concebidos, “rugosidades brandas”, como as praças, a malha viária e as favelas. As favelas são um bom exemplo de reafeiçoamento,<sup>16</sup> pois desempenham, desde seus primeiros tempos, a mesma função

12 Idem nota 10.

13 Chaui (2001: 126).

14 A noção de rugosidade é discutida em Santos (1978: 136-140).

15 Moraes (1995: 206) apresenta a idéia de que uma história do território é alcançada pela análise das sucessivas repartições político-administrativas.

16 Termo utilizado na geografia física para mudanças das formas do relevo. Aqui, é aplicado com o mesmo sentido de mudança, mas, neste caso, referindo-se às formas urbanas.

urbana, um assentamento para as classes populares com um mínimo de investimento público e que, periodicamente, sofrem modificações, como as últimas implementadas pelo programa municipal Favela-Bairro. Um terceiro e último conjunto de objetos fixos é o daqueles que modificam a forma e a função para que foram concebidos, “rugosidades fracas”. São refuncionalizados<sup>17</sup> e reafeiçoados, permanecendo como remanescentes de sistemas de objetos anteriormente dispostos no espaço, segundo uma lógica de organização que não perdurou. Exemplos na área em foco são prédios de antigas fábricas transformados em grandes mercados e as de salas de cinema que se tornaram igrejas e lojas.

No entanto, a memória não se esgota somente no que se vê. O que se lê sobre esse espaço e o que se ouve dos diferentes atores que falam dos seus lugares e pelos seus lugares é muito relevante, pois constitui um conjunto de percepções e representações que ilumina a compreensão da espacialidade da vida social, como um elemento fundamental para conhecer a estruturação desses espaços e a sua valorização diferencial.

## Os nomes no mapa

No mapa que a Agenda vem definindo para delimitar a sua área de atuação, como em qualquer representação cartográfica, é necessário associar nomes aos elementos do espaço. A toponímia que a Agenda tem utilizado, para designar esse espaço, é Grande Tijuca e, para nomear seus dois subespaços, favela e *asfalto*.

Grande Tijuca tem, no significado de cada um dos nomes, um simbolismo originado em conjunturas históricas diferentes, uma contemporânea, na qual o termo *grande* foi utilizado, e outra, anterior à colonização, da qual foi herdado o nome *Tijuca*.

Tijuca é uma descrição da paisagem física, uma descrição que nos remete à natureza primitiva. Os indígenas cunharam o termo “ti’yug”<sup>18</sup> para descrever áreas com acumulação superficial de “líquido podre, lama”. Uma vez que seu território estava estabelecido em espaços do litoral, onde as condições de drenagem permitiam a acumulação das águas de chuvas em brejos, pântanos, lagoas e lagunas, houve a necessidade de criar um termo cujo significado descrevesse essas características ubíquas da planície costeira brasileira.

Os colonizadores, talvez por terem se estabelecido de forma mais permanente e intensiva em uma área com essas características hidrográficas, hoje município do Rio de Janeiro, acabaram por utilizar uma corruptela daquele nome, Tijuca, para designar lugares onde a paisagem era dominada por “charcos, pântanos, atoleiros, lama

17 Termo utilizado em geografia urbana para atribuir nova função a uma forma urbana originalmente criada para desempenhar outra função.

18 Todas as palavras entre aspas utilizadas na explicação do significado de Tijuca foram retiradas de Ferreira (1989: 1376).

e lodo”. Tijuca é um nome presente na representação cartográfica desde os primeiros mapas e associada a diversos lugares do município onde havia uma primeira natureza com água em abundância.

Atualmente, nomeia: duas unidades geomorfológicas, Maciço da Tijuca e Lagoa da Tijuca; uma unidade de conservação e uma subdivisão interna a essa – Parque Nacional da Tijuca e Floresta da Tijuca; quatro unidades político-administrativas, sendo duas Regiões Administrativas – 24ª/Barra da Tijuca e 7ª/Tijuca – e os bairros respectivamente nelas contidos, Barra da Tijuca e Tijuca, além de duas favelas, Tijucaçu e Tijuquinha. É interessante ressaltar que o significado original de Tijuca é recuperado a cada episódio de chuva intensa que afeta todos os bairros da Grande Tijuca, por meio das enxurradas, enchentes e alagamentos, fenômenos naturais que faziam parte da paisagem pretérita, natural, anterior à urbana, e que foram intensificados com o processo de urbanização.

O termo *grande* encontra-se associado ao espaço desde que as cidades se tornaram palco dos fenômenos de metropolização e conurbação. No Rio de Janeiro, a expressão “Grande Rio” se difundiu principalmente depois da inauguração da ponte Rio-Niterói, em 1974, ano em que foi institucionalizada no Brasil, como unidade de gestão territorial, a região metropolitana. O seu uso pode causar alguma confusão, uma vez que está associado a duas formas de gestão territorial. Nomeia não só a unidade de gestão centralizada, que agrega os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, chamada de Grande Rio, mas também a unidade de gestão descentralizada, que agrega regiões administrativas do município do Rio de Janeiro, como a do Grande Méier. Foi anteriormente associada aos nomes Flamengo e Tijuca. Dessa forma, ora incentiva a gestão consorciada de territórios municipais, pela integração das ações que transcendem a escala local, ora incentiva a gestão de partes do território municipal, pela ação mais independente de conjuntos de bairros, dando relevância à escala “sublocal”.

Um outro aspecto do uso do termo *grande* associado à Tijuca diz respeito à reprodução, na escala intramunicipal, dos critérios para a delimitação de uma área central e de uma área de influência, usada para a definição da região metropolitana na escala regional. No caso da região metropolitana do Rio de Janeiro,<sup>19</sup> o núcleo é integrado pelo centro histórico da cidade, parte da Zona Sul e parte da Zona Norte, além do centro de Niterói. A partir daí, sucedem-se diversas zonas concêntricas, chamadas de periferia (imediate, intermediária e distante), que englobam áreas de municípios sob a influência do núcleo. A Grande Tijuca faz parte do núcleo da região metropolitana e tem, no bairro da Tijuca, a sua área central, justificando, assim, o seu uso em seguida ao termo *grande*. A centralidade do bairro Tijuca tem suas origens antes da transposição da “fronteira” do Saco de São Diogo, nos primeiros anos do século XX.

Naquela época, só era possível alcançá-la mais facilmente por um caminho que foi traçado de forma a evitar as áreas inundáveis, brejos e pântanos.<sup>20</sup> Chamado de estrada do Andaraí Pequeno, atualmente rua Conde de Bonfim, teve sua localização determinada pela facilidade em aproveitar o

19 Segundo modelo de Abreu (1987: 25).

20 Outros caminhos levavam à Tijuca, mas não pela praça Saens Peña: o caminho de Mata-Cavalos, que se articulava com o caminho de Mata-Porcos (GERSON, 2000: 332) e os caminhos do Aterrado e de São Lourenço (GERSON, 2000: 173).

caminho aberto para ser o leito de um antigo aqueduto, próximo à ruptura de declive entre as encostas do Maciço da Tijuca e a baixada, e direcionava-se para onde é, hoje, a praça Saens Peña.<sup>21</sup>

Na primeira metade do século XX, há uma grande expansão espacial de todos os bairros em tela, e a Tijuca torna-se um subcentro – “a Tijuca se estabelece como um subcentro entre as décadas de 40 e 50”<sup>22</sup> –, concentrando, nas imediações da praça Saens Peña, uma maior diversidade de tipos de comércio e serviços que atraíam não somente os(as) moradores(as) do bairro, mas também os(as) daqueles que, hoje, integram a área que a Agenda chama de Grande Tijuca. O adensamento do uso do solo e a verticalização das construções, verificados no *asfalto* depois de meados do século XX, são os dois processos que garantem o aumento de sua população, em paralelo ao também continuado crescimento do comércio e dos serviços, reafirmando a centralidade da Tijuca. Desde meados da década de 1990, diversos autores têm questionado, com base em dados censitários, a manutenção dessa centralidade.

Favela<sup>23</sup> e *morro* são sinônimos em quase todo o município do Rio de Janeiro. Na Grande Tijuca, esse fato foi confirmado com a remoção da favela do Esqueleto, única em área plana em meio ao *asfalto*, no ano de 1965. Desde então, só há favelas nas encostas, ou seja, toda a favela está no *morro*. No lugar da única favela de baixada da área, foi construída a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), reafirmando que solo com valor de uso elevado não pode ser espaço com conteúdo de favela, e sim de algo mais “nobre”. Dessa forma, as demais favelas reafirmam sua permanência como espaços construídos nas encostas, os *morros*. Neles habita predominantemente população em desvantagem social, que vem utilizando, em substituição à infra-estrutura inexistente nas cabeceiras de drenagem onde se localiza, a natureza para os serviços e produtos ambientais, até o início dos programas de urbanização de assentamentos populares. Também está associado à favela o significado de risco, pois, durante o século XX, foram inúmeros os eventos de catástrofes ambientais ocasionadas por chuvas intensas, com perdas de vidas e de patrimônio, uma experiência singular dos(as) moradores(as) desses espaços.

*Asfalto* é um termo que a ação da Agenda associou a todos os espaços que não são favelas. Seu conteúdo social e de objetos técnicos diferem em muito daquele da favela. Porém, guarda uma similaridade com a favela quanto à exposição aos riscos ambientais, que decorre tanto das chuvas como do uso não apropriado de objetos técnicos.

21 A praça Saens Peña é tida como o “coração” da Tijuca tanto por Abreu (1987) como por Cardoso e Araújo (1991: 226). Ambos utilizaram o nome “coração” que Brasil Gerson cunhou, em 1955, para salientar a centralidade da praça, que já se manifestava há algum tempo. Todos destacam o fato de ter uma localização para onde convergiam as primeiras vias de circulação.

22 Abreu (1987: 99).

23 O termo favela foi amplamente discutido na bibliografia. E, para isso, remete-se ao texto de Valladares (2000). No âmbito da Agenda Social, discutiu-se a utilização do termo comunidade (AGENDA SOCIAL, 1999: 21), “declarando que nenhum tem sentido pejorativo ou discriminatório”.



# Água e os significados do espaço

Os três rios principais dessa área (Trapicheiro, Joana e Maracanã) integravam uma sub-bacia contribuinte ao Saco de São Diogo, que também recebia contribuição de outra sub-bacia, a dos rios com nascentes nas localidades que, hoje, correspondem aos bairros da Praça Onze, Santa Teresa e São Cristóvão. O término das obras de drenagem e saneamento que transformaram o Saco de São Diogo em Canal do Mangue facilitou o escoamento das águas que aí se acumulavam. Esses trabalhos de organização da drenagem dos baixos cursos fluviais definiram as duas sub-bacias contribuintes ao Canal do Mangue – a sub-bacia da Grande Tijuca e a sub-bacia da Cidade Nova –, facilitando o avanço da cidade ao espaço que viria ser a Grande Tijuca.

Há significados associados aos bairros que foram construídos a partir da experiência dos(as) moradores(as) com água, como valor do espaço, que se manifesta interferindo na espacialidade da vida social, ora como recurso, ora como risco. Trata-se de uma mediação espacial<sup>24</sup> trazida pela configuração natural, original da área. As características da natureza que definem essa mediação podem ser assim descritas: grande anfiteatro nas encostas do Maciço da Tijuca, dividido em pequenos outos, as cabeceiras de drenagem, todos formas de relevo concentradoras de água das chuvas, que armazenam pouca água em seus solos rasos e, por isso, escoam de forma torrencial em resposta às chuvas intensas para as áreas planas adjacentes repletas de alagadiços, brejos, pântanos e mangues na foz dos rios. Todos os bairros têm essas características originais justificando ora o seu nome, ora o seu significado, associados à hidrologia dos seus lugares, que estão englobados na sub-bacia da Grande Tijuca, contribuinte ao Canal do Mangue.

A interpretação da toponímia associada nos mapas a alguns bairros formalizados nesse espaço tem significados relacionados com um de seus elementos, a água. Os nomes dos bairros Tijuca e Andaraí,<sup>25</sup> herdados dos indígenas, estão há muito tempo vinculados à percepção de que havia lugares em que a natureza natural (primeira natureza) mostrava paisagens onde a água era um elemento abundante. Outros dois bairros, Maracanã e Grajaú, que são da mesma forma nomes de origem tupi, têm significações que permitem uma interpretação similar, porque também podem ser associados ao significado hídrico do lugar. Maracanã é a denominação de uma ave que se reúne em bandos em áreas descampadas planas e com abundância de água, paisagem natural que existia no baixo curso dos rios Joana e Maracanã, um amplo descampado com alagamentos, que, após o aterro, foi utilizado como prado para corridas de cavalos e para a construção do estádio de futebol de mesmo nome. Grajaú também está associado à forma do relevo, um anfiteatro de concavidade acentuada, típica morfologia do alto curso e das cabeceiras de drenagem dos rios do Maciço da Tijuca, que concentram águas das chuvas, direcionando o escoamento superficial

24 Citado na nota 6.

25 O nome Andaraí tem origem indígena. É uma alteração de *andráy* e corruptela de *andirá-y*, significando “rio dos morcegos”, por referir-se ao grande número desses animais encontrados em seu vale. São inúmeros os relatos de navegação e pesca, mesmo depois de ter sido canalizado em 1809 para “reforço do abastecimento da água à cidade” (SILVA, 1961: 30). Seu nome foi, posteriormente, alterado para Rio Joana.

para os rios. Tijuca e Andaraí expressam diretamente a significação hidrológica dos lugares, e Maracanã e Grajaú expressam-na indiretamente apenas por meio do significado.

Os outros nomes de bairros desse espaço, Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira e Vila Isabel, não têm significantes e significados que expressem alguma característica hidrológica particular. Seus significados estão relacionados com os primeiros usos dados a esses espaços após o início da transformação da natureza. Eram bairros de onde podia se ter uma bela visão da cidade e de seu entorno (Alto da Boa Vista), onde se hasteava uma determinada bandeira (Praça da Bandeira) e onde se concretizava a cidade planejada e saneada do início do século XX (Vila Isabel). Não se trata da ausência de características da natureza, relacionadas com o significado hídrico desses lugares – a Praça da Bandeira, localizada no então mangue de São Diogo permanentemente alagado, o Alto da Boa Vista, repleto de cachoeiras, e Vila Isabel, com fontes, alagadiços e brejos –, mas o que prevaleceu foram nomes com significados relacionados com a segunda natureza.

Aos significados atribuídos logo após as primeiras intervenções de transformação da natureza pelo processo de urbanização somaram-se outros, todos decorrentes da intensificação do uso do solo que se dá na continuidade do movimento de valorização do espaço.

Ao bairro do Alto da Boa Vista somam-se significados relacionados, em primeiro lugar, com a abundância de água dos mananciais, que originava cachoeiras e fontes apreciadas para o lazer em áreas públicas e nos vários hotéis que se localizavam no bairro. Depois, a escassez diminuiu a vazão dos mananciais. Ela foi resultado da superexploração do recurso tanto do abastecimento dos chafarizes da cidade por meio de um aqueduto como do desmatamento, causado pelos proprietários de fazendas existentes, para os cultivos principalmente de café e cana-de-açúcar. E, finalmente, um significado de abundância e, também, de possibilidade de “correção da natureza” é associado ao lugar. Após as medidas de dom Pedro II, que comprou as terras dos fazendeiros para promover o seu reflorestamento, recuperou-se a capacidade de armazenamento de água no solo, permitindo, assim, a sua utilização para o abastecimento da cidade com a construção de inúmeros pequenos reservatórios.

Ao bairro da Praça da Bandeira, de forma inversa ao anterior, soma-se, primeiro, o significado de “correção da natureza”, decorrente das obras de canalização do baixo curso dos rios Comprido, Trapicheiro, Maracanã e Joana, e do aterramento e nivelamento da área alagada dos manguezais do Saco de São Diogo. O significado de “correção da natureza” também decorreu da eliminação de águas “fétidas”, fonte de doenças, e da criação de solo que tanto permitiu a ocupação como a passagem pelo rompimento da “fronteira” natural que era o manguezal de São Diogo. No entanto, a “correção da natureza” efetuada não foi suficiente para eliminar definitivamente o alagamento, pois este se repete até os dias de hoje, após cada episódio de chuva intensa, trazendo à memória a lembrança do alagamento que naturalmente existia antes, descredenciando a técnica como ferramenta da sociedade capaz de tornar apto qualquer terreno à urbanização.

No bairro de Vila Isabel, o significado hidrológico mais antigo está associado aos prados para corridas de cavalo, construídos após o aterro dos alagadiços das áreas de relevo plano. Mais recentemente, associa-se às inundações causadas por chuvas intensas de recorrência freqüente em toda a área da Grande Tijuca e, no futuro, poderá estar associado à solução das enchentes nessa sub-bacia do Mangue, caso o antigo jardim zoológico seja transformado em uma “piscina” para acumulação temporária das águas de chuva.<sup>26</sup>

Quanto às favelas de todos os bairros da Grande Tijuca, elas não têm nomes que expressem um significado hidrológico, exceto a Comunidade da Biquinha, no Alto da Boa Vista. É possível perceber um traço comum na memória escrita dessas favelas e nos depoimentos por nós coletados por meio de entrevistas: a escolha da localização pelos(as) primeiros(as) moradores(as) esteve também associada a um valor do lugar, que lhe conferia um significado hidrológico fundamental para a instalação de uma comunidade, o acesso à água como recurso.

A percepção da água como um valor do espaço permite o uso de seus lugares para as finalidades que os atores sociais desejam. Pode ser percebida como um recurso para a vida e para a produção ou como um risco à vida ou ao patrimônio individual e coletivo, o que possibilita todas as pessoas que fazem uso do lugar, especialmente de suas águas, atribuir-lhes significados diferentes.

Na Grande Tijuca, há uma multiplicidade de olhares dos diferentes atores sociais, em diversos tempos e voltados para diferentes lugares, que mostra a percepção da água como valor do espaço, direcionando o uso dado ao solo. Alguns exemplos podem ser citados: empresários identificaram, nas fontes e cachoeiras, atrativos de lazer, justificando a localização de hotéis no passado; fazendeiros identificaram a abundância dos mananciais necessária para a atividade agrícola; governos avaliaram o potencial hídrico como suficiente para a construção de represas e redes de distribuição domiciliar e industrial; empresários do setor industrial avaliaram a disponibilidade de água como suficiente para o uso intensivo da água requerido pelas atividades de tecelagem, curtumes, bebidas, entre outras; a população percebeu a existência de afloramentos do lençol em minas/fontes nas encostas, o que determinou, em inúmeros lugares, a localização do núcleo inicial das favelas pelas classes populares e a construção de residências confortáveis pelas classes abastadas.

O bairro-favela e o bairro-asfalto expandiram-se e densificaram-se de maneira relativamente sincrônica, durante quase todo o século XX. O aumento da população nesses dois subespaços ocasionou uma crescente demanda por água, que, em momentos diferentes e de formas diferentes, colocou a questão da falta d'água no cotidiano de seus(suas) moradores(as).

Mais do que o *asfalto*, a favela é um espaço com todos os seus lugares associados a um significado hídrico, pois sempre exigiu de quem vive ali uma rotina diária para obtenção de água (recurso hídrico) e

<sup>26</sup> Trata-se de uma solução de engenharia apresentada pela Fundação Rio Águas, órgão da prefeitura, para minorar o efeito das chuvas intensas no bairro e suas repercussões na Praça da Bandeira. Tem, como consequência positiva, a diminuição de ruas alagadas e a conseqüente facilidade de circulação; como consequência negativa, o impedimento de uso temporário da área de lazer que serve ao bairro e, especialmente, a favela Parque Vila Isabel.

descarte do esgoto. A vazão das fontes, chamadas de minas pelos(as) moradores(as), torna-se ao longo do tempo insuficiente para atender à demanda que cresce com a população. A luta pela água<sup>27</sup> fortalece a organização comunitária, que organiza mutirões para aproveitar a água das minas,<sup>28</sup> pela implantação de redes de distribuição autoconstruídas, que valorizam o espaço da favela. Ao mesmo tempo, alguns moradores e moradoras, “donos da água”, formam um novo grupo de poder<sup>29</sup> que manobra a distribuição dos recursos hídricos, de acordo com seus interesses, auferindo até renda.

O crescimento da população ocasiona a superexploração das minas, e, para evitar uma escassez maior, assim como algum tipo de conflito social, após novos períodos de “lutas”, o Estado implanta primeiramente bicas e, mais tarde, bombas d’água. Redes autoconstruídas, bicas e bombas d’água são paliativos para a escassez que qualifica esses lugares e que, por isso, permitiram o uso do recurso como instrumento de controle por grupos de poder dentro e fora da favela. Nos últimos dez anos do século XX, finalmente, a favela recebe rede própria, para distribuição a partir de grandes reservatórios instalados na sua parte mais alta. No entanto, diante do conflito de competências entre o poder municipal e o estadual, a escassez permanece a despeito dos objetos hidrotécnicos instalados.

A experiência de luta diária para ter acesso à água é uma vivência coletiva que certamente integra a memória das comunidades de favelas do Rio de Janeiro. Na Grande Tijuca, há uma singularidade que é atribuída pelo longo tempo de sua existência (em média 60 anos) e, principalmente, pela possibilidade que cada morador(a) teve de acompanhar o declínio da disponibilidade de água das minas e pelas alternativas de compensá-lo com bicas e bombas, devido ao aumento concomitante da demanda pelo uso do recurso, em face do crescimento das favelas. É por essa singularidade que se constrói o significado hídrico desses espaços.

No *asfalto*, a experiência de cada morador(a) com o uso da água é oposta àquela do(a) morador(a) da favela, pois está baseada na abundância e na ubiquidade do recurso. A memória desses espaços está construída pelas muitas vivências que vêm se acumulando a partir da experiência dos(as) moradores(as) e das pessoas que pelo bairro-asfalto circulam em lidar com a abundância e com o que esta suscitou na estruturação da paisagem urbana. Uma singularidade desse espaço se manifesta principalmente em meados do século XIX, quando as redes de abastecimento foram implantadas concomitantemente, ou logo em seguida, com a definição do traçado urbanístico. O significado associado a esse espaço por meio da água como recurso é o de abundância. Desde a época da “Sesmaria do Iguaçu e suas águas”,<sup>30</sup> como o próprio nome ressalta, já impressionava a memória e, mais tarde, foi um forte fator de atração para empresários dos setores imobiliário e industrial, que modelaram formas

27 Nome do livro do engenheiro Rosalvo Mariano da Silva (1988) da Cedae que se refere somente ao *asfalto* onde a companhia implanta e faz manutenção de redes de distribuição de água e de esgotamento sanitário. A Cedae passa a implantá-las em favelas somente na década de 1990, com recursos do Prosanear e no âmbito do Programa Favela-Bairro do município.

28 O nome mina traduz uma valoração do lugar atribuído pela água.

29 Machado da Silva (1967) chama de burguesia favelada aqueles moradores que monopolizam a exploração de recursos internos do espaço da favela, auferindo-lhes renda e poder.

30 A sesmaria se estendia do Mangal de São Diogo, Rio Comprido, até uma localidade do atual bairro de Inhaúma.

urbanas, como os bairros planejados e as unidades fabris, ambas no bairro-asfalto para aproveitar essa vantagem locacional. A única experiência vivida no bairro-asfalto com a escassez foi episódica, quando, em meados do século XX, a adutora do Guandu necessitou de ampliação, pois a população da cidade havia crescido, e, conseqüentemente, havia aumentado muito a demanda por água.

Por outro lado, a ocorrência de água no espaço da Grande Tijuca como fator de risco se faz tanto no *asfalto* como na favela. Associa significados ao bairro-favela e ao bairro-asfalto de maneira diferente, pois são originados por distintos processos naturais (hidrogeomorfológicos).

Como as favelas são em encostas, excetuando-se três pequenas atuais e uma removida,<sup>31</sup> os riscos provêm de perigos resultantes de chuvas intensas, como as enxurradas e os movimentos coletivos de solo e rocha. A diminuição do risco hídrico é uma novidade, pois estes surgiram somente a partir da década de 1980, com obras geotécnicas e de canalização e drenagem, que, até então, privilegiavam basicamente o *asfalto*.

No *asfalto*, a parte dos bairros plana ou suavemente inclinada, os riscos hídricos provêm principalmente de alagamentos e inundações, e menos de enxurradas, deslizamentos e ruptura de taludes. Concentram-se em lugares ocupados ao longo dos rios principais, que são três, e de seus muitos afluentes.

Água como recurso e água como risco associam significados comuns a todo espaço integrado pelos bairros-favela, o mesmo acontecendo com os bairros-asfalto. São significados distintos para a favela e o *asfalto*, que se somam aos demais significados provenientes de outros processos e fenômenos sociais, nessa segmentação do espaço com a qual a Agenda Social trabalha.

## Recortes do mesmo tecido urbano

As representações sociais e cartográficas são fontes de informação sobre os significados associados ao espaço. Os mapas da cartografia oficial devem também ser entendidos como um tipo especial de representação social, porque mostram a visão do espaço sob a ótica governamental. Os cartogramas são um tipo de representação do espaço, tematizações do espaço construídas a partir das informações que seus autores necessitam ver espacializadas e que utilizam os mapas como base para a delimitação da área e a localização dos lugares. Esse tipo de representação vem sendo aprimorado a partir das experiências da Agenda Social e denota a necessidade de um melhor entendimento da importância da dimensão espacial da sociedade na Grande Tijuca.

31 A favela do Esqueleto foi removida em 1965 por pressão dos construtores imobiliários, visando aumentar a valorização subjetiva e propiciar uma maior valorização objetiva do espaço com a verticalização do bairro que se iniciava. Em seu lugar, surgiu a Uerj.

Os cartogramas são úteis para o entendimento da espacialidade de algum fenômeno, processo ou conteúdo do espaço e, por isso, são fundamentais para o diagnóstico e para o direcionamento da ação local. A construção dos cartogramas somente alcança uma compreensão da totalidade do espaço, se considerar o espaço físico, político-administrativo e relacional. No espaço de atuação da Agenda, são recortes espaciais possíveis: para o espaço físico, a área da sub-bacia contribuinte da Grande Tijuca ao Canal do Mangue, porque mostra os processos hidrológicos naturais que condicionam o uso do solo; para o espaço político-administrativo, as regiões administrativas, os bairros e as demais subdivisões do espaço que representam áreas para o controle setorial da vida social; para o espaço relacional, a área onde se dá diversos tipos de experimentos de mobilização social e ambiental.

Nos primeiros momentos de atuação, quando a Agenda Social apresentou-se para a população da área em foco, já estava presente – tanto no discurso de seus animadores como nas indagações daqueles que queria cooptar – a necessidade de definições espaciais para orientar as ações. Afinal, quem e que lugares estão incluídos no seu espaço de atuação?

A formulação espacial que veio sendo construída desde o início dos trabalhos mostrava a Grande Tijuca como um recorte espacial, uma separação que a isolava de seu entorno, a partir da diferenciação entre ambos. As separações espaciais internas isolavam duas partes do tecido urbano, chamadas de *asfalto* e de favela. Isto é, o discurso dominante na Agenda reconhecia que era necessário isolar a área que seria o palco de suas ações do restante do município. Isolar na representação cartográfica para atuar no espaço, de forma a influir no rompimento das fronteiras que interferem na sociabilidade existente entre os moradores do *asfalto* e da favela.

A espacialidade da vida social em que inicialmente o coletivo da Agenda demonstrava interesse baseava-se na percepção da assimetria entre *asfalto* e favela. Considerava, então, a valorização diferencial verificada tanto entre os *meio ambientes*, por conterem diferentes coleções de objetos urbanos, como na população que os utiliza como infra-estrutura, na medida de sua existência ou ausência.

A participação na Agenda – como fórum de representantes de lugares do espaço, sensibilizados por aquela assimetria – dá credibilidade à espacialização de lugares do bairro-asfalto e do bairro-favela, nas primeiras representações cartográficas realizadas. Estas mostram os bairros com a heterogeneidade que se quer integrar, bairro-favela e bairro-asfalto, e cada um deles como uma unidade homogênea. Aqui, é importante destacar a importância da escala da representação cartográfica, pois, ao utilizar divisões mínimas do espaço, os setores censitários<sup>32</sup> nos quais se baseia o recenseamento geral do Brasil, é possível perceber a variabilidade espacial que se manifesta de forma diversa no bairro todo, no bairro-favela e no bairro-asfalto.

Ao momento de definição da área de atuação da Agenda, seguiu-se a necessidade de ter um cartograma com a representação desse espaço. A coordenação da Agenda tinha como orientação construir um

---

32 O uso de setores censitários foi experimentado pela Agenda Social (MELLO SANTOS *et al.*, 1999: 6-9) e evidenciou a variabilidade espacial quanto ao acesso à infra-estrutura, condições de educação, renda, entre outros.

espaço livre das amarras que o espaço físico e administrativo traz para ação local.<sup>33</sup> No entanto, isso não ocorreu, uma vez que os(as) participantes do fórum representavam associações de moradores de bairros-asfalto e bairros-favela, fato que vincula cada indivíduo a uma base territorial definida pelo Estado.

O espaço da Agenda foi delimitado, utilizando-se unidades político-administrativas. Seus limites externos são os de regiões administrativas, e os internos, os limites de bairros; e, internamente a cada um, a separação entre o *asfalto* e a favela. O espaço passou a ser constituído pelos bairros de Tijuca e Alto da Boa Vista (8ª R.A.), Praça da Bandeira, Maracanã, Vila Isabel, Andaraí e Grajaú (9ª R.A.) e suas 29 favelas, além do bairro do Engenho Novo (13ª R.A.) e duas de suas favelas – Morro da Bacia e Morro do Encontro – e do bairro do Itanhangá (24ª R.A.) e algumas de suas favelas: Fazenda, Agrícola, Furnas e Floresta da Barra da Tijuca.

A espacialização que compreende todos esses lugares consta do *Almanaque do meio ambiente da Grande Tijuca*,<sup>34</sup> que mostra o espaço de atuação da Agenda na época do início dos trabalhos, um espaço maior do que o atual, diferente de muitas outras espacializações posteriores e que, por isso, põe em evidência o caráter pulsante do espaço de atuação da Agenda.

A participação no fórum da Agenda de dois atores institucionais, a Uerj e o Ibama/Parna-Tijuca, ambos localizados na área em foco, colocou em pauta duas diferentes possibilidades de verificar outras espacialidades. A universidade trouxe a questão da variação espacial do acesso aos recursos hídricos e da exposição aos riscos hidrológicos e, conseqüentemente, a necessidade de incorporar, na espacialização, a rede de drenagem e os limites das bacias hidrográficas. Já o Ibama trouxe a questão da expansão dos bairros-favela por dentro da área do Parque Nacional da Tijuca, acrescentando, na espacialização, os limites da unidade de conservação e a linha que representa a cota de 100 metros. Foram produzidos dois cartogramas,<sup>35</sup> onde estão representadas as áreas e as linhas que facilitaram o entendimento e a discussão conduzida no coletivo das questões trazidas por esses dois atores.

A proposição de segmentar o espaço em *asfalto* e favela tem uma enorme aceitação entre os(as) participantes da Agenda, tendo até ultrapassado sua área de atuação, sendo usado por outros atores para descrever o mesmo fenômeno em suas áreas-alvo. Isso se verifica porque a representação social dominante do espaço de atuação da Agenda é a de um espaço fragmentado, com fronteiras e passagens simbólicas entre as duas partes. A representação cartográfica dessa concepção de espaço, que consta do *Almanaque do meio ambiente da Grande Tijuca*,<sup>36</sup> apresenta limitações gráficas que diferenciam alguns espaços e igualam outros, suscitando

33 Essa é a definição de espaço da ação local, que consta no documento Agenda Social (1998:4). No entanto, esse texto ressalta a necessidade de considerar o espaço territorial e espacialidades sempre reconstruídas com base na sociabilidade e na ação.

34 No *Almanaque do meio ambiente da Grande Tijuca*, na página 20, há o Mapa 1: favelas e bairros da Grande Tijuca, elaborado na época em que o fórum funcionava diferente do que é hoje, com reuniões periódicas e uma ampla participação de representantes de associações de moradores do asfalto e da favela (AGENDA SOCIAL, 1999).

35 Na mesma publicação, na página 44, há um cartograma com áreas da cota 100, das favelas e do Parque Nacional da Tijuca, e, na página 45, um cartograma com áreas das bacias de drenagem, da cota 100 e do Parque Nacional da Tijuca (AGENDA SOCIAL, 1999).

36 Idem nota 34.

colocações entre os participantes como: os bairros diferenciam-se entre si pela cor, e cada um deles, internamente, em *asfalto* e favela; as favelas igualam-se em todos os bairros, pois aparecem com a mesma cor, sugerindo que favela é tudo igual ou, ainda, que as favelas pertencem mais à Grande Tijuca do que aos bairros.

A adesão dos participantes a essa concepção de espaço fragmentado aparece nos seus discursos com diferentes explicações. Qualquer que seja a explicação, há sempre a referência a uma “fronteira”, que parece ser cada vez mais presente ao longo do tempo. A concepção de uma “fronteira” tênue é a mais antiga e fundamenta-se na percepção de uma paisagem urbana no *asfalto* e rural na favela, tempo ao qual há várias referências sobre a cooperação entre a população de *asfalto* e a de favela. A “fronteira” se torna mais rígida à medida que o espaço da favela se assemelha ao *asfalto* pela paisagem densificada e pela coleção de objetos técnicos. Mais recentemente, aparece a “fronteira” forte, uma concepção que vem se afirmando com a adesão de mais significados trazidos pela malha urbana que se estende de forma contígua entre os bairros-asfalto e os bairros-favela, pela nomeação e delimitação dos bairros-favela para inclusão nos mapas oficiais, pelo conteúdo dos diagnósticos de cada bairro-favela para posterior intervenção urbanística e pela territorialidade do tráfico de drogas.

A inexistência de um marco legal para a delimitação entre as duas partes distintas do bairro é o fato que fundamenta o discurso da Agenda Social que inclui a favela no bairro. Esse discurso se contrapõe a vários outros que colocam a favela fora do bairro, seja em algum dos bairros vizinhos, no Parque Nacional da Tijuca ou, simplesmente, na cidade do Rio de Janeiro.

Uma representação social dominante da favela é a de um espaço desorganizado e degradado, que, por isso, desvaloriza os espaços vizinhos. Essa representação surge no contexto do avanço da urbanização para o subúrbio em meados do século XIX, isto é, quando a cidade do Rio de Janeiro se expande em direção ao Oeste, estendendo a malha urbana ao espaço imediatamente contíguo e ainda repleto de natureza, que, ao longo de sua transformação pela sociedade, origina a configuração espacial que chamamos Grande Tijuca. Faz parte desse contexto o deslocamento da maneira de equacionar soluções para o problema da habitação popular, que se transfere “da órbita da forma da habitação popular para aquela do espaço da habitação popular ou habitat”.<sup>37</sup>

A favela e o *asfalto* são tipos de espaço que iniciam sua estruturação concomitantemente na área em foco. A transposição da “fronteira do Saco de São Diogo” com as intervenções de saneamento e o início do tráfego, em direção ao subúrbio, de trens e, depois, de bondes impulsionaram a estruturação dos bairros-asfalto atuais, estabelecidos na parte plana ou suavemente inclinada do relevo, como dos bairros-favela, na parte inclinada do relevo. Desde então, as encostas do Maciço da Tijuca passam a ser parte da solução do problema da habitação popular na cidade, onde se estabelecem os núcleos iniciais do novo espaço da habitação popular, a favela.

37 Abreu (1986: 48) descreve a questão da habitação popular como tendo se deslocado da órbita de sua forma (o cortiço, a vila operária) para a do espaço ou hábitat (o loteamento, o subúrbio, a periferia, a favela).



A favela na encosta é uma imposição locacional às classes populares. Pode ser entendida como decorrência de três motivos que se sucedem a partir de meados do século XIX: o controle rigoroso das condições de higiene das habitações coletivas pela autoridade municipal competente; o fracasso de uma aliança entre o governo e os empresários dos setores imobiliário e financeiro, para incentivar a construção de “vilas operárias”; e, finalmente, a regulação extrema da forma da habitação popular que caracterizou a Reforma Passos (1902–1906).<sup>38</sup> Em face desse quadro, as encostas se apresentaram como uma alternativa para a habitação popular. O acesso à terra é facilitado nas propriedades particulares por seus donos, que, assim, obtinham renda sobre um terreno de difícil uso, devido ao declive ou por invasão de terrenos do Estado, geralmente protegidos por legislação específica. Na encosta, é possível construir livre das limitações impostas pelos padrões construtivos utilizados no bairro-asfalto e, principalmente, utilizar a natureza para realizar os serviços ambientais<sup>39</sup> em substituição à infra-estrutura inexistente e extrair produtos ambientais em vez de comprá-los.

Nos bairros que integram hoje a Grande Tijuca, pelo menos duas favelas – Arrelia, no Andaraí, e Salgueiro, na Tijuca – têm o ano de ocupação na virada do século XIX. Outras nove, até o ano de 1931, e mais dez, até o ano de 1980. Há, ainda, oito favelas com data de ocupação de definição imprecisa, mas, possivelmente, com ocupação inicial na primeira metade do século XX.

Os bairros-favela na Grande Tijuca estão entre os primeiros núcleos de “urbanismo e arquitetura espontâneos”, autoconstruídos, localizados nas encostas do Maciço da Tijuca. Esses núcleos fazem uso, de forma pioneira, da natureza como infra-estrutura, possibilidade surgida quando o Estado aproveita a abundante natureza, a partir da crença de que esta poderia substituir o sistema de objetos<sup>40</sup> de infra-estrutura urbana, nesse novo espaço da habitação popular. Dessa forma, passa a desonerar-se de todos os custos relativos à manutenção do espaço construído para as classes populares, momento no qual a habitação torna-se autoconstruída.

Surge o bairro-favela, com seus traçados urbanos estreitos e tortuosos, que reproduzem as ruas da cidade colonial, e com seus sistemas de objetos técnicos que replicam os do bairro-asfalto na sua função. Agora, a natureza, como um novo objeto técnico, passa a realizar um conjunto de serviços ambientais cada vez maior para atender ao crescimento dos bairros-favela até atingir níveis possivelmente próximos da capacidade de suporte ambiental, por volta da década de 1960. A partir dessa época, a situação até então tida como solução se transforma em problema. Para quem vive nas favelas, morar na encosta passa a ser arriscado e sem a oferta de recursos que havia antes. Para quem vive no *asfalto*, é do uso da encosta

38 Abreu (1986: 56). A regulação do padrão urbanístico incidia sobre a construção, a reconstrução, os acréscimos e consertos de prédios. Exigia plantas, habilitação dos construtores, regulamentava fachadas, definia materiais de construção e estabelecia normas referentes a alturas, recuos, enclausuramentos e áreas livres, entre outras.

39 Os serviços e os produtos ambientais resultam em benefícios à qualidade de vida, segundo Constanza *et al.* (1998: 10). Exemplos de serviços são: a depuração de esgotos em fossas, o armazenamento de água no subsolo etc. Exemplos de produtos são: a madeira para combustão e construção, água para abastecimento, a flora para a alimentação e uso medicinal etc.

40 O espaço é o sistema de objetos, tanto os naturais como os artificiais, que constitui o meio ambiente onde atuam os atores sociais. Estes – a população, os empresários, as instituições e o governo – encontram-se em permanente e desigual interação para definir localizações de atividades e alocações de objetos em seu meio ambiente.

que provêm a desvalorização de seu espaço de vivência, do qual, cada vez mais, avista-se uma paisagem degradada e onde a consequência da poluição por lixo e esgotos é sentida. Para tentar reverter essa situação, nas duas últimas décadas do século XX, o Estado, aproveitando as diretrizes e os recursos financeiros disponibilizados por bancos e agências internacionais que apóiam o desenvolvimento urbano, promove a reurbanização de muitos bairros-favela, rompendo, em parte, com a concepção de que poderia desonerar-se ao utilizar a natureza para os serviços ambientais e implanta parcialmente uma infra-estrutura igual ao do bairro-asfalto.<sup>41</sup>

A representação do espaço da cidade nos mapas oficiais sempre incluiu o bairro-asfalto. O mesmo não se verificou com o bairro-favela, que somente veio a ser representado, e ainda de forma incipiente, na década de 1970. Daí em diante, cada vez mais alcança uma forma de representação que dá conta das particularidades desses espaços autoconstruídos. Ao se buscar nos mapas que contêm a área da Grande Tijuca a expressão gráfica de suas favelas, observa-se a sua ausência em edições antigas, por serem consideradas forma de habitação ilegal pelo Código de Obras da Cidade do Rio de Janeiro de 1937 ou por estarem localizadas acima da cota 100 – a partir da qual a legislação considera área restrita à ocupação. Em ambos os casos, a favela já existia e não teve expressão espacial nos mapas por ter sido ignorada.

A construção de uma representação cartográfica do espaço de atuação da Agenda é um processo contínuo desde que foi posta como uma necessidade para a ação local. O método utilizado privilegia o resgate na memória de representações sociais e espaciais que coincidam com o que a Agenda vem chamando de seu espaço de atuação. O trabalho tem encontrado dificuldades por duas razões. A primeira diz respeito à inexistência na memória social de representações que, clara e facilmente, expressem uma identidade e um pertencimento à Grande Tijuca, que seja tão significativa ou mais do que aquelas que existem em relação aos bairros. A segunda refere-se à inexistência na memória documental de representações cartográficas do espaço ocupado pelos bairros-favela. Espacializar a Grande Tijuca como o recorte espacial da Agenda Social é ir além dos limites territoriais político-administrativos e, para isso, tem-se recorrido à memória para encontrar os critérios capazes de aprimorar o desenho desse espaço de atuação.

## Um espaço de ação local

Depois de sete anos de atuação, a Agenda Social deixa um acúmulo de experiências, de mobilização social, formação política e educação ambiental que possibilita um sentimento de consolidação, entre aqueles que participam do coletivo, entre o público em geral e nos(as) participantes de ações similares em

41 Vias de circulação, áreas de lazer, alinhamento de moradias, redes de coleta de esgoto e águas pluviais, redes de distribuição de água e energia, coleta de lixo, obras geotécnicas, revegetação, além do cadastramento das moradias, entre outras melhorias.

outros espaços da cidade. Esse sentimento pode ainda ser reforçado, tanto com novas dinâmicas entre os(as) participantes da **Agenda, como o espaço de atuação**, como com um esforço em definir o “cartograma” com o **espaço de atuação da Agenda**. Durante esse tempo em que se buscou aperfeiçoar a forma desses espaços e incentivar ações em seus lugares, duas construções sociais vieram se aprimorando e, ao mesmo tempo, entrelaçando-se, entre os(as) participantes: a memória e o espaço da Grande Tijuca.

A reconstrução da memória, embora ponha em evidência as identidades partidas de cada bairro, aponta para a possibilidade de construir uma identidade única para a Grande Tijuca com base nas experiências<sup>42</sup> e percepções comuns às populações de todos os bairros e das pessoas que falam por esse espaço como um todo. Nas inúmeras entrevistas realizadas, são recorrentes os discursos que, baseados nas experiências, percepções e vivências, ensejam a construção de uma memória que contém espacialidades facilmente verificáveis na área em tela.

Algumas espacialidades dizem respeito à permanência da paisagem, que vem se consolidando desde os primeiros anos do século XX, como os bairros-asfalto nas baixadas e os bairros-favela nas encostas; a espacialidade do acesso dos(as) moradores(as) à água como recurso, que desde aquela data demonstra a falta de equidade na implantação de infra-estrutura nas duas partes do bairro; a espacialidade do acesso à habitação que se evidencia pela concentração de pessoas com renda superior a três salários mínimos nos bairros-asfalto<sup>43</sup> e das com renda inferior, nos bairros-favela.

Outras espacialidades dizem respeito à permanência dos problemas urbanos, que decorrem das chuvas intensas sobre a área e que, a despeito de muitas soluções técnicas, não modificam de forma significativa a espacialidade da exposição dos(as) moradores(as) à água como risco, que afeta tanto quem vive nos bairros-asfalto como quem vive nos bairros-favela, fato que coloca os últimos em dupla desvantagem<sup>44</sup> em relação aos demais, pois estão também submetidos aos perigos inerentes à localização de suas moradias em encostas íngremes onde incidem precipitações intensas.<sup>45</sup>

Como toda espacialidade está circunscrita e relacionada com um dado espaço, construído como produto das relações sociais que, por sua vez, estão sob a influência de mediações espaciais, é imprescindível uma espacialização, isto é, uma representação cartográfica. Espacializar a Grande Tijuca para os propósitos da ação local é tarefa difícil, pois o cartograma que se deseja elaborar exige desenhar o espaço além dos limites territoriais, políticos e administrativos.

A maior dificuldade está no fato de que essas configurações oficiais do espaço foram ensinadas e permanecem cristalizadas nas mentes de muitas pessoas residentes nos bairros e participantes da Agenda Social, como a única forma de representar o espaço da Grande Tijuca. Porém, não se trata de desenhar esse

42 Experiência é o termo que abrange as diferentes maneiras pelas quais uma pessoa conhece e constrói a realidade, segundo Tuan (1983: 9).

43 Idem nota 32.

44 Conceito apresentado por Mello Santos e Motta (2001: 121).

45 Coelho Neto e Mello Santos (1979: 5).

novo espaço desvinculado da malha de delimitações representada nos mapas oficiais, e sim de tê-lo como base para uma representação fundamentada em espacialidades que dêem conta dos aspectos da sociabilidade entre os atores dos seus lugares e da equidade da valorização do espaço pela infra-estrutura.

Uma proposta possível consiste em primeiro considerar os diversos planos de informação<sup>46</sup> que contenham as bases territoriais sobre as quais operam os atores sociais mobilizados e envolvidos com setores da ação local (a área de planejamento, a subprefeitura, a região administrativa, o bairro, as áreas de gestão dos serviços públicos e de atuação dos conselhos comunitários). E, depois, sobrepor a eles mais um plano de informação, que contenha lugares onde a Agenda Social vem realizando ações ou tem quem fale por ela, configurando uma rede cujos nós são os atores em seus lugares de ação.

Dessa forma se define o espaço de ação local: uma rede que mostra as atuações sobre uma superfície definida por uma “sombra” que resulta da sobreposição dos planos de informação com delimitações territoriais. Com isso, elimina-se a questão da representatividade das lideranças comunitárias de bairros-asfalto e bairros-favela, que vincula ator e base territorial, sendo substituída por participantes mobilizados, os nós da rede, vinculações entre ator e seu lugar de atuação local.

Um plano de informação com as bacias hidrográficas parece desempenhar um papel importante na definição do espaço de atuação da Agenda. Seja pelas inúmeras referências à água, recuperadas na memória documental e reconstruídas na memória coletiva, que dão identidade à Grande Tijuca como unidade, seja pela recente importância que foi atribuída à água por legislação específica.<sup>47</sup>

Essa alternativa considera o aspecto “pulsante”, verificado na experiência em curso. A pulsação existe tanto na **Agenda como espaço de atuação** – no qual alguns atores permanecem e outros são episódicos ou nunca se apresentaram – como no **espaço de atuação da Agenda**, que, se delimitado ao longo dessa experiência, a partir dos(as) participantes que representam lugares, mostraria diversas configurações espaciais.

Tanto um mapa do espaço da Agenda como uma reunião no espaço da Agenda mostram que nem toda a área como nem todos os atores se fazem representar. Uma vez que cada participante gostaria de ver sua área de atuação incluída e não fora do mapa da Agenda, existe a necessidade constante de atualização, incorporando-os ou eliminando-os dos cartogramas.

O uso atual da representação cartográfica do espaço de atuação da Agenda dificulta a autolocalização dos(as) moradores(as) da Grande Tijuca, bem como o entendimento e a publicização<sup>48</sup> das ações. Conceber o espaço de atuação sob dois aspectos, como o real, onde há ação, e o potencial, onde

46 Plano de informação é, na linguagem dos Sistemas de Informação Geográfica, uma superfície virtual que reúne informações de um mesmo tipo e georreferenciadas.

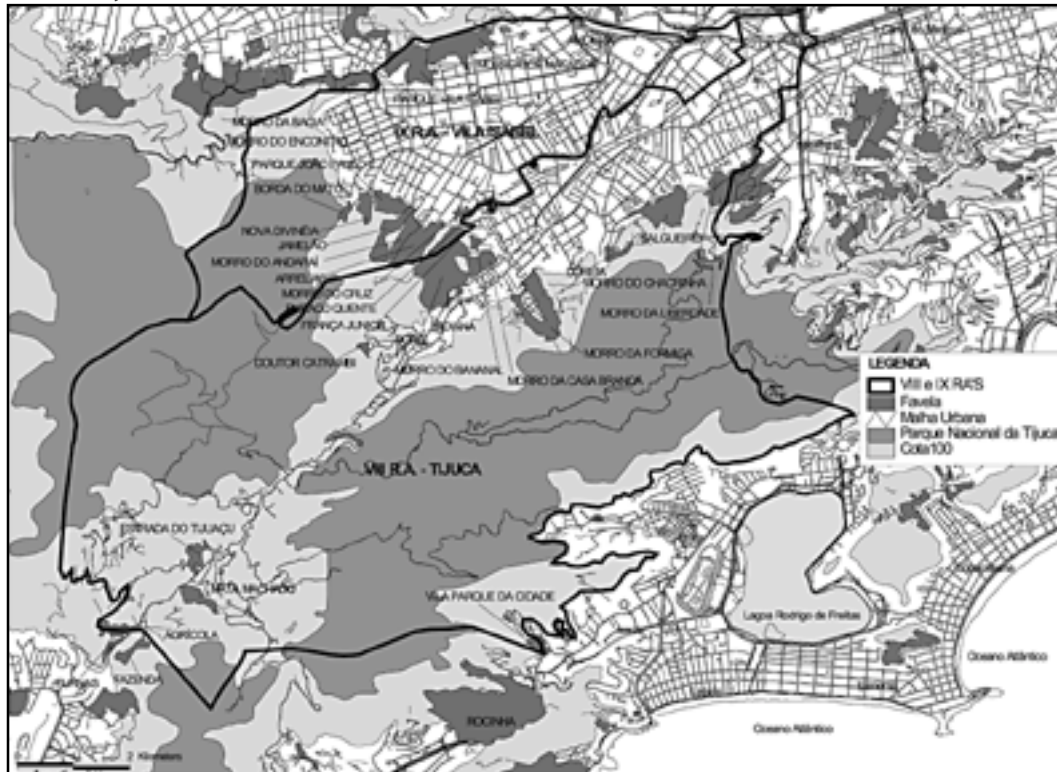
47 A Lei nº 9.433 de 1997 reconhece a água claramente como um bem de valor econômico. Mas não faz o mesmo como um direito. Além disso, a bacia hidrográfica passa a ser um tipo novo e especial de território, para o qual está prevista a representação.

48 Principalmente nos dias de hoje em que as representações cartográficas do espaço estão sempre presentes na mídia e na maioria dos planos e projetos daqueles atores sociais que percebem a importância da espacialização da dimensão social que lhes interessa, no processo de convencimento de seus interlocutores de que seus interesses são lícitos.

a ação pode estar, exige a superposição da rede pulsante a uma coleção com todos os recortes possíveis, tanto os territoriais como outras espacializações que o fórum considere necessária de ser conhecida, evitando a sua imobilização com um recorte territorial único e fixo como feito até o momento.

O impacto da Agenda Social como uma experiência exemplar para outros conjuntos de bairros, nas metrópoles brasileiras, depende de uma definição clara e simultânea de seus dois espaços: o da Agenda como espaço de atuação dos atores sociais, o fórum, e o espaço de atuação da Agenda, a rede sobre o território.

GRANDE TIJUCA



Fonte: Base Cadastral da cidade do Rio de Janeiro/1:10.000/1999 e Sistema de Assentamento de Baixa Renda (Sabre)/1:10.000/2000



Pavimentação da rua Juiz de Fora, em 1934. Ao fundo, morro Acervo AGERJ



# A construção social do Grajaú, um bairro carioca\*

Márcia Pereira Leite

O Grajaú, bairro residencial na Zona Norte do Rio de Janeiro, é considerado um local muito aprazível, com casas ajardinadas, ruas largas e arborizadas e clima agradável. Com uma área de 584,2 hectares e 37.609 habitantes, é valorizado por moradores e moradoras por conservar elementos de cidade do interior em suas relações de vizinhança e na tranquilidade de suas ruas.

Desfruta de um pequeno comércio e de alguns serviços, bem como de diversas igrejas e organizações religiosas. Para o lazer, sua população dispõe de dois clubes (Grajaú Tênis Clube e Grajaú Country Clube), duas praças (Edmundo Rego e Nobel), alguns largos e da Reserva Florestal do Grajaú, além de inúmeros bares e restaurantes.

O bairro surgiu nas primeiras décadas do século XX, no Vale dos Elefantes, ao sopé da Serra do Andaraí, Maciço da Tijuca, onde se encontra a Pedra Perdida do Andaraí ou Bico do Papagaio, um de seus símbolos. Teve origem em dois loteamentos realizados no antigo arrabalde do Andaraí Grande,<sup>1</sup> que incorporaram terras de fazendas de café à malha urbana da cidade.<sup>2</sup>

---

\* Uma primeira versão deste texto, que sintetiza partes de minha tese de doutorado (LEITE, 2001 a), foi publicada nos *Cadernos Metrópole*, 5 (LEITE, 2001 b). A versão atual suprime alguns de seus aspectos, agregando outros desenvolvidos a partir da pesquisa "História dos bairros e comunidades da Grande Tijuca", Agenda Social/Novib/Uerj.

1 Compreendendo Aldeia Campista (hoje incorporada por Vila Isabel e Tijuca) e os atuais bairros do Andaraí, de Vila Isabel e do Grajaú.

2 A Fazenda Vila Rica, situada na encosta, fora desapropriada, em 1875, pela Fazenda Imperial para reflorestamento da área. As duas outras fazendas da região – a Morumbi, de propriedade de John Rudge, e a da viscondessa de Alcântara – passaram a se dedicar ao plantio de capim que era fornecido a estâbulos, desde a decadência do café do Rio de Janeiro ante a produção do oeste paulista. Elas foram vendidas para empresas imobiliárias em, respectivamente, 1912 e 1920, dando início à urbanização da região (CARDOSO, 1989; COLCHETE FILHO, 1995).

## Territórios e limites

O primeiro loteamento foi realizado pela Companhia Brasileira de Imóveis e Construções e compreendia as terras situadas entre a Serra dos Pretos Forros e um caminho posteriormente denominado rua Borda do Mato. O outro, Vila América, foi promovido pela T. Sá e Companhia Limitada e englobava os terrenos que iam desse caminho ao que hoje é a rua Botucatu (CARDOSO, 1989).

A partir da década de 1920, o bairro foi se desenvolvendo com o desenho do primeiro loteamento. Aos poucos, expandiu-se em direção às encostas, onde novas ruas foram abertas. Com o Decreto nº 3.157/81, foi ampliado até a rua Ferreira Pontes, incorporando toda a parte do Andaraí que correspondia ao loteamento Vila América. Entretanto, mesmo unificadas no plano urbanístico, essas duas regiões constituem duas áreas distintas do/no bairro.

Com a intensificação da especulação imobiliária e o *boom* da construção civil, na década de 1970, a prefeitura estabeleceu um novo zoneamento urbano para a cidade (Decreto nº 322/76), regulamentando as edificações. No Grajaú, foram permitidos prédios de até 12 pavimentos.

Logo após, entretanto, foi instituído o Plano Urbanístico Básico – PUB/Rio (Decreto nº 1.269/77) – com uma nova diretriz: desenvolver estratégias de planejamento localizado por meio da elaboração dos Projetos de Estruturação Urbana (PEU) dos bairros. O PEU do Grajaú, aprovado em 1987 (Decreto nº 6.996), então estabeleceu condições de uso e ocupação do solo (CARDOSO & RIBEIRO, 1996) que permitiram restaurar suas características de bairro residencial, constituído basicamente por casas, reservando gabaritos mais baixos para a área do primeiro loteamento e permitindo os mais altos nas ruas de passagem (COLCHETE FILHO, 1995).

O formato atual do bairro envolve ruas e encostas.<sup>3</sup> Estas são delimitadas por meio de pontos de cotas (definidos por sua latitude e longitude) de difícil visualização sem os mapas apropriados, o que propicia o estabelecimento das favelas ali situadas em uma certa zona de sombra: não são nomeadas – e, com frequência, não são percebidas – como partes integrantes do bairro.

Assim, usualmente diz-se que o Grajaú é constituído estritamente pelas ruas, que têm seu traçado claramente indicado nas zonas definidas em seu PEU: descem das encostas do Maciço da Tijuca até as ruas mais exteriores (Visconde de Santa Isabel, Barão de Bom Retiro, Meira de Vasconcelos e Ferreira Pontes), que constituem suas divisórias com os bairros do Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Vila Isabel e Andaraí.<sup>4</sup>

3 O PEU não estabelece os limites externos do Grajaú, reconhecendo os fixados pelo Decreto nº 3.157. Mas, ao definir as condições de uso e ocupação do solo, delimita internamente as suas diversas zonas: residencial unifamiliar e multifamiliar, comercial e zonas especiais/áreas acima da cota 100 (áreas de interesse social já consolidadas: as favelas, a reserva florestal e uma cedida pela Cedae ao estado).



Ao contrário desses seus vizinhos, porém, o Grajaú é tido como um “bairro nobre”, uma vez que, em seu “miolo” – que corresponde ao primeiro loteamento e à sua configuração territorial original –, é um bairro estritamente residencial, com belas casas e alguns edifícios luxuosos habitados por segmentos da alta classe média.

Já a parte do Grajaú que corresponde ao loteamento Vila América é constituída por um conjunto de ruas que, terminando nas encostas, dão acesso a favelas e compreendem uma população de menor poder aquisitivo. Há, ainda, uma terceira área do bairro, considerada periférica, formada pelas ruas externas que dão acesso direto a outros bairros. Transformadas em ruas de passagem, seus imóveis têm menor valor comercial e são habitados por segmentos de classe média.

Essa diversidade de regiões no bairro teria sido gerada, segundo Cardoso (1989), pelos distintos modos de atuação das duas companhias responsáveis pelos loteamentos, que representavam segmentos diferenciados do capital imobiliário.

Segundo essa autora, enquanto a T. Sá restringia-se à promoção fundiária e à obtenção de lucro nas transações comerciais, a perspectiva da Companhia Brasileira era a extração de lucro nas operações financeiras. Para isso, construía moradias e as vendia por meio de um sistema de financiamento próprio. Buscando “atingir um mercado ainda bastante restrito na cidade: segmentos das camadas médias da população de maior poder aquisitivo [...] que antes pagavam aluguel”, mas que podiam arcar com esse financiamento, realizou “obras de arruamento, loteamento, instalação de infra-estrutura de água, calçamento de ruas e produção de diversas moradias para venda”. O projeto de um bairro de *fisionomia moderna* com residências amplas, ruas largas e traçadas em simetria a partir de uma praça (Edmundo Rego), com “calçadas largas e ajardinadas, lotes também regulares e com testadas largas”, visava atrair esses segmentos, criando “um bairro residencial de elite dentro de uma área da zona norte ocupada primordialmente por velhas construções e diversas fábricas” (CARDOSO, 1989: 95-97).<sup>5</sup>

A T. Sá, ao contrário, preocupada exclusivamente em obter o maior lucro possível na venda de terrenos, projetou o Vila América com quadras irregulares, lotes de testadas menores e formatos irregulares – que se traduziam em terrenos de preços mais acessíveis – e se limitou a efetuar as obras de arruamento indispensáveis. Além disso, não se preocupou em conferir ao bairro um caráter residencial, vendendo uma quadra inteira para a Fábrica de Projetis de Artilharia do Exército (CARDOSO, 1989:95-97).

4 “Do início da Av. Meneses Cortes (excluída) no entroncamento com a rua José do Patrocínio; por esta (excluída, excluindo a praça Demócrito Linhares) até a rua Visconde de Santa Isabel; por esta (excluída); rua Barão do Bom Retiro (incluída) até a praça Malvino Reis (incluída) e pela rua Barão do Bom Retiro (incluída) até a rua Teodoro da Silva; por esta (excluída) até a rua Mendes Tavares; por esta (incluída) até a rua Nossa Senhora de Lourdes; por esta (incluída); rua Duquesa de Bragança (incluída) até a rua Barão de Mesquita; por esta (incluída) até a rua Ferreira Pontes; por esta (excluída, excluindo a travessa Ferreira Pontes); rua Adolfo Caminha (excluída até o seu final); daí subindo o espigão da Serra”. Projeto de Estruturação Urbana do Grajaú, Decreto nº 6.996/87. “Rua excluída” significa a inclusão no bairro apenas do lado limitrofe, excluindo a rua propriamente dita e o lado oposto dos terrenos e edificações: por exemplo, pertence ao Grajaú o lado direito (de quem sobe) da rua Ferreira Pontes.

5 “Milagre de tenacidade e previsão: Grajaú”, *Rio Ilustrado*, dez. 1943, informa que seu plano urbanístico havia sido elogiado pelo próprio Agache, urbanista francês que elaborou, na década de 1930, um plano de reorganização e embelezamento da cidade (VALLADARES, 2000). Além disso, destaca: “O elemento social do bairro do Grajaú é quase todo ele fixo, estabilizado pela casa própria, formando com isso uma sociedade que já se integra, pela tradição, numa só família [...]”.

Assim, desde sua origem, o Grajaú comporta “espaços com usos e conteúdos diferentes”, que ainda hoje se expressam na diversidade dos equipamentos urbanos disponíveis em cada um dos mesmos e nos diferentes valores dos imóveis (CARDOSO, 1989: 99-100). Manifesta-se, também, nas diversas percepções a respeito do bairro, de suas fronteiras e relações de pertencimento.

## Distâncias sociais e fronteiras simbólicas

Para muitos “moradores” e “moradoras antigos(as)”,<sup>6</sup> residentes na área do primeiro loteamento, o bairro legítimo corresponde à configuração original do Grajaú, sendo espúria (por interesses eleitoreiros ou de especulação imobiliária) a sua ampliação em direção ao Andaraí. Dessa fronteira simbólica, ressentem-se os(as) moradores(as) da parte “nova”, a área do Vila América.

*Eu considero o bairro do Grajaú da Visconde de Santa Isabel até a Borda do Mato. Essa [outra] parte foi criada depois: pegou uma parte do Andaraí Velho [...] e, por incrível que pareça, um pedaço da rua Vianna Drummond, um pedaço da Teodoro da Silva e um pedaço da Mendes Tavares. Eu não sei, mas pelo PEU é Grajaú. (Santos, primeiro loteamento)<sup>7</sup>*

*Daqui da Borda do Mato pra cá, pra Visconde de Santa Isabel [...], esse miolo aqui é o Grajaú. Fizeram o bairro do Grajaú e aquelas ruas dali foram sendo incorporadas [...]. O Largo Verdun também não é Grajaú. (Odete, primeiro loteamento)*

Quanto às favelas, é recorrente a sua localização por uma referência de externalidade em relação ao bairro, isto é, como favelas *do* Grajaú; quase nunca *no* Grajaú. O limite é marcado com medo e preconceito.

*Grajaú é só asfalto. (Guilherme, periferia)*

*[O PEU e, portanto, o bairro] Não vai até o fim da rua. [...] Ferreira Pontes, Botucatu, Caçapava, Campinas [...] é tudo limite. [...] Eles chamam agora de comunidade do alto para não dizer que é favelado. (Presidente da Associação de Moradores do Grajaú, primeiro loteamento)*

6 Uso as aspas para indicar expressões ou categorias das pessoas entrevistadas.

7 Como é praxe, uso nomes fictícios para proteger a identidade das pessoas entrevistadas. Por primeiro loteamento, Vila América ou periferia, refiro-me às distintas áreas do bairro onde as pessoas entrevistadas residem.

Traçar os limites do bairro excluindo as favelas não é, porém, uma operação de autoria primária das pessoas que entrevistei. Desde o Código de Obras de 1937, que definiu as favelas como “espaços urbanos deformados”, habitações ilegais, antros de promiscuidade, vício e crime que deveriam ser extintos pela remoção de seus moradores, sua inclusão nos mapas oficiais da cidade permaneceu interdita. Só com a aprovação do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, em 1992, que previu a “urbanização e regularização fundiária de favelas e loteamentos de baixa renda” para integrá-las aos bairros da cidade, foi estabelecida a inclusão das favelas nos mapas e cadastros da cidade. (BURGOS, 1998: 48).<sup>8</sup>

Os relatos, porém, chamam a atenção para as diversas construções possíveis do bairro. A fluidez de suas fronteiras pode se relacionar às mudanças de seus limites promovidas pela prefeitura. Ou, ainda, a eventual imprecisão na definição dos mesmos. Pode se somar também à existência no bairro de vários elementos que tendem a ser percebidos como “estruturadores do espaço”: ruas de grande movimento (como Barão de Mesquita e Barão de Bom Retiro) e “limites de ordem física (como as Serras do Andaraí e dos Pretos Forros)” (COLCHETE FILHO, 1995).

De um outro ângulo, entretanto, podemos perceber uma construção do bairro pelas representações que lhes são associadas, promovendo uma *estruturação* do espaço social do Grajaú. Entre parte significativa de seus(suas) moradores(as), prepondera a representação do Grajaú como “bairro nobre”, “de elite”, “familiar” (termos que se apresentam fortemente associados nas entrevistas), mesmo entre as pessoas que habitam na área do antigo loteamento Vila América ou na área considerada como periferia do bairro.

*O Grajaú nasceu para ser bairro de descanso, de elite, no começo [...] só encontraria aqui almirantes, brigadeiros, deputados federais. [...] é um bairro conservador [...] o vovô, o cidadão morou aqui e ficou a filha e, agora, estão morando os netos. (Guilherme, periferia)*

*O Grajaú é uma província [d]o que eu mais gosto é o ar que nós respiramos, o ambiente [em que vivemos], [...] embora hoje o Grajaú esteja um tanto assim misturado, infelizmente [tem] favelas [...] e população carente [...]. (Santos, primeiro loteamento)*

*Aqui é muito provinciano. [...] o pai mora, o avô já morou. Se não morreu, ainda mora. E a Igreja é muito representativa. [...] Tem um cara que se queimou na comunidade e na pastoral e não arruma mais nada [...]. Comportamento familiar não condizente com a estrutura da província, queimou. [...] É uma comunidade mais selecionada. (Tavares, primeiro loteamento)*

8 Somente em 1996, o IplanRio incluiu, no mapa oficial da cidade, as 600 favelas cariocas.

Nesses e em outros relatos, as categorias “nobre” e “de elite” encontram-se fortemente associadas às de “familiar” e “conservador”, denotando que a imagem do Grajaú, como um “bairro de elite”, embora ainda se fundamente no pertencimento de classe de sua população, abre uma possibilidade de inclusão dos estratos médios que moram em suas áreas menos valorizadas.

É a associação do(a) morador(a) do bairro com a “família conservadora” que requalifica a “elite” no plano moral, trazendo implícita uma desqualificação de quem a ela não pertence. A fala de Santos opera com uma representação de favela, como *locus* e expressão de uma população caracterizada por atributos morais negativos, que há muito integra o imaginário da cidade (VALLADARES, 1991, 2000; LEITE, 2000). Ao fazê-lo, demarca uma outra oposição, qual seja, entre “bairro nobre” ou “de elite” e “bairro misturado” e entre o(a) morador(a) do bairro e o(a) favelado(a). Desse ângulo, a tranqüilidade e a sociabilidade do Grajaú expressariam o “espírito do bairro”, remetendo tanto ao seu ambiente físico como ao social. Essas duas dimensões se entrecruzam nas representações do Grajaú como o “bairro-jardim”, a “Urca sem praia”, uma “província”, as quais são recorrentes nos depoimentos das pessoas entrevistadas, nas imagens popularizadas nos jornais de grande circulação<sup>9</sup> e em publicações específicas do bairro, que se reforçam mutuamente na construção das imagens associadas ao bairro.

*A quietude e a tranqüilidade transformaram o bairro numa cidade à parte, onde todos se conhecem, nascem, crescem e morrem sob a proteção de N. S. do Perpétuo Socorro [...].*  
 (“Grajaú: o Bairro do Amor”, *O Globo [GLB]*, 12 maio 1967)

*Não se passeia mais ao redor das praças, mulheres para um lado, homens para o outro, mas todos se conhecem, como antigamente, e dão conselhos e se preocupam com o namoro da filha do Mário com o que foi noivo da Clarinha [...].* (“História do Grajaú: são 50 anos de lirismo”, *Jornal do Brasil [JB]*, 11 nov. 1973)

Difundida entre sua população, essa representação constitui uma das referências centrais da identidade coletiva de seus(suas) moradores(as) como “grajauenses”. Várias dessas reportagens, além de textos e poemas com o mesmo teor, foram transcritos, na década de 1990, nas publicações locais.<sup>10</sup> Trata-se, sem dúvida, de uma romantização do passado, mas que não se esgota em pura nostalgia, reconstruindo a memória coletiva, numa lógica em que “o presente age como um filtro e seleciona pedaços de lembranças recuperando-as do esquecimento” (ORTIZ, 1994: 79).

Assim, presente e passado fundem-se na construção social da imagem do Grajaú como um “bairro nobre” ou “de elite”.

<sup>9</sup> Por exemplo, “Serenatas no Grajaú lembram o romantismo do início do século”, texto publicado em *O Globo (GLB)*, Tijuca, em 26 de agosto de 1999, e “Coluna da Danuza – um bom programa”, publicado no *Jornal do Brasil (JB)*, em 21 de novembro de 1998.

<sup>10</sup> Cf. *Questão Informativo do Grajaú, Jornal Grajaú, Atualidades, Grajaú em Prosa e Verso, Amgra Informa*. Para um exemplo dos poemas citados, ver o soneto “Grajaú é um jardim”, de Isaias Filho, *Almanaque do Grajaú*, 1, 1.

## Redes e identidades

Todas as pessoas entrevistadas, moradores e moradoras do Grajaú, tinham uma história de amor pelo bairro para contar. Algumas lá nasceram e foram criadas e enfatizam o sentido de permanência no bairro e pertencimento a ele. Outras optaram, há muitos anos, por nele morar.

*Toda a família é grajauense. Nascermos no bairro. [...] Eu, meu pai, meus irmãos sempre amamos o Grajaú, sempre prestigiamos o bairro. Estudamos nas escolas públicas daqui, fomos atletas dos clubes e, até hoje, participamos dos eventos e colaboramos nas campanhas. (Quito, primeiro loteamento)*

*Tenho vontade de fazer uma lei criando um cemitério no Grajaú, lá em cima, na Borda do Mato. (Santos, morador do bairro há 50 anos, desde seu casamento com uma “grajauense”, primeiro loteamento)*

*Vim ao Grajaú com o deputado federal Fernando Ferrari [...] conheci a igreja, [...] a capelinha. [...] Gostei muito do Grajaú. [...] Era diferente, [...] só [tinha] casas. Em 1963, eu conheci [...] minha esposa [...] [que] nasceu no Grajaú. Minha sogra mora aqui há 72 anos. Então, eu frequento o Grajaú desde 1963. [...] Amo o bairro [...] minhas filhas, meus netos nasceram no bairro. (Professor, periferia)*

*Meus filhos vieram para cá [...] um com 4 meses, o outro com 2 anos. Hoje está com 26. [...] Na primeira vez que eu vim no Grajaú me apaixonei. [...] Morava na Tijuca. (Norma, Vila América)*

É perceptível, nos últimos depoimentos, a preocupação em ressaltar as relações por meio das quais entraram no bairro e a estabilidade delas, como um indicador da rede social que cultivam e de como, a partir dela, se situam e se qualificam no bairro. Assim, estão construindo sua identidade como “verdadeiros(as) grajauenses”, num diálogo com moradores e moradoras mais antigos(as) para quem, em geral, é o tempo de moradia no bairro, associado à área de residência como indicativo do grupo social a que se pertence (a “elite”, a “burguesia do bairro”), que define o(a) “grajauense de raiz”.

Tal como na comunidade de Winston Parva, pesquisada por Elias e Scotson (2000), também no Grajaú o princípio de antiguidade fundamenta o prestígio e o poder desse grupo, que assim constitui uma espécie de *establishment* local. “Moradores(as) antigos(as)” são também as pessoas mais influentes, principais formadoras de opinião no bairro e/ou são as que legitimamente aspiram aos ou detêm os

cargos de representação comunitária e política.

As outras pessoas são os(as) “novos(as)” ou os(as) “estranhos(as)”, cuja identidade em princípio não se constrói tendo por referência o bairro, suas tradições e seus interesses, mas o trabalho, o partido, o sindicato ou outra rede social. É recorrente a remissão ao tempo de moradia como uma referência positiva ou negativa da pessoa de quem se fala. Nascida no Grajaú, d. Odete espanta-se, por exemplo, com o que considera uma pretensão despropositada de uma “moradora nova” em representar o bairro, candidatando-se à Amgra (associação de moradores e moradoras local): “Mas ela é nova no bairro, só tem uns dez anos, no máximo uns 18 anos, no Grajaú”.

De outro ângulo, podemos observar a força dessa construção identitária do(a) “grajauense” revelar-se em sua reafirmação mesmo por quem a ela se opõe, buscando redefini-la pela política comunitária:

*Nós fundamos o Acorda Grajaú [um movimento de oposição à Amgra] e começamos a conscientizar as pessoas: [...] passar que nós éramos moradores do bairro [...] e estávamos interessados na melhoria. O Fernando [...] nasceu no bairro. [Fulano] tem 200 anos de Grajaú; tinha um handicap ali da nata do Grajaú. [Beltrano] mora no Grajaú também há “centos” anos [...]. [...] Eu só tenho 20 anos de bairro. (Luís, Vila América)*

Nos depoimentos, estava presente essa relação entre o tempo no bairro e a respeitabilidade, a credibilidade e a ascendência que o(a) “morador(a) antigo(a)” tem sobre os(as) demais. No ponto extremo dessa lógica, moradores(as) mais novos(as) são pouco levados(as) em consideração. Há, contudo, uma possibilidade de relativização do tempo de moradia no bairro, desde que o(a) “morador(a) novo(a)” realize algo que demonstre sua fidelidade ao Grajaú, trabalhe por ele e cultive suas redes sociais, tornando-se conhecido(a) e respeitado(a).

*O Santos tem uma política, o presidente é quem manda [...] aí eu disse assim: “Você nunca vai me mudar, porque eu sou do bairro há mais tempo” [...] já tava acostumada a trabalhar com o pessoal há mais tempo, dava aula, ia visitar os doentes [...]. (Norma, primeiro loteamento)*

*Ando muito no bairro com meus filhos, há mais de 15 anos, [...] levando na escola, freqüentando os bares, o comércio, o mercado. [...] Isso me tornou mais público. [...] Eu achava interessante a gente participar. [...] não [ficar] em evidência, mas [ficar] conhecido: [...] que você está participando do movimento do bairro, do interesse do bairro. [...] Qual é a pessoa que [...] discute política e futebol na padaria, de segunda a segunda que nem eu? (Luís, Vila América)*

A atividade comunitária, a freqüentação de suas redes sociais e a demonstração do “amor pelo bairro” são, portanto, algumas estratégias de inclusão dos(as) “moradores(as) novos(as)” no bairro. Por meio dessas estratégias podem, enfim, ser reconhecidos(as) como “grajauenses” pelos(as) “moradores(as) antigos(as)” e, assim, compartilhar do “bairro nobre” do qual, a princípio, estariam excluídos(as).

## Tematizando as favelas

Se a imagem do Grajaú é de um “bairro nobre”, a de seus vizinhos, Andaraí, Engenho Novo e Lins de Vasconcelos, é a de bairros pauperizados. O Andaraí, que nos interessa mais de perto, surgiu e se desenvolveu, em meados do século XIX, concentrando fábricas, vilas operárias e favelas.<sup>11</sup> Nas encostas do bairro, foram criadas, progressivamente, Arrelia (1891), Morro do Andaraí (1930), Buraco Quente e Jamelão (1941) e Morro do Cruz (1950), ao passo que, entre Grajaú e Lins de Vasconcelos, surgiu o Morro do Encontro (1931).

O Grajaú, ao contrário, teve um processo de *favelização* mais recente. Embora o Censo de Favelas de 1949 registrasse a existência da favela da Caixa d’Água ou Vila Rica na rua Borda do Mato, com 20 domicílios, a maior parte das favelas do bairro surgiu a partir da década de 1970. Há registros também de remoção de 47 famílias de uma favela na região da atual reserva florestal para um conjunto da Cehab em Santa Cruz, em 1976. Nova Divinéia formou-se em 1971; João Paulo II, em 1979; e Juscelino Kubitschek, na década de 1980. Vale lembrar que, um ano depois, o Grajaú era ampliado, incorporando a seu território essas favelas recém-criadas, bem como a área proletarizada pertencente ao antigo Andaraí.

O vale em que se situa o bairro é circundado por vários morros que, atualmente, se encontram ocupados por diversas favelas, dispostas em uma espécie de ferradura em torno do “asfalto”. Além das quatro favelas citadas, duas outras se situam exatamente nos limites do bairro, na altura das encostas (uma das justificativas para serem ora excluídas, ora incluídas no bairro): a do Jamelão, na Serra do Andaraí, e a do Encontro, na Serra dos Pretos Forros, cortada pela estrada Grajaú–Jacarepaguá.

Já as ruas mais exteriores do bairro encontram-se voltadas, de um lado, para a favela Parque Vila Isabel, situada na Serra do Engenho Novo, em Vila Isabel; de outro, para as favelas de Arrelia, Andaraí e do Morro do Cruz, situadas na Serra do Andaraí. Assim, forma-se o que um de meus entrevistados designou como um “cinturão de favelas” ao redor do bairro, gerando um sentimento de insegurança e medo na população local.

<sup>11</sup> Ver, neste volume, o texto de Leite e Fabião para a relação entre esse perfil e o desenvolvimento urbano por que passava a cidade.

*Do Andaraí para cá, você tem quatro ou cinco favelas: Jamelão, JK, João Paulo, Nova Divinéia, Andaraí. Tudo isso na encosta. E a gente ainda pega a rebarba do Encontro. Hoje, a encosta [é] toda habitada, coisa que, na época em que eu era moleque aqui, não tinha. O Grajaú acabava, não tinha a Comendador Martinelli, a Canavieiras, a favela que tem hoje. (Tavares, primeiro loteamento)*

*Quando nós chegamos aqui, não existia morro, não existia favela no alto do Grajaú. (Norma, Vila América)*

*Quando vim pra cá não tinha nenhuma favela. [...] Depois [em 1963, 1964], elas proliferaram. [...] Começaram lá em cima na Borda do Mato e dali foram se expandindo [...] até o Morro do Andaraí [...], João Paulo, Divinéia, Caçapava [...]. [Os favelados também] vieram para o lado de cá [Morro do Encontro], [...] ameaçando a Reserva. [...] É o problema que assola todo o Rio de Janeiro: segurança. [...] Nós somos cercados por um cinturão de favelas. (Santos, primeiro loteamento)*

Mas esses depoimentos também nos revelam uma percepção das favelas descolada de sua origem no bairro. Isso poderia indicar que as primeiras construções em suas encostas não fossem percebidas como favelas. Sugestivo a esse respeito é o relato do sr. Adail Meireles, que, em 1939, estabeleceu-se com mulher e três filhos num barraco na encosta da atual rua Comendador Martinelli (então uma pedreira), onde criava animais e produzia adubo que vendia “pra jardim de madame”:

*Comecei a ganhar a minha vida aqui, alugando cavalos na praça Edmundo Rego. Naquela época, eu tinha 17 anos, era forte, cheio de esperanças, me apaixonei por esse lugar, onde as pessoas se gostam de verdade. Agora, tenho tido alguns problemas com vizinhos, pois acham que não posso continuar mantendo esta vida aqui. Eu não quero brigar com ninguém, mas também não vou abandonar o meu mundo. (“História do Grajaú: são 50 anos de lirismo”, JB, 11 nov. 1973)*

Talvez não seja casual que seus “problemas com a vizinhança” tenham ocorrido exatamente no período (1968/75) em que a via “remocionista” dominava a política para as favelas nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, sob o comando da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam). A erradicação como alternativa exclusiva para as favelas decorria da definição de favelas com que operava a Chisam: espaços em que a degradação urbana somava-se à degradação moral e cultural de seus moradores e moradoras (BURGOS, 1998). Essa formulação consistiu em um dos pontos de apoio para a tematização das favelas do ponto de vista moral, antes apontada.



Vale destacar, no entanto, que, a partir de meados da década de 1980, quando se desenvolveram novas modalidades de violência no Rio de Janeiro associadas às dinâmicas do tráfico de drogas – com sua ponta de distribuição entrincheirada nos morros da cidade –, as favelas começaram a ser vistas como um problema de segurança pública (LEITE, 2000; ZALUAR, 1998).

Desde então, o Grajaú, com seu território já redefinido e tal como outros bairros da cidade, passou a ser palco de inúmeros episódios violentos associados às redes de tráfico. Para a população que ali residia, sua segurança seria especialmente vulnerável devido às “balas perdidas” no confronto entre quadrilhas rivais entrincheiradas em alguns dos morros de seu “cinturão de favelas”.

A imagem do bairro na imprensa carioca também vem sendo ligada à violência, como caso exemplar da difícil convivência entre favela e “asfalto” na cidade. Nos últimos anos, as representações bucólicas vêm convivendo com (e, em algumas circunstâncias, sendo substituídas por) a imagem de “bairro violento” e “campeão de balas perdidas” – difundida nos jornais de grande circulação –,<sup>12</sup> que, como verificado nas entrevistas, é crescentemente incorporada à percepção de moradores e moradoras. Num certo sentido, o Grajaú parece ter sofrido, na década passada, o mesmo movimento por que passou o Rio de Janeiro no período: transitou de “bairro-jardim” a “campeão de balas perdidas”, no mesmo processo e ritmo em que o Rio transitava de “cidade maravilhosa” a “cidade partida” (LEITE, 2000).

Em decorrência, o Grajaú se refaz. Além de passar por sucessivos processos de ampliação de seu território e de redefinição das relações de pertencimento de segmentos pauperizados de sua população, o bairro também vem sendo reorganizado espacial e simbolicamente, ao se defrontar com o tema das favelas.

## História e memória do Grajaú

Quando iniciei esta pesquisa, tinha em mente uma configuração territorial e social do Grajaú. Logo, descobri que os bairros são construções sociais, em que os limites oficiais nem sempre são claramente definidos e, quando o são, não necessariamente correspondem ao bairro na apreensão de seus moradores e suas moradoras. Isso se dá porque tanto as fronteiras espaciais como as simbólicas são fluidas, envolvendo estratégias de exclusão e de inclusão, barreiras e passagens. A linha de trabalho que

12 Em 1994, o Grajaú começou a aparecer na grande imprensa devido a problemas de segurança pública. As reportagens ainda oscilavam entre uma dupla representação do bairro (“bairro-jardim”/ “bairro violento”): “Sossego do Grajaú é coisa do passado”, *GLB*, 4 jun. 1995; “Moradores reclamam mas não se mudam”, *GLB*, 16 jul. 1995; “Grajaú, de paraíso a área de risco”, *GLB/Bairros*, 12 dez. 1996. Progressivamente, entretanto, destacavam o segundo pólo dessa relação: “Laranjeiras e Tijuca, reféns do medo”, *JB*, 17 mar. 1997; “Bala perdida mata coronel no Grajaú”, *JB*, 17 fev. 1998; “Criança é maior vítima de bala perdida”, *JB*, 5 nov. 1998; “Insegurança: o drama de cada vítima”, *GLB*, 23 abr. 1998; “Sucessão de mortes em nove anos”, *JB*, 5 nov. 1998; e “Estudante é atingida por bala perdida no Grajaú”, *GLB*, 21 ago. 2000.

desenvolvi, então, foi procurar apreender a percepção do bairro das pessoas entrevistadas, buscando em suas memórias a história do Grajaú.

Com Bosi (1994), partilho a perspectiva de que aquilo que o indivíduo lembra, quando lembra e como lembra é uma construção coletiva, que se faz a partir dos quadros sociais da memória – combinando instrumentos e recursos da memória coletiva com os pensamentos dominantes na sociedade. Também para Ortiz a memória é seletiva e

*os relatos de vida estão sempre contaminados pelas vivências posteriores ao fato relatado e vêm carregados de um significado, de uma avaliação que se faz, tendo como centro o momento da rememoração. (1994: 79)*

No caso das pessoas que entrevistei, o passado era contado a partir de alguns elementos considerados expressivos na vida atual do bairro, numa reconstrução que valorizava conexões entre trajetórias particulares e processos sociais.

Recolhi, assim, várias versões sobre a história do Grajaú, diferentes reconstruções históricas sobre sua origem, data e local de fundação, atores envolvidos e modo de expansão, que considerei como narrativas que dialogavam entre si, enquanto buscavam refazer o passado, reconstruindo a memória coletiva. Essas narrativas também disputavam a versão oficial da história do Grajaú, a identidade dos(as) “grajauenses” e a possibilidade de sua representação na política comunitária e partidária.

Por meio dos relatos de moradores e moradoras entrevistados(as), de textos e reportagens em diversas publicações e documentos locais, tanto da época como de datas posteriores, pude acompanhar dois momentos dessa disputa. O primeiro envolveu uma acirrada polêmica, no início da década de 1990. O segundo estava em curso em 1999, época em que realizei as entrevistas, articulando vários atores em torno de três versões sobre a origem e desenvolvimento do bairro e se associava às eleições daquele ano para a associação de moradores local e a Câmara de Vereadores.

## O Grajaú faz 80 anos?

Em 1993, um dos grupos do Grajaú resolveu comemorar o aniversário do bairro. Constituiu uma comissão integrada pelos dirigentes da Associação Comercial e Industrial do Grajaú (Acig) e da Amgra, por diretores de escolas, presidentes de clubes e pessoas de prestígio, suas “lideranças”,<sup>13</sup> para definir a data de sua fundação.

Na ocasião, foi solicitado a um professor de literatura, morador no bairro há aproximadamente 30 anos, que pesquisasse a sua origem. O professor era também poeta e, declarando-se um “apaixonado pelo Grajaú”, cultivava a sua memória, reunindo e divulgando poesias, textos e reportagens sobre o bairro em diversas publicações que organizou.<sup>14</sup>

Segundo o relato do professor, o Grajaú nasceu com a inauguração da primeira casa, na esquina das atuais ruas Grajaú e Barão de Bom Retiro, de um dos arquitetos do primeiro loteamento, Francisco Tricárico. Quatro anos depois, Tricárico construiu, em seu quintal, uma capela consagrada à Nossa Senhora da Imaculada Conceição, onde se realizavam os serviços e festividades religiosas da região, até ser inaugurada, em 1931, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na praça Edmundo Rego. O nome do bairro seria uma generalização do que originalmente era a denominação da rua da casa e da capela.

*O nome grajaú é indígena: [...] um cesto que os índios usavam pra carregar frutas, caça. O Grajaú tem o formato de um cesto, é um vale cercado de montanhas. O rapaz que deu o nome ao Grajaú se lembrou disso. [Era] Um engenheiro que veio trabalhar [...] com Tricárico. [...] Tinha uma vereda muito antiga – a Borda do Mato era a vereda mais antiga, mas pertencia a uma outra companhia, era outro loteamento. [...] Então, esse engenheiro que nasceu na cidade de Grajaú no Maranhão [...] pegou um pedaço de tábuas e escreveu “Grajaú”. E enfiou ali na entrada de uma passagem [que existia]. O povo começou a dizer: “Vamos passar pela vereda Grajaú”. Depois, se transformou em rua Grajaú e a rua deu o nome ao bairro. (Professor)*

Na versão do professor, portanto, o bairro nasceu na rua Grajaú, a partir da casa de Tricárico, sobretudo em torno da capela.

*É a rua mais importante do bairro, nesse livrinho, [...] faço até um soneto: “Soneto da Rua Grajaú”, posso ler? “A Rua Grajaú tem sua história/contada com carinho e muito amor/deu*

13 A categoria “liderança” é nativa, referindo-se a pessoas de projeção no Grajaú que ocupam algum cargo eletivo ou de representação do bairro.

14 Ver *Capela de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Marco histórico e sócio-religioso do Grajaú, Bairro-Jardim da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1992; *Almanaque do Grajaú. Bairro-Jardim da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1, 1994; *Uma lenda no Grajaú*, Rio de Janeiro, 1998; e *Grajaú em Prosa e Verso*, Rio de Janeiro, nos 1 a 31, janeiro a agosto de 1998.

*nome ao bairro conquistando glória! tem os seus dias de paz e de esplendor! em torno da capela tão mimosa/nasceu o Grajaú bairro-jardim/casas e ruas largas bem formosas/enfeitadas de flores e jasmims/gosto de contemplar-te sempre bela/onde as aves felizes nos seus ninhos/cantam em festa/meigas e singelas/ó, Rua Grajaú/foste o embrião/de um bairro nobre/feito com carinho/um recanto que alegra o coração”. Depois, eu fiz um soneto dedicado à capelinha. [...] Tricárico era italiano, [...] veio para o Brasil [e] fez uma promessa: se tivesse sucesso, construiria uma capelinha. [...] Ele construiu a casa dele, na rua Grajaú nº 1, e, no quintal, quatro anos depois, ele inaugurou a capelinha [...]. O Grajaú foi inaugurado com a primeira casa, no dia 15 de agosto de 1914, e fez agora 85 anos.*

A versão concorrente foi sustentada, nas reuniões da comissão e também pelos jornais locais, pelo presidente do Grajaú Tênis Clube (GTC), que, à época, também era presidente da Amgra. Esse personagem nos conta, em entrevista, que o bairro surgiu a partir de um clube de futebol (Grajaú Futebol Clube), que depois se transformou no GTC, de onde viria o nome da rua onde estava situado e também o nome do bairro. E argüi que a data de fundação do bairro deveria ser a da fundação do clube, 5 de setembro de 1925.

*Meu avô comprou um terreno na rua Borda do Mato, em 1924, e construiu a casa da família. Desde então, moramos no Grajaú. Meu pai gostava de futebol, mas o esporte da época era tênis, coisa de almofadinha [...]. Esporte de homem mesmo era futebol. Então, eles fizeram um local de encontro no bairro – o barracão de futebol que, em 1925, virou o Grajaú Tênis Clube. As plantas da companhia que loteou o bairro e as escrituras públicas só falam em Andaraí Grande e Andaraí Pequeno. Grajaú era o nome do clube.*

Mesmo admitindo que a criação de um bairro é um processo dinâmico e complexo, o professor propôs, como marco simbólico, a data da inauguração da casa de Tricárico, suscitando um forte debate nas reuniões com as “lideranças” do bairro:

*Um cidadão do Grajaú, que foi presidente do Grajaú Tênis Clube muitos anos [...], quer que o aniversário do bairro seja o aniversário do clube. Então, eu argumentei com ele: “Como é que existia um clube, se não existia ninguém morando por perto?”. (Professor)*

*Quando chegaram os novos grajauenses, começaram a discutir a data da fundação. Queriam ter uma data cabalística. [...] O mesmo grupo que já tinha violentado a história de Vila Isabel. [...] Levei sete argumentos para a identidade entre o GTC e o bairro, que o GTC era o centro cultural e desportivo de tudo que acontecia no bairro. Eles só levaram a foto da casa do Tricárico. Mas, como tinham mais força política, fizeram a festa dos 80 anos e ficou a casa do Tricárico como símbolo do Grajaú. Mas ela era na periferia, na rua Barão de Bom Retiro.*

*Acharam que era guerra minha com o administrador regional. Chegaram a botar essa história na Internet. (Presidente do GTC)*

A polêmica envolveu as “lideranças” locais, as entidades representativas do bairro, a 9ª Região Administrativa, os jornais da área e muitos moradores e moradoras. Por fim, a versão do professor foi aceita e oficializada pela 9ª RA, que passou a divulgá-la como a história do Grajaú. Em agosto de 1994, a RA e a prefeitura promoveram um programa de comemorações dos 80 anos do Grajaú.

Esses episódios revelam o interesse e o esforço em produzir uma versão consagrada da história do bairro, recriando a memória coletiva, no sentido apontado por Bosi:

*Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos, o ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. (1994: 66-67, grifo da autora)*

Realizava-se, ali, nos termos de Pollak, um “trabalho de solidificação da memória” que, criando “elementos irredutíveis”, buscava dificultar a “ocorrência de mudanças” (1992: 201). Desse ângulo, podemos entender a definição da data de fundação do Grajaú como um “ponto de referência” que estruturava a memória coletiva, permitindo recompor a história do bairro por meio de um processo intersubjetivo de construção de sua memória. Reconstruía-se, no presente, o Grajaú como um “bairro nobre”, “de elite”, demarcando as distâncias sociais que o separariam de seu entorno operário e favelado. Mas, assim, construía-se – por referência a esse outro que era excluído de um passado e um presente comuns – também a identidade individual e coletiva de seus personagens como “grajauenses”.

Considerando a relação entre construção da memória comum e de identidades coletivas, Pollak sublinha sua integração:

*em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...] a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (1989: 9)*

Entretanto, é ainda Pollak quem destaca que uma versão majoritária da memória coletiva não é necessariamente hegemônica, ou melhor, nem sempre está “suficientemente constituída e instituída”, podendo conviver com versões “subterrâneas”, minoritárias, dominadas, mas capazes de serem ativadas em determinadas circunstâncias ou no interior de grupos específicos. A memória pode, assim, “entrar em disputa” (1989: 4). Essa perspectiva nos ajuda a compreender o processo de recriação da memória coletiva do/no Grajaú como

um “trabalho de fixação” de imagens do passado valorizadas como positivas, em que estas estão de fato em disputa por requalificarem o presente.

As versões concorrentes sobre a história do bairro destacam aspectos de seu passado referidos basicamente ao que seria seu perfil de “elite” ou de classe média e seu surgimento em torno de um clube ou de uma igreja. Assim, articulam-nos às biografias de alguns dos principais atores do bairro (suas “lideranças”). Constroem, desse modo, entrelaçamentos diversos entre memória/história do bairro e trajetórias particulares, que se associam à postulação de quem, legitimamente, pode nele, para e por ele falar.<sup>15</sup>

A história, agora oficial, ao representar o Grajaú como um bairro que nasceu em torno de uma capela,<sup>16</sup> está construindo o mesmo como uma comunidade católica e, dessa forma, considerando esse pertencimento religioso como atributo fundamental para sua representação. Reconhece outras redes sociais no bairro, mas sob a hegemonia da rede católica.

*O bairro começou a crescer e a ter vida sociorreligiosa, em torno da capelinha, onde havia missa aos domingos, batizados, novenas no mês de maio, na festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, primeiras comunhões. Ali se encontravam as pessoas residentes no bairro e na vizinhança. (Professor)*

*[A capela foi] A primeira referência cívico-religiosa da comunidade nascente [...], a juventude que se criou na rua Grajaú, se relacionando nas festividades cívico-religiosas [...], vai dar início ao [...] Grajaú Tênis Clube.<sup>17</sup>*

Já a versão do surgimento do bairro em torno do clube valoriza o(a) “grajauense de raiz”, isto é, nascido(a) e criado(a) no bairro, mais precisamente na área do primeiro loteamento, que seria recoberta pela rede social do GTC e das ruas adjacentes. A referência aos(as) “novos(as) grajauenses” evoca o sentido original de “bairro de elite” e qualifica, como seu(sua) possível representante, o(a) “morador(a) antigo(a)”. Dessa condição exclui, no passado, Tricárico – pois sua casa seria “na periferia” – e, no presente, os(as) “moradores(as) novos(as)”.

Com isso, reforça o pertencimento social como condição para a representação, operando com a representação do(a) “morador(a) antigo(a)” como a pessoa que “ama o bairro”, conhece seus problemas e é capaz de propor soluções que contem com o apoio e a adesão de sua população. Já os(as) “novos(as)” operariam por meio de uma espécie de “golpe”, demonstrado no caso por uma associação a um grupo externo para “violentar a história”.<sup>18</sup>

15 Considerei as “lideranças” do bairro, reconhecendo a representação que lhes era atribuída, mas discriminando seu alcance e efetividade em três categorias: os(as) que “falam no bairro”: moradores(as) com uma participação comunitária ou algum tipo de destaque eventual; os(as) que “falam para o bairro”: pessoas citadas ou auto-referidas como tendo influência, pessoas com participação regular nas organizações comunitárias e/ou formadores(as) de opinião; e os(as) que “falam pelo bairro”: quem exercia alguma representação comunitária ou política, tendo sido eleito(a) ou indicado(a) por algum grupo e transcendendo a esfera estrita do Grajaú.

16 Aqui se disputam os “lugares de memória”: a capela ou o clube como “lugares de comemoração” (POLLAK, 1992: 202).

17 Marcelo S. Lemos e Francisco Ferreira da Silva, “Grajaú: 80 anos”, *Almanaque do Grajaú* (1994: 17).

Nessa construção discursiva, o presidente do clube enuncia a disputa pela representação no/do Grajaú, que se processava nos planos comunitário e político-partidário. Ao afirmar a supremacia da rede social dos(as) “moradores(as) antigos(as)” sobre a rede católica, o presidente do GTC está se qualificando como seu representante na Amgra, na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa. Em outros termos, qualifica-se para falar para e pelo bairro, diminuindo o efeito negativo de seu afastamento da Igreja Católica.<sup>19</sup>

Isso indica que esse personagem identifica claramente seus opositores: o administrador regional e o professor. O primeiro – morador de Vila Isabel, que estava “entrando no bairro” por intermédio da freqüentação social às “famílias grajauenses”, da inserção na rede católica e de uma articulação na política comunitária – elegeu-se vereador, em 1996, com uma campanha em que, localmente, enfatizava sua condição de representante de Vila Isabel e do Grajaú. O segundo seria o presidente da Amgra na gestão imediatamente posterior (1995/97).

De outro ângulo e independentemente da intencionalidade de suas ações no momento da disputa, o professor por meio delas também se qualifica para falar no/para o bairro. E o faz, de um lado, atacando a identidade do adversário com a “elite” do bairro, ao afirmar que a rua Borda do Mato, onde ele reside, originalmente “era de outro loteamento”, o Vila América. Por outro lado, neutraliza a tentativa de exclusão, credenciando-se como portador da memória do bairro na condição de seu historiador e divulgador e superando a exigência de ser “de raiz” pela permanente declaração de seu “amor ao Grajaú” em crônicas e poemas. E, ainda, valoriza seu pertencimento religioso (é ministro da eucaristia), ligando-o diretamente à tradição do bairro:

*Toda segunda-feira, às 4 horas, a família com as velhinhas amigas rezam o terço. Uma vez por ano, no dia 8 de dezembro, é celebrada a missa de Nossa Senhora da Conceição. Eu, há 30 anos, ajudo a missa nesse dia.*

Gostaria de destacar a estratégia de inclusão no bairro, desenvolvida pelo professor, bem como por outros moradores e moradoras, e que se relaciona à reelaboração da categoria “bairro de elite” examinada anteriormente. Ser “grajauense” passa a significar, então, compartilhar de sua história, se não for no passado, por sua reconstrução e celebração no presente; se não for pelo pertencimento social e espacial em sua “elite”, por meio de uma sociabilidade que valoriza a sua tradição e se assenta na família e na comunidade católica.

A produção de uma versão consagrada não foi, no entanto, capaz de suprimir totalmente a controvérsia sobre a história do Grajaú. Cinco anos depois, em meu trabalho de campo, moradores e moradoras

18 O presidente do clube faz referência à diminuição da população de maior poder aquisitivo e à evasão das famílias tradicionais, mencionada em várias entrevistas, como efeito da violência e da insegurança. Os dados estatísticos indicam um crescimento negativo da população de 10,7%, no período entre 1991 e 1996 ([www.rio.rj.gov.br/armazemdedados](http://www.rio.rj.gov.br/armazemdedados)), que certamente se relaciona a uma alteração da composição social do bairro. Todos esses elementos afetariam as relações entre novos e antigos moradores.

19 Esse personagem, à época presidente da Amgra, já havia dirigido a associação nas três gestões anteriores e voltou a se candidatar em 1999. Também foi três vezes candidato a deputado estadual (eleições de 1986, 1990 e 1994) e uma vez vereador (1992), trocando várias vezes de partido político. Nas eleições de 1999, seu *slogan* era “vote no amigo de sua comunidade”. Abandonou a Igreja Católica, quando foi censurado pela comunidade da paróquia por sua conduta em questões familiares.

ofereciam, espontaneamente, em seus depoimentos, uma versão da história do bairro. Embora, com maior frequência, reproduzissem a história oficial, havia espaço também para a reconstrução da memória coletiva pela tematização da região pauperizada do bairro e das favelas.

Um jornalista, que à época da polêmica original divulgara ambas as versões, fomentando o debate, lançou, em entrevista, uma nova interpretação da história do Grajaú, valorizando suas conexões com o Andaraí:

*A partir do momento em que você urbaniza um determinado espaço, começa a dar vida àquele espaço. [...] Ele já começa a surgir ali. O [professor] parte do surgimento da Igreja, mas antes [...] já existia a rua Borda do Mato. [...] há cem anos. [...] o bairro, a região, pra mim, foi fundada aí, no período em que foi fundada a rua Borda do Mato, [...] muito mais antiga do que a rua Grajaú, a Igreja do Tricárico e o Grajaú Tênis Clube. Então, nenhum dos dois têm fundamento, não têm razão sobre o aniversário do bairro.*

A reatualização do debate implica uma nova postulação de falar pelo bairro, redefinindo seu território e reconstruindo a identidade coletiva de moradores e moradoras. O jornalista é pré-candidato a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro e avalia que, de dentro do bairro, “virão muitos candidatos, não vai ser fácil”.

Retomar o debate significa, de um lado, um confronto com um vereador da região, ex-administrador regional e forte candidato à reeleição, como indicam seus comentários diante dos preparativos para a realização da festa de aniversário do bairro:

*Como agosto/setembro é véspera de eleição, acredito que seja iniciativa desse cidadão [...] para evidenciar uma participação direta no bairro [...] e trazer a mídia a seu favor.*

De outro lado, envolve construir a própria candidatura. Sustentar que o bairro surgiu a partir da rua Borda do Mato (rua de “fronteira” entre os dois loteamentos), cem anos atrás, é vincular o surgimento do Grajaú ao Andaraí. Se o vereador está identificado com a “elite” social e católica do Grajaú, o jornalista fala como possível representante de um bairro que não é mais o “bairro nobre”, mas que teria também um passado proletarizado, cuja dignidade propõe resgatar. Trata-se, portanto, de contar a história do Grajaú a partir do Andaraí, das fazendas dos jesuítas às suas fábricas e vilas operárias e, só então, de seus loteamentos.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> A versão do professor, embora se refira ao loteamento Vila América (ignorado na versão do presidente do clube), só destaca e valoriza a sociabilidade que se desenvolve entre o clube e a capela; portanto, característica do primeiro loteamento. A fusão dos dois loteamentos aparece, assim, como uma incorporação talvez indevida de um corpo estranho.



*Ele está querendo realizar essa festa, só que, de repente, pode ser formado um grupo que possa vir fazer com mais fundamento [...] alguma festa mais adequada [...], buscando raízes e mais razão [...]. Muitas coisas vão acontecer, porque este ano é um ano crítico.*

A tese do Grajaú como um desdobramento do Andaraí Grande não lhe é exclusiva, sendo defendida com vigor pela Associação de Moradores e Amigos do Andaraí e por grupos de moradores e moradoras dedicados a “manter viva a tradição do bairro”.<sup>21</sup> O jornalista parece entender que, com o apoio a essa tese associado a seu trabalho de divulgação da região no jornal e a sua atividade comunitária (projetos culturais e desportivos nos dois bairros), ele se qualifica à representação postulada.

Essa versão da história do Grajaú, valorizando positivamente a herança operária, reconstrói o passado redefinindo suas fronteiras espaciais e sociais. Desse modo, desvenda, no presente, a porosidade das fronteiras, tornando possível uma outra construção social do bairro. Vindas do Grajaú, outras vozes se somam a essas, em uma nova recriação coletiva do bairro.<sup>22</sup>

Vale sublinhar, no entanto, que essa construção social do bairro do Grajaú não concerne exclusivamente à sua população, mas se realiza no interior de um contexto mais amplo na cidade do Rio de Janeiro, que se configura como um campo de disputas de projetos sociais e políticos, recorrendo ao repertório cultural socialmente disponível. Nesses termos, a recriação e disputa da memória e da identidade do bairro é informada, em um plano mais geral, tanto pela perspectiva de integração das favelas à cidade como pela perspectiva de sua exclusão.

Nos últimos anos da década de 1990, moradores(as), movimentos e organizações comunitárias do Grajaú defrontam-se com essa questão, sendo interpelados(as), assim como os demais habitantes da cidade, por um amplo e difuso movimento de resposta ao crescimento da violência e dos sentimentos de medo e insegurança expressos na imagem de “cidade partida” com diversas propostas de integração das favelas à cidade (LEITE, 2000).

No Grajaú, esse ideário de “integração e pacificação” encontra expressão na interpelação de moradores e moradoras de suas ruas e favelas pelo fórum constituído pela Agenda Social, como também no âmbito do Conselho Comunitário de Segurança, dos Conselhos Escola-Comunidade e do Conselho de Saúde da AP-22. Instadas a promover a integração entre “asfalto” e favelas, as “lideranças” do Grajaú, ao “falarem para o bairro” e “pelo bairro”, refazem seu território, redefinindo fronteiras e abrindo passagens.

21 Cf. Leite (2001 a) e Leite e Fabião, neste volume.

22 Como os limites deste texto não me permitiriam analisá-la, optei por sintetizar o contexto que tornou virtualmente possível a grupos sociais diversos criar e recriar as fronteiras e passagens do bairro do Grajaú. Para o desenvolvimento do tema, consultar Leite (2001 a; 2001 b).

## Fronteiras fluidas e passagens

Vimos, de um lado, que as recriações coletivas do bairro se desenvolveram em meio a uma percepção social difusa de que ali a violência, em particular na forma das “guerras de quadrilhas de narcotraficantes” e das “balas perdidas”, crescia desmesuradamente.

Tematizando as fronteiras a partir da violência, o movimento inicial de produção de uma versão consagrada de sua história buscou enfrentar o “bairro violento” e “misturado” pela recriação simbólica do “bairro nobre” e de uma representação comunitária e político-partidária que “falasse por ele”, intermediando seus interesses, inclusive no campo da segurança. De outro lado, contudo, também indicamos como a disputa pela memória e história do Grajaú, ao desvendar as fronteiras fluidas do bairro, abriu a possibilidade de ampliá-las para além desses limites, colocando a possibilidade de incorporação das favelas e dos segmentos pauperizados ao que foi pensado como a “comunidade do bairro”.

Nesse quadro, o Grajaú se refaz, ou melhor, vem sendo continuamente refeito. Além de passar por sucessivos processos de ampliação de seu território e de redefinição das relações de pertencimento de segmentos de sua população mais empobrecidos, o bairro também vem sendo reorganizado espacial e simbolicamente, quando seus(suas) moradores(as) se defrontam com o fantasma de perda de seu atributo de “elite” – representado, no passado, pelo Andaraí e, no presente, pela alteração desse perfil e pela vivência/convivência cotidiana com a violência.

De outro ângulo, neste momento, os moradores e as moradoras se deparam com o tema das favelas e se vêem ante o dilema (que é também de todos os habitantes da cidade do Rio de Janeiro) de integrá-las ou não, definindo suas fronteiras e passagens.

Nessa reconstrução, duas possibilidades se abrem, virtualidades inscritas na própria história do bairro e nas diversas representações do mesmo como um “bairro misturado” ou um “bairro partido”. Uma primeira relaciona-se à reconstrução do Grajaú como um “bairro nobre”, o que envolve dele excluir, recriando suas fronteiras, seus segmentos pauperizados e suas favelas. Uma segunda possibilidade vincula-se à valorização daquilo que, em algum momento e a partir da política, do trabalho e/ou da religião, foi vivenciado como uma “comunidade”. Isso implica construir novas mediações entre moradores(as) das diferentes áreas do bairro e entre os(as) moradores(as) do bairro e das favelas.

Em minha pesquisa, detectei os dois movimentos. O primeiro reproduzia, no fim da década de 1990 e no início do novo século, a definição das mesmas “fronteiras irredutíveis” advogadas no passado. O segundo, que procurava rompê-las, foi efetuado por diversos(as) moradores(as) do “asfalto” e das favelas e, especialmente, por aqueles(as) entre suas “lideranças” que operavam com a perspectiva de integração entre ambos.

Desse campo, surgiram as novas versões da história do bairro, desta vez contadas pela valorização de uma memória comum entre favelas e “asfalto”.

Essas versões resgatavam situações e personagens, o trânsito costumeiro, cooperativo e pacífico entre os dois territórios, procurando redefinir o presente (violento) pelo passado (de tranqüila sociabilidade). Com isso, traziam para a atualidade a idéia dos dois espaços como uma única “comunidade” ou como “comunidades em relação”, valorizando as relações de trabalho e de vizinhança que tradicionalmente as uniram. Procuravam, assim, desvincular as favelas do campo da marginalidade e do crime, ao qual são com tanta freqüência referidas, e facilitar as passagens entre o bairro e suas favelas.



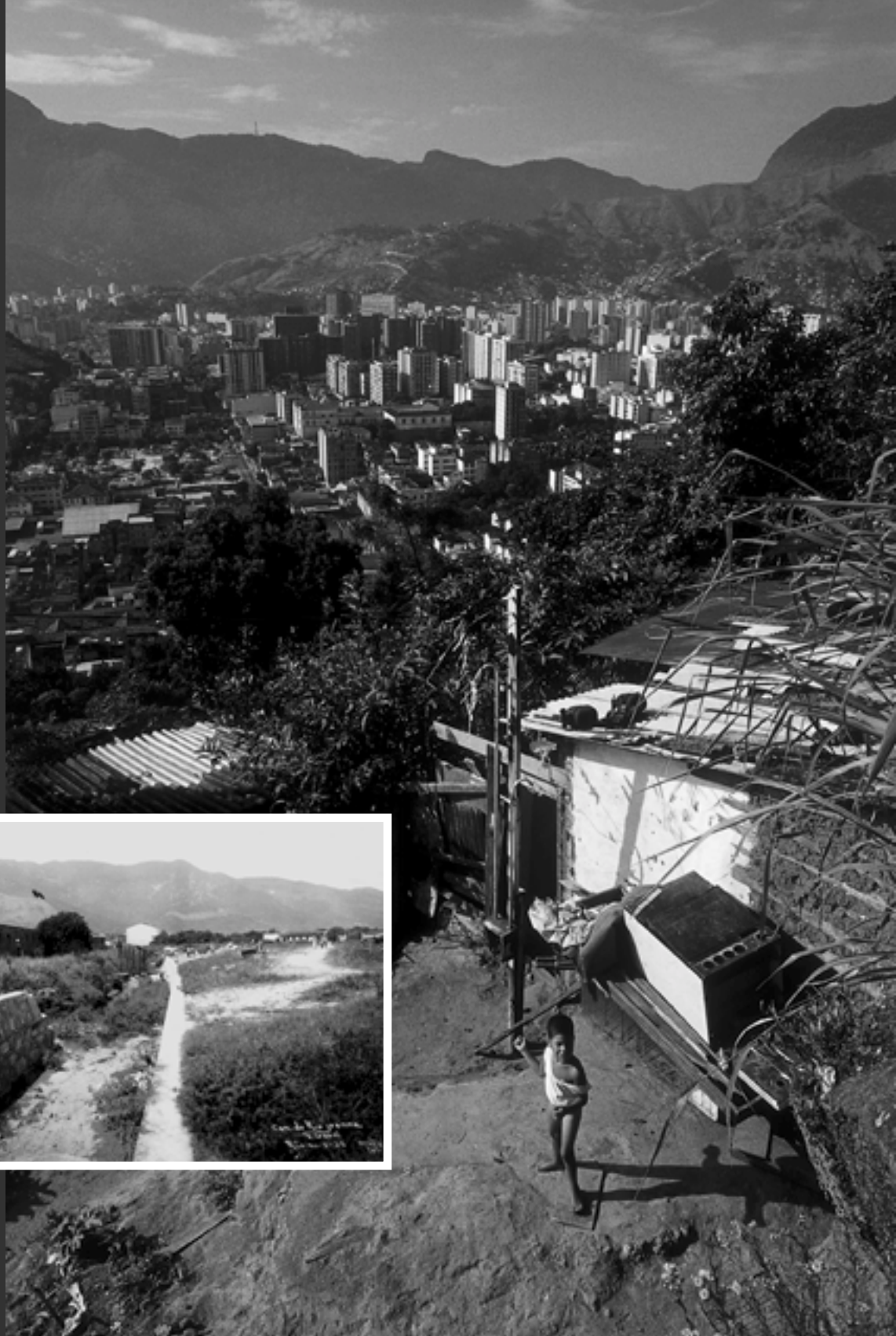
Fonte: Guia Rex, Ed. Carioca, 1985. (Colchete Filho, 1995)

- Ruas "externas": Barão do Bom Retiro e Barão de Mesquita
- Rua Borda do Mato - "Costura" entre os dois loteam.
- Limite oficial do Grajaú hoje
- Ruas "limites": Visc. de Sta. Isabel e Ferreira Pontes

Logradouros citados:

1. 1º loteamento
2. Loteamento Vila América
3. Área periférica

Obras de canalização do rio Joana, em 1935. Morros ao fundo  
Acervo AGERJ



# A Vila de Isabel, Amélia e Drummond

Márcia Vianna Gaspar

No começo do século XIX, grandes transformações ocorreram no Rio de Janeiro. A chegada da família real portuguesa, em março de 1808, com uma comitiva de 15 mil pessoas, rompeu o *equilíbrio da cidade*. Com o crescimento desordenado da população, encravada entre o morro e o mar, a cidade foi obrigada a expandir-se por aterros, muitas vezes feitos com lixo e detritos, sem observância de regras mínimas de higiene.

A elite carioca, que então adquiriu novos hábitos, cultivados por intermédio da leitura, das viagens ao exterior, da observância da moda e da cozinha estrangeiras, até certo ponto refinou-se. Entretanto, embora fosse, desde 1822, centro político-administrativo e econômico-financeiro do Império, o Rio de Janeiro não oferecia conforto nem as condições higiênicas de uma cidade civilizada. O abastecimento de água, que não era canalizada, continuava a ser precariamente feito por escravos. Como não havia rede de esgotos, os dejetos humanos e o lixo eram jogados nas praias, rios e valas. Por outro lado, além do pequeno número de médicos e hospitais, não existia assistência médico-hospitalar mantida pelo governo à população, exceto no caso dos militares.<sup>1</sup>

Em 1828, a higiene pública tornou-se encargo das câmaras municipais, que, a partir do ano seguinte, passaram a ser assessoradas pela recém-criada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. A Sociedade iniciou, então, um projeto de medicina social urbana, baseado no controle da circulação da água e do ar, como o utilizado pelas sociedades de medicina da França. Pelas suas comissões permanentes, a Sociedade de Medicina criou o modelo de intervenção médica, influenciando diretamente a administração da cidade por meio de pareceres para a Câmara Municipal. Assim, elaborou a legislação sanitária e propagou suas idéias nos jornais e revistas especializados (GASPAR, 1996).

---

<sup>1</sup> Os hospitais eram em número reduzido e mantidos por ordens religiosas. A assistência médico-hospitalar pública só se inicia, no Rio de Janeiro, no fim do século XIX (GASPAR, 1995; 1997 a).

Descrito como *Cidade Doente* em diversos pareceres e teses da Academia de Medicina e da Faculdade de Medicina, o Rio de Janeiro era o *Rio de Lágrimas*, como designavam os jornais, onde vidas preciosas de pessoas influentes e anônimas eram ceifadas pela febre amarela (GASPAR, 1996). As condições precárias de higiene pública e a insalubridade marcavam a imagem da cidade no exterior. Segundo Marcílio, diante desse quadro “tenebroso da saúde pública”, o “pior castigo de um diplomata de carreira na Europa era ser designado para o Rio de Janeiro” (MARCÍLIO, 1992/1993).

A epidemia de febre amarela, no Rio de Janeiro, em 1849, deu origem às primeiras políticas sanitárias de largo espectro: divisão da cidade em paróquias, que eram divididas em distritos; criação de Comissões Paroquiais de Saúde Pública; gratuidade de serviços médicos às pessoas pobres; inspeção sanitária; fiscalização do exercício da medicina, cirurgia e farmácia; registro médico; e instalação de hospitais de emergência.

Em 1850, foi criada a Junta Central de Higiene Pública, que incorporou os serviços de Inspeção de Saúde do Porto e o Instituto Vacínico. Seu trabalho não se limitava só ao controle de doenças, de médicos, de boticas e boticários. Embora, nesse primeiro momento, o combate à epidemia fosse prioridade, era também um trabalho de controle da cidade – fiscalizava, emitia pareceres, pedia providências para limpeza de ruas, praias e esgotos, distribuição de carnes e melhoramentos relativos à saúde pública e a problemas de saneamento (GASPAR, 1996).

## Ordenando a desordem urbana

Os problemas eram muitos, e as soluções de médicos higienistas e administradores públicos foram unânimes:

*Devia a cidade ser submetida a um planejamento que assegurasse o alargamento e a abertura de ruas e praças; maior arborização; expansão para bairros periféricos mais salubres para desafogar o centro; a imposição de normas higiênicas para a construção de casas, regularização de rede de água e esgotos. (PEREIRA, 1992: 33)*

Em 1870, já se formara no Rio de Janeiro, entre suas classes abastadas e médias, “uma opinião pública [...] que] era favorável a todo tipo de melhoramento para a modernização da cidade” (PEREIRA, 1992: 35). *Ordenar a desordem urbana* era o lema a ser seguido. Seu instrumento era a ciência. Como ressalta Schwarcz, “nas grandes cidades a entrada deste ideário cientificista difuso se faz sentir a partir da adoção de grandes projetos de higienização e saneamento” (1995: 30-34).

O debate sobre saneamento desenvolvia-se embasado nos binômios *sujeiral desordem e limpeza/ ordem*. Se a salubridade era tida como conseqüência da limpeza e da ordem, a sujeira significava feiúra e falta

de civilização. E “o tom enfático e recorrente sobre a sujeira e a feiúra redobrava-se, na medida que se espalhavam o tifo, a cólera e a febre amarela” (CAVALCANTE, 1985: 89). Mesmo assim, o carioca, espirituoso por excelência, ironizava pelos jornais. “Conheço um sujeito”, diz o folhetinista, “verdadeiramente patriota que anda sempre vestido de verde à espera da febre amarela. Será em tudo um cadáver restrictamente nacional” (RENAULT, 1982: 23).

Uma preocupação constante eram as estalagens e os cortiços. Esses locais eram vistos como ameaças à saúde pública, pois a falta de higiene decorrente das condições de moradia favorecia que as doenças epidêmicas se espalhassem. Entretanto, para além da saúde pública, esse discurso produziu outros efeitos na cidade, como destaca Sidney Chalhoub: “O discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessou sobremaneira a grupos empresariais atentos a oportunidades de investimentos abertas com a expansão da malha urbana da Corte” (1996: 52).

A década de 1870 marcou, ainda, a evolução e o progresso nos transportes, facilitando o trânsito, a comunicação social entre as pessoas e, sobretudo, tornando possível a ocupação de áreas mais afastadas do centro da cidade. Em 1871, foi inaugurada a Empresa Fluminense de Barcas (movidas a vapor), ligando o Rio de Janeiro a Niterói. Desde 1868, já eram regulares os serviços de bondes de tração animal. Os “bondes de burro” transportavam 30 passageiros com suavidade e rapidez, atraindo investidores que criaram várias empresas como a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, a Rio de Janeiro Street Railway (1870), a Companhia Ferro Carril de Vila Isabel (1872) e a Companhia de Carris Urbanos (1878) (RENAULT, 1978; 1982).

Rocha destaca, como característica desse período, “a estreita ligação entre os meios de transporte e a especulação imobiliária”, citando, como exemplo, a atuação da Companhia Ferro Carril de Vila Isabel – encarregada, inicialmente, da ligação do Andarahy Grande (correspondente aos atuais bairros Grajaú, Vila Isabel, Aldeia Campista, Maracanã e Andaraí), de São Francisco Xavier e do Engenho Novo com a rua Uruguaiana – e a criação do bairro de Vila Isabel: “sua principal linha, na verdade, é a de Vila Isabel” (1986: 32). Essa é também a análise de Chalhoub, que sustenta:

*o crescimento da cidade para novas áreas tornou-se factível a partir dos anos 1870 devido à expansão das linhas de bonde. Pouco a pouco, fazendas e chácaras nos subúrbios foram sendo compradas e loteadas numa conjunção de interesses entre empresários da área de transportes e agentes do capital imobiliário. Às vezes um mesmo empresário atuava nas duas áreas de investimento. Um exemplo [...] é o do Barão de Drumond, era sócio da Cia. Ferro-Carril de Vila Isabel e proprietário de lotes de terrenos no bairro de mesmo nome. (1996: 52)*

## Um encanto à francesa

Vila Isabel nasceu em região habitada por indígenas tamoios e, depois, foi ocupada pela colonização portuguesa. Essas terras, então, tornaram-se a Fazenda dos Macacos, de propriedade dos jesuítas, desde o século XVI. Eles a utilizavam para o plantio de cana-de-açúcar com braço escravo. Quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil, em 1759, pelo marquês de Pombal, a Fazenda dos Macacos foi confiscada e passou a ser propriedade da Coroa Portuguesa, tendo sido arrendada aos portugueses Manuel de Araújo, Leonor Fonseca e João Gomes. Abandonada pouco depois, com a não-renovação desses contratos, tornou-se um local agradável para passeios e caçadas, por sua beleza, inúmeros cursos de água e abundância de frutos e caças. Segundo Nilde Aragão:<sup>2</sup> “D. Pedro I, amante da natureza, freqüentemente fazia seus passeios a cavalo e caçava naquelas terras onde, dizia ele, recuperava suas energias” (1997: 11).

Em 1822, a Fazenda dos Macacos tornou-se parte do patrimônio do Império Brasileiro e foi doada pelo imperador, “por considerá-la bela, sua preferida e cheia de flores”, como dote de casamento a d. Amélia, segunda imperatriz do Brasil. De acordo com o primeiro levantamento conhecido de seus domínios, realizado em 1859 pelo conselheiro Joaquim Pereira de Farias, a fazenda tinha 2.420 metros de comprimento, não sendo possível estabelecer a largura, muito variável, por falta de pontos de referência adequados, embora o Rio Joana, de um lado, e a Serra do Engenho Novo, de outro, pudessem ter sido considerados como tais. O segundo levantamento de que se tem notícia, dessa vez cartográfico, foi feito em 1870, revelando que a rua dos Macacos, embrião do boulevard 28 de Setembro – hoje, artéria central do bairro –, era o principal acesso à fazenda (ARAGÃO, 1997: 11-12).

Um empresário, João Batista Vianna Drumond, posteriormente agraciado com o título de barão de Drumond, comprou a Fazenda dos Macacos de d. Amélia, em 3 de janeiro de 1872. Poucos meses depois, em 25 de setembro, vendeu sua sexta parte a Zeferino de Oliveira e Silva (ARAGÃO, 1997: 12-18). Juntos, os dois fundaram, em novembro do ano seguinte, a Companhia Arquitetônica<sup>3</sup> e deram início a um grande empreendimento de urbanização da Fazenda dos Macacos, com o objetivo de criar um novo bairro, planejado, na cidade do Rio de Janeiro (RENAULT, 1982; ARAGÃO, 1997). “A dois de fevereiro de 1874, a

2 Antiga moradora do bairro, proprietária da livraria e editora Conquista e primeira presidente da União dos Comerciantes de Vila Isabel, Nilde Hersen Aragão escreveu e editou um pequeno livro com diversas informações sobre o bairro, com o objetivo de divulgar sua história para moradores e moradoras. Sua família está em Vila Isabel, desde 1943, com uma editora. A autora entrou no ramo em 1948, quando fundou com o pai, Sebastião Hersen, a editora Conquista, que guarda um arquivo sobre o bairro. Reside no mesmo imóvel desde 1954. Em 1994, encaminhou ao então prefeito Cesar Maia o “Projeto Boemia”, que propunha colocar mesas e cadeiras ao ar livre, na frente dos bares, a fim de atrair turistas e resgatar o passado boêmio de Vila Isabel. O projeto foi implantado, contando com a adesão de diversos bares.

3 Entre seus diretores, encontravam-se, além de seu proprietário, Temístocles Petrocochino, figuras de destaque da sociedade fluminense: o barão de São Francisco, os médicos visconde de Silva e Adolpho Bezerra de Menezes, que era integrante da Academia Imperial de Medicina, vereador e deputado pelo Rio de Janeiro, entre outros.



Companhia Arquitetônica vendeu 27 lotes de terrenos [...]. Neste ano começaram as edificações e apareceram as primeiras casas de comércio no bairro [...] de Vila Isabel” (SANTOS, 1934 *apud* ROCHA, 1986: 32).

Vale lembrar que, em 22 de fevereiro de 1872, Drumond tinha obtido, por meio do Decreto nº 4.895, a concessão para estabelecer a linha de trilhos urbanos entre a Corte e os bairros de Andarahy Grande, Engenho Novo e São Francisco Xavier (ROCHA, 1986; RENAULT, 1982). A nova empresa precisava de um local para sede. Um terreno de 270 metros de testada, localizado na rua dos Macacos, foi escolhido entre os lotes que Drumond havia separado para si por ocasião da venda de 25 de setembro e negociado “em troca de seiscentas ações da mesma Companhia”.<sup>4</sup> Em 1873, a Companhia Ferro Carril de Vila Isabel já era uma realização, como a imprensa noticiava:

*Dos mais ativos concessionários, nesta quadra é João Batista Vianna Drumond, proprietário de vasta chácara, fundador do bairro de Vila Isabel. A Ferro Carril de Vila Isabel, de sua propriedade, inicia agora as viagens da Praça da Constituição (Praça Tiradentes) ao portão da Fazenda dos Macacos, passando pelo Largo do Matadouro (Praça da Bandeira). Dela partem ramais para o Andarahy e Engenho Novo. Os trilhos avançam para várias direções ligando bairros ao centro. (RENAULT, 1982: 47)*

Enquanto a salubridade da cidade era criticada e as epidemias continuavam a constituir um de seus tormentos, surgia o novo bairro, projetado pelo dr. Bittencourt da Silva para a Companhia Arquitetônica em moldes franceses. Seu eixo central – uma larga avenida arborizada de 2,5 quilômetros de extensão – recebeu, por isso, a designação de *boulevard*. O saneamento e a higiene, aliados ao progresso, eram o discurso constante, e Vila Isabel, com suas chácaras floridas e árvores frutíferas, era um bairro moderno e aprazível, saudado como encantador e elegante. Entre moradores e moradoras de suas chácaras, o bairro contava, por exemplo, com o visconde de Ouro Preto, último primeiro-ministro do Segundo Império, que vivia na rua 8 de Dezembro.<sup>5</sup>

O nome do bairro foi uma homenagem à princesa Isabel pela assinatura, em 1871, da Lei do Ventre Livre, a cuja data aludia também o nome de sua rua principal, boulevard 28 de Setembro. Pela mesma razão, a praça onde a rua termina foi chamada de 7 de Março, em homenagem à instalação do gabinete do visconde do Rio Branco, um personagem decisivo na apresentação dessa lei (ARAGÃO, 1997).

As ligações de Vila Isabel com os abolicionistas eram várias, do título de barão, que o Império conferiu a seu proprietário por libertar seus escravos e escravas, aos nomes de várias de suas ruas: senador

4 No local, situado no atual boulevard 28 de Setembro, mais tarde foi construída a Companhia de Transportes Coletivos. Hoje, no mesmo lugar, encontram-se o posto de vistoria do Detran e a quadra de ensaios do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Unidos de Vila Isabel. Cf. Aragão (1997: 13).

5 Após a sua morte, com a mudança de seu filho, Afonso Celso, a residência foi ocupada pelo empresário cinematográfico e teatral M. Pinto. Atualmente, no local, funciona uma das escolas mais conceituadas do bairro, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (GERSON, 2000: 361).

Nabuco, pai de Joaquim Nabuco; Torres Homem, conselheiro e professor de Medicina; Teodoro da Silva, ministro da Marinha do gabinete do visconde do Rio Branco; Souza Franco; conselheiro Paranaguá; entre outros (GERSON, 2000).

Vila Isabel, encanto de seu idealizador, ia assim se desenvolvendo. Cada vez mais, ruas eram abertas no bairro e as construções iam se sucedendo. Embora fosse pequeno o número de colégios no Rio de Janeiro, o imperador inaugurou no bairro, em 1875, o Asilo dos Meninos Desvalidos, no boulevard 28 de Setembro, nºs 1 e 3 – atualmente nº 109 –, na área pertencente a Jorge Rudge (GERSON, 2000: 358), que foi adquirida pelo Império com essa finalidade. Pouco depois, o asilo foi transformado no Instituto Profissional João Alfredo,<sup>6</sup> primeira instituição para crianças pobres, oferecendo-lhes, além dos ensino fundamental e médio, o profissionalizante. Nela, estudaram o maestro Francisco Braga e o pintor Batista da Costa (GERSON, 2000: 360).

O acentuado crescimento do bairro e o discurso geral sobre melhoramentos e modernização na cidade propiciaram a instalação de luz elétrica em Vila Isabel, levando a *Gazeta da Tarde* a publicar, no dia 12 de abril de 1884: “Fala-se de melhoramentos para a cidade [...]. E outros já são realidade [...]. Acompanhado de seus camaristas e Ministros, às 8 horas da noite, o Monarca assiste à iluminação eléctrica no boulevard Villa Isabel” (RENAULT, 1982: 190).

Aragão, entretanto, sustenta que a iluminação do local só teria sido realizada após as festividades de 24 de outubro de 1909, quando do calçamento e ajardinamento da praça 7 de Março em decorrência das atividades de uma comissão de moradores que, em 19 de fevereiro de 1910, fundaria a Associação Beneficiadora de Vila Isabel (1997: 38). Essa primeira associação do bairro foi “constituída para defesa de seus interesses pelo médico Alexandre Calaza, Adelino Pinto de Miranda, Ovídio Watson, Bento Carrezedo, Carlos Drummond Franklin, Lapa Pinto e Francisco Dantas Lessa” (GERSON, 2000: 361).

Os anúncios de apresentações de sua casa de espetáculos, o Teatro Vila Isabel, destacavam a elegância, o charme e o requinte do bairro. Segundo Renault, a imprensa, com frequência, referia-se a ele como “um teatro elegante, formado por um elenco ativo” (1982: 197). Além disso, o autor exemplifica a seguir:

*Algumas casas de espetáculo nos são pouco conhecidas. O cronista do folhetim chama a atenção para o que deve ser a abertura do Teatro de Vila Isabel, que se denomina Théâtre d'Eté. Dessa estréia participa a Companhia de Teatro Lírico Francês e o público disporá de bonde (com música) para ida e volta. (1982: 62)*

As corridas de cavalo faziam parte do cotidiano e do lazer da comunidade de Vila Isabel e adjacências. O Jóquei Clube de Vila Isabel realizava corridas para amantes do esporte e do jogo

---

6 Atualmente, funciona, em parte desse terreno, o Colégio Estadual João Alfredo.

(RENAULT, 1982: 190). Mas Vila Isabel é conhecida, sobretudo, por ter sido o berço do jogo do bicho, em uma adaptação (de um jogo “das flores”) ou criação do barão de Drumond para manter o jardim zoológico, que inaugurara em 1888 no Caminho do Goiabal (atual rua Visconde de Santa Isabel). O jogo seria um expediente para enfrentar uma eventual suspensão da verba de manutenção do zoológico, uma subvenção de dez contos de réis por ano, a que se somava a isenção de impostos e direitos aduaneiros de importação de plantas e animais.<sup>7</sup>

O jogo se processava da seguinte maneira: cada ingresso vendido para visitar o Zoológico dava direito a um cupom, que trazia a estampa e o nome do animal para concorrer a um sorteio, que concedia ao ganhador um prêmio vinte vezes maior que o valor pago pelo ingresso. Como ele custava mil réis, o ganhador recebia vinte mil réis. Toda manhã, logo cedo, o barão de Drumond escolhia uma estampa com a figura de um dos 25 bichos que faziam parte do jogo e colocava esta estampa, em um quadro de enormes proporções à porta principal do jardim zoológico. Uma vez o quadro içado, ninguém tinha acesso a ele. Esse quadro era de madeira e trancado à chave. Às 15 horas, o próprio barão de Drumond acionava o dispositivo, exibia o bicho sorteado sem causar dúvida a quem assistia o sorteio. (ARAGÃO, 1997: 27-28)

## Fábricas, vilas operárias e favelas

Entretanto, esse bairro elegante também abrigava fábricas e vilas operárias. Data de 1885 a fundação de um de seus maiores empreendimentos, a Fábrica de Tecidos Confiança, que funcionou por 85 anos e, hoje, é parte integrante da memória de Vila Isabel, lembrada por seus poetas e compositores, especialmente na famosa música de Noel Rosa, “Os três apitos”.

A fábrica, uma das mais antigas da cidade, tinha à sua frente Manoel Salgado Zenha e Francisco Tavares Bastos. A energia para suas atividades era fornecida pela água do Rio Joana, que movimentava suas caldeiras para a produção. Somente com o correr dos anos, a luz elétrica foi introduzida. Em 1905, seu número de teares já havia aumentado de 400 para 1.600. Além disso, já em 1903, possuía uma escola para os filhos de seus trabalhadores (ARAGÃO, 1997; GERSON, 2000) e, desde a última década do século XIX, duas vilas operárias (Vila Maxwell e Vila Senador Soares) nas fronteiras do bairro. A construção dessas vilas foi uma iniciativa da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, que assim se beneficiava dos privilégios concedidos para a construção de casas populares pelo governo imperial, então preocupado com o adensamento dos cortiços e o recrudescimento das epidemias (ABREU, 1987: 57).

---

7 Cf. Gerson (2000) e Aragão (1997).

Além da Fábrica de Tecidos Confiança, as mais antigas fábricas do bairro seriam, segundo novamente Aragão (1997): Fábrica de Sabão Santelmo, Fábrica de Barcos, Fábrica de Vidro Scaronne, Fábrica de Uniformes Militares Moraes Alves, Fábrica de Móveis Walter Soares, Fábrica de Cerveja Portugal, Indústria de Bebidas Amazônia S.A., Fábrica de Penas de Aço e Fábrica de Borracha – localizada na rua Teodoro da Silva. Deve-se registrar, entretanto, uma controvérsia. Para outros autores, várias dessas fábricas estariam situadas no bairro do Andaraí, que também sediou a primeira favela da região.<sup>8</sup>

A ocupação das encostas por trabalhadores(as) desalojados(as) das habitações coletivas – que não conseguiam pagar os aluguéis em alta nem comprar casas nos subúrbios e que procuravam morar perto dos locais onde havia trabalho – não era um fato novo na cidade, remontando ao final do século XIX, quando aparece o termo favela (ABREU, 1987; ROCHA, 1986; CHALHOUB, 1996). Assim, “nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços e a cidade do Rio já entrava no século de favelas” (CHALHOUB, 1996: 17). No caso de Vila Isabel, possivelmente por efeito da construção das vilas operárias próximas às fábricas, as favelas só surgiram em 1921, com o Morro dos Macacos. Quarenta anos depois, o Parque Vila Isabel foi criado, também na Serra do Engenho Novo.

Atualmente, em diversos bairros da cidade, como se sabe, são bastante tensas e difíceis as relações entre a população que habita as favelas e aquela que reside em suas ruas. Esse não parece ser, para moradores(as) mais antigos(as), o caso de Vila Isabel. Para eles(as), a valorização de sua história – que envolveu, por muitos anos, uma tranqüila convivência entre *morro e asfalto*,<sup>9</sup> sua imagem de bairro boêmio e alegre, bem como o enraizamento de sua escola de samba no bairro<sup>10</sup> – parece ter favorecido a criação de uma certa identidade entre as populações das ruas e das favelas.

Vila Isabel, conhecida por seus poetas e compositores, como Noel Rosa e Martinho da Vila, foi e é cantada como o bairro da boemia, dos bares de encontro dos seresteiros, das calçadas musicais, “um logradouro do qual os moradores têm uma espécie de indisfarçável orgulho” (AIZEN & TAVEIRA, 1992: 41). Isso se expressa nas falas de moradores e moradoras:

*Vila Isabel [...] é um bairro família. [Entre] o “Alto Vila” e o “Baixo Vila” [...] não existe grande diferença. Existe, sim, diferença social. [...] Somos uns privilegiados de morar em Vila Isabel. (Ex-presidente do Gres Unidos de Vila Isabel)*

8 Ver sobre o tema, neste volume, o texto de Márcia Leite e Maurício Fabião.

9 Vila Isabel hoje apresenta um grande contraste entre o boulevard 28 de Setembro, área de intensa especulação imobiliária com condomínios e prédios modernos, e as ruas internas ao bairro, onde ainda existe um número significativo de casas com jardins e quintais, muitas de antigos(as) moradores(as) que se conhecem e se freqüentam há anos. Até a explosão da violência na cidade, essa sociabilidade muitas vezes incluía moradores(as) do morro, particularmente por intermédio do samba e da boemia, como veremos adiante.

10 A escola é representada, no bairro, como uma “escola de comunidade”, sendo a “comunidade” definida pelo pertencimento ao samba e não pela favela como local de moradia.

*Em 1930, quando eu nasci, [...] o Morro dos Macacos tinha pouca gente. [...] Preconceito? Para eles pode ter, mas para o pessoal do morro não tem não. A comunidade da Vila não é o morro. É o bairro todo: preto, branco, tudo é uma coisa só. (Morador da rua Petrocochino, um dos limites entre “Alto” e “Baixo Vila”; membro e conselheiro do Gres Unidos de Vila Isabel)*

Nesses depoimentos, a referência a “Alto” e “Baixo Vila”, para denominar o *morro* e o *asfalto*, sugere que a diferença social não é suficiente para “partir” o bairro.<sup>11</sup> “Tudo é Vila Isabel”, segundo as pessoas entrevistadas. É interessante observar, então, que a diretoria da Associação de Moradores e Amigos de Vila Isabel esperava, segundo pesquisa realizada em 1999, “maior compreensão dos moradores do asfalto para que aceitem a presença dos moradores das favelas do bairro em reuniões e ações conjuntas” (NOVAES, 2000: 21).

Esse depoimento, embora aponte os limites daquelas interpretações, também indica suas possibilidades, ratificadas num samba bastante lembrado: “Muito prazer: eu sou a musa, eu sou a fonte [...] mas pode me chamar de Vila, que o orgulho é o meu brasão”.<sup>12</sup>

---

11 Em relação ao tema, consultar o texto de Márcia Leite neste volume.

12 Samba-enredo do Gres Unidos de Vila Isabel, carnaval de 1994: “Muito Prazer, Isabel de Bragança e Drumond, Rosa da Silva, mas pode me chamar de Vila”, de Vilani Silva (Bombri), Evandro Bocão e André Diniz.

Trecho da rua Pontes Corrêa, em 1935. Morros ao fundo  
Acervo AGERJ



# De volta para o futuro: imagens e identidades no Andaraí\*

Márcia Pereira Leite  
Maurício França Fabião

Assim como muitos outros bairros da cidade do Rio de Janeiro, o Andaraí tem um nome de origem indígena. Andaraí é uma alteração de *andr'ay* e corruptela de *andirá-y*, que significa “rio dos morcegos”. Refere-se aos pequenos morcegos que ali viviam “pelos margens [...], pregados aos troncos das árvores, donde saem a alimentar-se de insetos e frutas silvestres” (SILVA, 1961: 30). Vindo do Morro do Excélsior, o “rio dos morcegos” descia as encostas da Serra do Andaraí e se espraiava pela planície, onde abundavam as frutas (amêndoas, sapos e outras) que atraíam os morcegos. Possuía vários trechos navegáveis e muitos peixes, tendo sido canalizado, em 1809, para “reforço do abastecimento da água à cidade” (SILVA, 1961: 30). Por sua importância para a vida na região, o “rio dos morcegos” ou *andirá-y* nomeou sucessivamente – embora seu próprio nome tenha sido posteriormente alterado para Rio Joana – a serra e dois vales (Andarahy Grande e Andarahy Pequeno), um caminho e uma rua, o antigo arrabalde e o atual bairro (CARDOSO *et al.*, 1984: 26).

O bairro do Andaraí se localiza na Grande Tijuca, limitado por Vila Isabel, Tijuca, Grajaú e pela Serra do Andaraí, parte do Maciço da Tijuca. Representa, hoje, uma pequena parte do Andaraí Grande, território originalmente integrante da Sesmaria do Iguaçú, doada por Estácio de Sá, em 1º de julho de 1565, à Companhia de Jesus. A sesmaria era constituída por uma grande extensão de terra entre Inhaúma e Rio Comprido, antigo Rio Iguaçú (LEITE, 1938: 67). É este autor que a descreve, apontando seus limites:

*[...] constava de “uma água que se chamava Iguaçú, que poderia estar légua e meia do arraial de Estácio de Sá”. A sesmaria ia desde a nascente de água até à baía de Guanabara, seguia a*

\* Este capítulo foi redigido com base no resultado de diversas pesquisas. Apresenta aspectos da história do Andaraí desenvolvidos por Leite em sua tese de doutorado (2001 a) e, posteriormente, nos projetos “História dos bairros e comunidades da Grande Tijuca”, Agenda Social/Novib/Uerj e “Política, religiosidade e trabalho: mediações da cidadania em favelas cariocas”, Uerj. Contou, no último projeto, com a colaboração dos bolsistas de iniciação científica Débora Fontainha (2000/2001) e Rodrigo Salgueiro Barbosa (2000/2002), aos quais os autores agradecem. Incorpora também elementos do passado e do presente do Andaraí, discutidos por Fabião (2000; 2002) em seus estudos e pesquisas para sua dissertação de mestrado.

*praia ao longo dela, “para a banda do noroeste, cortando direto até uma tapera, que se chama Inhaum, outro tanto em quadra pela terra dentro”. De acordo com estas confrontações, e para as fiar, determinou o Capitão-mor que aquela terra pelo sertão, de Iguaçú a Inhaúma, fosse de duas léguas. (1938: 413-414)*

Os jesuítas exploraram economicamente a sesmaria por meio da criação de gado, do cultivo da cana-de-açúcar e da construção de engenhos de açúcar em suas fazendas, além de arrendarem parte de suas terras. Seus três engenhos eram assim designados: o velho (cujo centro era a atual Igreja de São Francisco Xavier do Engenho Velho,<sup>1</sup> hoje localizada na rua homônima e perto do largo da Segunda-Feira), o novo (o atual bairro do Engenho Novo) e Fazenda São Cristóvão.

*As terras do Rio utilizaram-se no decorrer do tempo, de acordo com as exigências urbanas. Depois do gado, a fabricação de açúcar, primeiro as mais próximas e depois as mais longínquas, e para a cultura de legumes, cereais e frutas. Assinalaram-se sobretudo o Engenho Velho, o Engenho Novo e S. Cristóvão; e no século XVII arrendaram-se aos moradores inúmeros tractos de terra, donde surgiram as famosas chácaras fluminenses do século XVIII. (LEITE, 1938: 67)*

O grande atrativo dessas terras para as centenas de sitiante que ali se estabeleceram, pagando aos jesuítas um aluguel anual, foi a intensa atividade desses padres, que, utilizando a mão-de-obra escrava, “modificaram o curso dos rios, fizeram canais e represas e prepararam o terreno para o cultivo” (CARDOSO *et al.*, 1984: 50). Quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil pelo marquês de Pombal, em 1759, quase todas as suas terras foram a leilão público, sendo então ocupadas por inúmeras novas fazendas, entre as quais progressivamente se destacaram as de café nas encostas do Maciço da Tijuca, bem como muitos sítios e chácaras que produziam produtos agrícolas para consumo da cidade (CARDOSO *et al.*, 1984; CARDOSO, 1989).

Nessa época, o Andaraí Grande era um grande latifúndio que pertencia quase integralmente ao

*[...] juiz Francisco Cordovil de Siqueira, que o havia adquirido por dez réis de mel coado do vasto acervo dos jesuítas [...]. E dizia-se Andaraí Grande [...] para que ele não fosse confundido com o Andaraí Pequeno, que era a planície tijuca dos arredores da Muda. É por isso que o caminho (mais tarde uma rua) aberto através dele se chamou também do Andaraí Grande, e seu ponto de partida era na Conde de Bonfim e só depois é que se*

<sup>1</sup> Para a análise da constituição e desenvolvimento do bairro da Tijuca, agregando, em meados do século XIX, as localidades então denominadas de Engenho Velho, Rio Comprido, Fábrica das Chitas, Andaraí Pequeno e Tijuca, ver Cardoso *et al* (1984), um clássico sobre o tema.



*converteria na rua Barão de Mesquita ao dar-se a sua fusão com a rua da Babilônia (que nascia na São Francisco Xavier) [...]. (GERSON, 1959: 338)*

Até o início do século XIX, o Andaraí Grande ainda tinha características rurais. No entanto, com a decadência do café do Rio de Janeiro devido à produção paulista, as antigas fazendas foram retalhadas em chácaras e casas de recreio, e o perfil do Andaraí Grande foi se alterando.

A inauguração de linhas de bondes, em 1873, ligando definitivamente a região ao centro da cidade, possibilitou, enfim, que o Andaraí Grande adquirisse “função residencial urbana”. A partir de então, foi ocupado, sobretudo, por residências de caráter permanente, construídas ou adquiridas por uma população que tinha recursos suficientes para não mais morar no centro, cada vez mais congestionado e degradado, mas não para “arcar com os custos, já elevados, dos terrenos da Glória, Botafogo ou Tijuca” (ABREU, 1987: 41). Aos poucos, vários loteamentos residenciais foram construídos em suas terras: Vila Isabel (1873), Aldeia Campista (1897), o loteamento da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções (a partir de 1912) e o Vila América (1920).<sup>2</sup> Já em 1894, os *Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil* descrevem o Andaraí Grande como um

*[...] extenso arrabalde da Capital Federal, formado por um immenso valle circulado em parte por montanhas pouco elevadas. É bastante povoado, cortado por diversas ruas e ligado ao centro da cidade por uma linha de bonds. Possuem elegantes chácaras e prédios de custosa construção, sobresahindo Mentre estes o Collegio Militar, assente na base do morro da Babylonia. [...] Na rua Barão de Mesquita ergue-se em pequena elevação a igreja de N. S. da Conceição. É nesse arrabalde que fica o Hospital Militar. (PINTO, 1894: 77)*

A região urbanizava-se, seguindo o modelo que já era aplicado na cidade e vinha produzindo uma crescente “estratificação social do espaço”, ao promover a “elitização dos espaços urbanos centrais”, dotando-os de melhor infra-estrutura urbana e reservando-os para moradia das camadas médias e altas da população, enquanto expulsava as camadas de baixa renda para as periferias (ABREU, 1987).

No Andaraí Grande, também se formou um centro e uma periferia. Assim, enquanto a Tijuca, Vila Isabel e, depois, o Grajaú, em sua configuração original (o loteamento da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções), foram bairros valorizados como residenciais, o Andaraí foi reorganizado como bairro-operário, passando a concentrar as novas fábricas, vilas operárias e moradias populares que então se construam.

<sup>2</sup> Para o primeiro e os dois últimos loteamentos, consultar, respectivamente, os artigos de Gaspar e de Leite, neste livro.

## Bairro-operário

Desde o final do século XIX, várias fábricas foram se instalando no Andaraí, atraídas pela quantidade e qualidade de água na região, pelo sistema regular de transporte e pelo preço relativamente mais baixo dos terrenos. Podemos citar, por exemplo, várias olarias, três grandes fábricas de tecidos (América Fabril, Fábrica Confiança e Cruzeiro) e muitas outras, de porte variado, como Vidros Escarroni, Lanifício Ideal, Indústrias Reunidas Alba (de material sanitário), Fábrica de Projetis de Artilharia, Hanseática, Botões Hashya, Orlando Rangel, Capivarol, Merck, Knoll, Hidroesb (COLCHETE FILHO, 1995; LEITE, 2001 a).<sup>3</sup>

No bairro também foram construídas vilas operárias, como a Vila Maxwell e a Vila Senador Soares (ambas em torno da fábrica de tecidos Confiança Industrial), uma vila em torno da Fábrica de Projetis de Artilharia e, segundo as pessoas entrevistadas, outras que se situariam nas ruas Paula Brito e Ferreira Pontes. Como se sabe, essa prática não era usual no Rio de Janeiro. A alternativa de moradia mais comum para os(as) trabalhadores(as) eram as habitações coletivas e, com sua destruição, as favelas. Essas vilas, no entanto, foram construídas para aproveitar as vantagens fiscais e os privilégios que o governo imperial oferecia, desde 1882, com o objetivo de eliminar os cortiços e estalagens considerados insalubres, às empresas que construísem “casas higiênicas” para seus operários. Também constituíram uma forma para seu controle e *disciplinarização* fora do espaço fabril.<sup>4</sup>

As fábricas localizadas no Andaraí atraíram trabalhadores e trabalhadoras que não encontraram moradia nas vilas operárias nem tinham condições de arcar com o preço dos aluguéis no próprio bairro<sup>5</sup> ou mesmo nos subúrbios servidos pelos ramais de trem. Assim, seguiram a alternativa de moradia, que já estava aberta na cidade desde que a reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos (1902/1906) destruía as habitações coletivas no centro da cidade: a ocupação das áreas de encostas, públicas e privadas, em regiões onde houvesse oferta de empregos industriais, no comércio e/ou domésticos. As favelas, até então concentradas em poucos morros, quase todos na área central do Rio de Janeiro, foram se expandindo para as zonas Norte e Sul e os subúrbios (ABREU, 1987; VALLADARES, 1991; LEITE, 2001 a).

Apesar de serem consideradas um problema social e estético, que deveria ser erradicado (Plano Agache, 1930), e de sua expansão, do aluguel de suas construções e do arrendamento do solo serem proibidos (Código de Obras, 1937), as favelas cresciam, muitas vezes com a concordância dos donos dos terrenos e a tolerância do poder público (OLIVEIRA *et al.*, 1983; LEITE, 2001 a). Assim, nas encostas do Maciço da Tijuca localizadas no bairro

3 A América Fabril ficava onde, hoje, existe um condomínio apelidado de Tijolino; a Confiança Industrial localizava-se no lugar atualmente ocupado pelo hipermercado Extra Boulevard; a Projetis de Artilharia foi construída na rua Caçapava, hoje Grajaú; já a Hanseática tornou-se a Brahma e, posteriormente, o hipermercado Extra Maracanã.

4 Para o ponto, ver o artigo de Gaspar, neste livro. Abreu (1987) e Ciavatta (2002) destacam o papel das vilas operárias nessa subordinação de trabalhadores e trabalhadoras à rotina, aos valores e aos interesses fabris.

5 Embora minoritária, essa alternativa também existia no bairro como indica Gerson: “[...] junto ao morro da Babilônia, onde Maria José Rodrigues Torres construíra vilas de casas populares para alugar [...]” (1959: 338).

do Andaraí, surgiu a primeira favela da região, Arrelia (1891), logo seguida por Salgueiro (1901), na Tijuca. Nas décadas seguintes, formaram-se no bairro as favelas do Morro do Andaraí (1930), Buraco Quente (1941), Jamelão (1941), Morro do Cruz (1950), Nova Divinéia (1971), João Paulo II (1979) e Juscelino Kubitschek (década de 1980), bem como, na fronteira com o Grajaú, Vila Rica ou Borda do Mato (possivelmente na década de 1940).<sup>6</sup>

Concentrando fábricas e vilas operárias, favelas e moradias populares, a imagem do Andaraí foi se formando como um bairro proletário, que se destacava dos bairros residenciais em seu entorno. Pouco depois, quando o Decreto-lei 6.000/37 instituiu uma nova zona industrial na cidade, limitando a expansão de fábricas nas zonas Sul e Norte, muitas fábricas ali instaladas venderam, com lucro, para loteamentos residenciais os terrenos que ocupavam, migrando para a nova zona industrial (ABREU, 1987; LEITE, 2001 a). Para o Andaraí, entretanto, já era tarde: o bairro tinha cristalizado uma identidade operária.

Cabe aqui uma comparação com a vizinha Tijuca, onde também existiam diversas fábricas (de tecidos, chapéus, rapé, cigarros, laticínios, gelo, papel e papelão). Apesar disso, a imagem do bairro passou ao largo dessa face operária, valorizando, sobretudo, a área que comportava sítios, chácaras e confortáveis residências de classe média. Nesse bairro, parece ter ocorrido um processo inverso ao do Andaraí. A mobilidade do nome Tijuca – “um nome que sobe e desce” (CARDOSO *et al.*, 1984) –, com a sucessiva redefinição dos lugares por ele designados, possivelmente contribuiu para uma recomposição dos significados a ele associados, que alargou para o território final do bairro os atributos positivos de algumas de suas partes originais (por exemplo, o ar puro, a natureza exuberante e o clima saudável da floresta e sua face “burguesa” manifesta na prosperidade, na elegância e no conforto de seus solares e da praça Saens Peña).

Esses deslocamentos espaciais manifestam-se nas descrições da Tijuca, verdadeiras exaltações ao bairro, recolhidas por Cardoso e colaboradores:

*[...] a Tijuca, a cidade na floresta, o selvagem e o acolhedor [...], uma quase Suíça ao sol.*<sup>7</sup>

*[...] tem ares prósperos de casa burguesa, bem instalada, numa bonita paisagem com seus hábitos recatados, mas civilizados, com seus usos próprios, com seu padrão específico de conforto; grandes cinemas, grandes clubes, grandes sorveterias, grandes casas comerciais.*<sup>8</sup>

6 Na Grande Tijuca, surgiram então: Formiga (1911), Borel e Bananal (1921), Casa Branca e Liberdade (1931), Chacrinha (1941), França Júnior (1961) e Indiana (1965), na Tijuca; Morro do Encontro (1931), na Serra dos Pretos Forros, fronteira entre Grajaú e Engenho Novo; Morro dos Macacos (1921) e Parque Vila Isabel (1961), em Vila Isabel (Leite, 2001 a). O crescimento do número de favelas e de sua população também se deve aos(as) migrantes rurais que, desde a década de 1940, deslocaram-se em grande número para o Rio de Janeiro, sem emprego e sem condições de comprar ou alugar uma moradia. Em 1950, 62% da população total das favelas era composta de migrantes; percentual que foi sendo reduzido para 52,8%, em 1960, e 47,95%, em 1970 (OLIVEIRA *et al.*, 1983: 37).

7 J. Chagas. In: COELHO, J. do P. (Org.). *O Rio de Janeiro na literatura portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. IV Centenário, 1965, p. 92 *apud* Cardoso *et al.* (1984: 42).

8 Peregrino Jr. In: BANDEIRA, M. Bandeira; ANDRADE, C. D. de. *Rio de Janeiro em prosa e verso*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965, p. 104 *apud* Cardoso *et al.* (1984: 43).

A eles se soma, entretanto, outro tipo de deslocamento, dessa vez no tempo. Enfatizando um “passado aristocrático”<sup>9</sup> do bairro pela qualidade de seus moradores (o conde de Bonfim, seu filho, o barão de Mesquita, o duque de Caxias, o barão de Paranapiacaba e vários homens ilustres), traz, para o presente, a imagem da Tijuca como “bairro nobre”.<sup>10</sup>

## Bairro invisível

Vila Isabel, Grajaú, Tijuca e Andaraí são, hoje, habitados em grande parte por camadas médias da população. Entretanto, enquanto os três primeiros permanecem sendo representados como “bairros nobres” ou, pelo menos, “residenciais”, prevalece a identificação do Andaraí firmemente ancorada no passado como um “bairro operário”. Como tal, seria marcado pelas características negativas que, desde o início do século XX, são atribuídas em nosso país às classes trabalhadoras, aproximando-as de “classes perigosas”, “malandros” e “marginais” (PINHEIRO, 1981).<sup>11</sup> Essa é também a interpretação de um antigo morador do bairro, membro de sua associação de moradores, a Amaraí, e grande divulgador de sua história:

*O que existe aqui é o seguinte: é uma vergonha de se dizer que [se] mora no Andaraí. [...] O Andaraí, ele foi um bairro operário. [...] Ficou sendo sempre um bairro operário. [...] Muitos pensam que [o preconceito] é por causa do morro, mas não. O preconceito é de associar o Andaraí a um bairro operário.*<sup>12</sup>

Por outro lado, a esse passado se vincula um presente em que o bairro quase sempre só ganha visibilidade na cidade por suas favelas. Isso renova – e amplifica – sua condição de subalternidade na região, requalificando-a pela pauperização e violência. Assim, produzem-se outros estigmas em relação ao bairro.

Nesse processo, encontram-se e combinam-se vários elementos, entre os quais a progressiva restrição dos lugares associados ao nome Andaraí, que, como vimos, já designou os dois vales e a serra, o arrabalde e o bairro. Atualmente, entretanto, como destaca Fabião (2002), o nome Andaraí remete, sobretudo, ao hospital

9 As aspas indicam expressões das pessoas que entrevistamos.

10 Usamos a expressão no sentido atribuído por Elias e Scotson (2000) e discutido por Leite (2001 a e 2001 b). Notar que o mesmo procedimento é utilizado na construção social dos bairros do Grajaú e de Vila Isabel, como analisado respectivamente nos artigos de Leite e Gaspar, neste livro.

11 Ainda que apresentem variações entre si, os quatro bairros se encontram na faixa superior do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia as condições de vida/moradia, considerando as variáveis “acesso ao conhecimento”, “recursos monetários” e “saúde e sobrevivência”. Cf. Censo Demográfico de 1991, IBGE. Vale registrar que o IDH do Andaraí é até superior ao de Vila Isabel.

12 Os depoimentos, sem indicação explícita contrária, foram recolhidos no âmbito dos projetos “História dos bairros e comunidades da Grande Tijuca” e “Política, religiosidade e trabalho: mediações da cidadania em favelas cariocas”.

(do Andaraí) e ao morro (do Andaraí), sua favela central; ambos constituindo os principais símbolos do bairro. Ao contrário da Tijuca, no Andaraí a recomposição de sentidos opera encapsulando a designação do bairro em significados negativos. O hospital alude, mais do que à saúde, à doença e à morte. Já o Morro do Andaraí remete, especialmente a partir da década de 1990, com o agravamento da criminalidade violenta vinculada ao tráfico de drogas, a imagens de pobreza e crime, marginalidade e violência.

E essas parecem ser também imagens associadas ao bairro pelos moradores e moradoras, como Fabião (2002) pôde recentemente constatar. Em suas primeiras explorações de pesquisa no bairro, foram freqüentes as referências negativas à associação da imagem do Andaraí com a do Morro do Andaraí, ou seja, do bairro com a favela,<sup>13</sup> como no depoimento abaixo:

*[Pontos negativos?] Nenhum, só a fama [...], porque a fama [do Andaraí] é de morro, tiroteio. Mas é um bairro familiar.*

Embora muitas vezes críticas, ponderando que essa associação seria formulada por quem não conhece o Andaraí, essas representações eram muitas vezes reproduzidas na própria fala de seus moradores e moradoras, o que sugere serem mais abrangentes e enraizadas no local. Assim, ao dizer o que lhe vinha à mente quando pensava no Andaraí, a mesma moradora responde ao pesquisador:

*Tiroteio, mora no morro, assalto, bala perdida.*

Leite (2001 a), por outro lado, acompanhando o tratamento que a mídia confere à violência no bairro vizinho do Grajaú, mostrou diversos deslocamentos operados pelos jornais, incapazes ou desinteressados de localizar exatamente a ocorrência de determinados atos violentos nas favelas da região. Nesse caso, a designação do conjunto de favelas situadas nos bairros do Andaraí e do Grajaú como Complexo do Andaraí termina por contaminar com a violência ambos os bairros, ao fazer repercutir em um bairro eventos ocorridos em outro. Transforma-os, assim, integralmente em “áreas de risco” expostas a tiroteios e balas perdidas, entre outros “perigos”.

No caso do Andaraí, com a reorganização dos significados que passam a designar o bairro, esse deslocamento é potencializado. Não raro, Leite identificou situações violentas ocorridas em favelas do Grajaú (integrantes do Complexo do Andaraí), noticiadas como tendo ocorrido no Morro do Andaraí. Porém, mesmo quando os jornais situavam corretamente os casos de violência acontecidos nas favelas, o próprio desconhecimento dos(as) moradores(as) das ruas de ambos os bairros sobre as divisões espaciais nas encostas e a localização exata das favelas ali sediadas promovia a aproximação antes apontada. Por

13 O que, por outro lado, indica que, para moradores e moradoras do Andaraí, as favelas não integrariam o território do bairro, sendo incorreta a aproximação que a violência faz operar. Para a discussão das premissas desse tipo de percepção na cidade do Rio de Janeiro, ver o capítulo sobre o Grajaú, neste livro, e Leite (2001 a).

fim, os jornais também realizavam um outro deslocamento: a atribuição às favelas, sob a rubrica genérica de “violência” que delas proviria, de um conjunto de fatos violentos que não tinham sua origem ou motivação nelas (por exemplo, a violência policial nas favelas), mas nas ruas, nos assaltos a ônibus etc. Assim, amplificavam a violência nos bairros pela mera presença das favelas em seu território (LEITE, 2001a). Todos esses elementos contribuíram para a identificação do Andaraí como um bairro violento e pauperizado. Essas imagens estiveram na origem de uma significativa reestruturação do território do Andaraí, que teve extensas áreas incorporadas por Vila Isabel, pelo Grajaú e pela Tijuca. Ainda que atendendo a critérios urbanísticos, sem dúvida nessa reorganização a especulação imobiliária teve seu papel. Atualmente, a configuração do bairro é a que se segue:

*Do entroncamento da Rua Agostinho Meneses com a Rua Barão de Mesquita seguindo por esta (incluída, incluindo a Rua Rocha Pombo) até a Rua Uruguai; por esta (incluída) até a Rua Maria Amália; por esta (incluída), atravessando a Rua França Junior (incluída), até a Rua Professor Pizarro (incluída); Rua Tenente Marques de Sousa (excluída), até o seu final; daí, subindo a vertente em linha reta, até o ponto de cota 243m no morro do Borel; deste ponto, subindo o espigão (excluindo a favela do Borel) até o ponto de cota 523m no morro do Excelsior; deste ponto descendo pelo espigão da serra dos Três Rios passando pelo ponto de cota 328m, até o final da Rua Adolfo Caminha; por esta (incluída); Rua Ferreira Pontes (incluída, incluindo a Travessa Ferreira Pontes) até a Rua Barão de Mesquita; por esta (excluída) até a Rua Duquesa de Bragança (excluída); Rua N. S. de Lourdes (excluída); Rua Mendes Tavares (excluída); Rua Teodoro da Silva (excluída) até a escadaria da Igreja de Santo Antônio de Lisboa; por esta e pela Rua Curupιά (excluída) até encontrar o prolongamento da Rua Pontes Correia, por esta (excluída) até a Rua Maxwell; por esta (incluindo apenas o lado ímpar) até a Rua Agostinho Meneses; por esta (incluída) ao ponto de partida. (Cf. Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro)*

A perda de parcela de sua área para o Grajaú, por exemplo, operada por meio do Decreto 3.157/81,<sup>14</sup> representou uma tentativa de valorização dos terrenos e edificações da área. O mesmo possivelmente ocorreu nas áreas agregadas a Vila Isabel e Tijuca. A pressão, nesse sentido, manifestou-se, no passado, em vários lançamentos imobiliários no Andaraí, anunciados e vendidos como se fossem construídos em um dos bairros vizinhos; hoje, ela persiste na recusa de vários desses empreendimentos, bem como de diversos estabelecimentos comerciais e de serviços socialmente valorizados, a se identificarem como situados no bairro do Andaraí.

14 Cf. Leite, neste livro.

Colaboram, assim, para a sua descaracterização simbólica, ao emprestarem uma marca positiva para a construção identitária dos bairros vizinhos como modernos e bem-servidos de equipamentos e serviços urbanos. Alguns exemplos foram apontados por Fabião (2002): o Sesc Tijuca – Serviço Social do Comércio –, situado na rua Barão de Mesquita, Andaraí; o *shopping center* Iguatemi (primeiro grande *shopping* da Grande Tijuca), também situado no Andaraí, mas divulgado como se fosse em Vila Isabel; a quadra de ensaios da Escola de Samba do Salgueiro, apresentada como localizada na Tijuca. A eles se somam as muitas pequenas e grandes lojas, padarias, academias de ginástica etc. que, embora geograficamente situadas no Andaraí, preferem auferir prestígio, dizendo-se localizadas nos bairros vizinhos. Contribuem, assim, para diluir ainda mais as fronteiras do bairro.

Enfim, os elementos que analisamos (associação com favelas, amplificação da violência, redefinição do território e diluição das fronteiras) combinam-se, nas formulações de muitos dos moradores e moradoras do Andaraí que tivemos a oportunidade de ouvir, a uma estratégia (consciente ou não) de valorização de suas residências pela produção e/ou reprodução de um deslocamento espacial quanto aos locais em que moram, situando-os em Vila Isabel, ou no Grajaú, ou, ainda, na Tijuca.

Esse é o caso, por exemplo, de moradores(as) do condomínio “Tijolinho”, construído na área da América Fabril, próximo aos limites do Andaraí com Grajaú e Vila Isabel. Bastante significativa também foi a experiência de Fabião (2002), ao entrevistar dez moradores(as) do Andaraí que residem em uma área de fronteira com a Tijuca. Indagados sobre o bairro em que moravam, apenas um respondeu, sem qualquer justificativa, que residia no Andaraí. Os nove outros depoimentos são elucidativos do ponto destacado:

*Tijuca.*

*Sei que é Andaraí, mas para mim é Tijuca.*

*Tijuca, embora more no Andaraí.*

*Andaraí, apesar de todo mundo achar que é Tijuca.*

*Tijuca, apesar de tratarem como Andaraí.*

*Andaraí, mas ninguém é [do bairro], pois moramos na rua Uruguai, que é conhecida como Tijuca. Fico em dúvida, se é Andaraí ou Tijuca. O primeiro é pertinho daqui, mas é Tijuca.*

*Segundo o CEP, moro no Andaraí. Mas achava que morava na Tijuca. O CEP do outro lado é Tijuca, sabia?*

*Para mim é Andaraí. Mas pode ser Tijuca, Vila Isabel. [...]. Hoje é uma coisa só.*

No caso, possivelmente se manifesta, para além da dificuldade de perceber as fronteiras entre os bairros, o poder de atração da Tijuca, como vimos, socialmente valorizada como bairro residencial, mas também por concentrar locais de lazer, comércio, serviços e transportes.<sup>15</sup> Tudo isso levou Fabião a sustentar que o bairro do Andaraí vem, progressiva e acentuadamente, se tornando “invisível” (2000; 2002).

## Entre bairro operário e aristocrático

Há mais de uma década, diversas pessoas que residem no Andaraí, muitas participantes da Associação de Moradores e Amigos do Andaraí (Amaráí), empreendem um enorme esforço para alterar as representações negativas associadas ao bairro, ora aproximando-o da imagem de bairro aristocrático, ora procurando recriar a dignidade de um bairro operário. Ao fazê-lo, também operam com os deslocamentos (espacial/temporal) antes analisados: da recusa à progressiva diminuição do território do bairro – reafirmando, a cada momento e em diversos fóruns, a legitimidade e a irredutibilidade de sua configuração territorial original – à recuperação do bairro como possível cenário de romances de Machado de Assis, passando pela celebração das figuras ilustres do Império e da República que ali teriam residido. Valem todos os olhares ao passado para a construção de um futuro que possa ser valorizado e, assim, compartilhado pelo conjunto de moradores(as).

O primeiro passo foi o resgate e a divulgação de sua história. Tal qual Grajaú e Vila Isabel, o Andaraí também tem os seus “historiadores”, ou melhor, seus “guardiães de memória”. São personagens que pesquisaram arquivos e bibliotecas públicas, recorreram a entrevistas com antigos moradores e traçaram as origens do bairro, buscando consolidar seu “mito de origem”<sup>16</sup> e realimentar a população do Andaraí com “seu trabalho de enquadramento da memória coletiva” (POLLAK, 1992). Assim, recolheram e divulgaram histórias e documentos, depoimentos e versões que passam de morador(a) a morador(a) em conversas quotidianas sobre o bairro, mas que são especialmente lembrados nas diversas ocasiões em que explicitamente celebram sua história e cristalizam sua memória.

Esse movimento de valorização do Andaraí e de produção de uma versão consagrada de sua história reuniu diversos atores. Um dos mais ativos foi um professor, então vice-presidente da Amaráí, cuja atividade de pesquisa e sinopse resultou na elaboração de um pequeno folheto denominado *Pequena história do Andaraí*, divulgado, possivelmente pela primeira vez, na I Semana do Andaraí, realizada em setembro de 1984. O folheto recupera a história do bairro desde a Sesmária do Iguaçú, passando por sua urbanização e transforma-

15 Sobre o tema, consultar o artigo de Cardoso, Vaz e Aizen, neste livro, bem como Cardoso *et al.* (1984).

16 Usamos a expressão no sentido atribuído por Leite (2001 a) e de acordo com Castoriadis, para quem todo mito é “um modo pelo qual a sociedade investe de significações o mundo e sua própria vida no mundo” (1987: 235).



ção em bairro operário e chegando aos dias atuais com sua reorganização territorial. Entretanto, ele o faz apenas para negá-la e reivindicar que o bairro retorne ao Andaraí tradicional.

*Mas o Andaraí tem limites bem definidos e documentados: começa na Praça Lamartine Babo, pela Rua Gonzaga Bastos margeando a Aldeia Campista e sobe parte da extensão da Teodoro da Silva. Dobrando na Rua Barão do Bom Retiro, sobe a Borda do Mato até a Serra. Em toda a extensão da Rua Uruguai até o Rio Maracanã, onde se divide com a Tijuca, só não lhe pertence a Rua Gal. Espírito Santo Cardoso. Todo esse miolo territorial aí é Andaraí, fato que decerto vai assustar muita gente que não tinha a menor idéia dessa extensão.*<sup>17</sup>

Ao que sabemos, a publicação da *Pequena história* foi articulada pelo grupo de moradores(as) antigos(as) participante da Amarai, que obteve vários apoios de órgãos públicos e instituições privadas e investiu fortemente em sua divulgação e reprodução em diversas ocasiões, com publicação de reportagens na grande imprensa e em jornais locais e por meio de várias entidades do/no bairro.<sup>18</sup> O folheto da Amarai divulgando a *Pequena história* por ocasião da V Semana do Andaraí, realizada de 17 a 24 de setembro de 1989, serve de exemplo ao ponto destacado. A versão integra os arquivos da 9ª Região Administrativa, sendo fornecida a quem tiver interesse como a história do bairro. Esse esforço teve como um de seus desdobramentos mais expressivos o movimento “Andaraí faz 425 anos”, que envolveu vários(as) daqueles(as) moradores(as) e teve como uma de suas peças centrais a divulgação, em novembro de 1990, da *Pequena história do Andaraí* em um jornal do bairro vizinho, o *Jornal Grajaú* (ano II, nº 12). Dessa forma, essa versão finalmente tornou-se consagrada.

No olhar lançado em direção ao passado, dois procedimentos são recorrentes, ambos enfatizando a continuidade entre passado e presente expressa na designação do movimento (“Andaraí faz 425 anos”). O primeiro é a tentativa de restaurar a dignidade do antigo bairro operário, de um lado, dissociando-o dos estigmas associados à criminalização das camadas populares.<sup>19</sup> De outro, valorizando historicamente o surgimento das fábricas no bairro e, ao mesmo tempo, delimitando sua área:

*Foi nessa Chácara (Portão Vermelho), à Rua do Andaraí Grande nº 1-c, que, em 1847, surgiu no Rio a primeira fábrica de tecidos, em terras alugadas por Joaquim Diogo Hartley*

17 BATISTA, Adilson Donato. *Pequena História do Andaraí*. Amarai/PMCRJ, 1989 (republicação para a V Semana do Andaraí), p. 9-10. Mimeo.

18 Alguns exemplos: “Na atmosfera do Andaraí, forte cheiro de saudade”, *O Globo* (GLB)-Tijuca (Tij.), 25 nov. 1984; “Andaraí expõe problemas. E só recebe promessas de encaminhamento”, GLB-Tij., 2 out. 1984; “Andaraí reconquista seu espaço. E status”, GLB-Tij., 18 jun. 1985; “Andaraí quer recuperar áreas perdidas – Amarai”, *Sobrerodas*, 17 ago. 1985; “Bairros que desaparecem”, GLB-Tij., 7 out. 1986; “América e Confiança – Falências desastrosas para o Andaraí?”, *Solaris da Torre*, abr. 1987; “Andaraí perde parte de sua história”, GLB, 9 out. 1990; “Amarai – na luta pelos valores do bairro”, *Jornal do Grajaú*, mar. 1991; “Amarai luta para preservar sua história”, GLB-Tij., 7 maio 1991; e “Andaraí: bairro que sente falta de identidade própria”, GLB-Tij., 7 maio 1991.

19 Para a discussão dessa alternativa e do movimento “Andaraí faz 425 anos”, consultar Leite (2001 a).

*ao Rangel: Fábrica São Pedro de Alcântara de Tecidos de Algodão, que operava com 60 teares. Nessa área de fábrica, que era a porta de entrada do Andaraí [...], hoje é o Batalhão Zenóbio da Costa. (Pequena história, p.7)*

Já o segundo procedimento é enfatizar uma face “aristocrática” do bairro. Isso pode se dar pela enumeração das personalidades ilustres que lá viveram, como faz a *Pequena história*:

*Concorreram para o progresso do Andaraí muitos nomes ilustres do 1800: Maxwell (inglês de Gibraltar), Lemonier, D. Pedro de Aquinaga, Drumond, Martinet, Mont’Alverne, Caminha, Rudge, Gonzaga Bastos e Pereira Nunes. [...] capitalistas, como é o caso de Antonio Ferreira de Souza Cruz. [...] Antonio José da Cruz Rangel, dono da fazenda conhecida como Portão Vermelho. [...] o professor, músico e escritor Ernesto de Souza [...]. (p.7)*

E adiante:

*[...] inúmeros brasileiros que aqui nasceram ou fizeram do Andaraí seu recanto criador [...]: Antenor Nascentes, Clóvis Beviláqua, Irineu Marinho (com suas crianças Heloísa, Roberto, Ricardo e Rogério), Juarez Távora, David Nasser, Orestes Barbosa, Nelson Rodrigues, Luiz Murad, Almirante Lavigne, Eurícles de Mattos, Gal. Souto Maior, Elpídio da Boa Morte, Maestro Astor, Cláudio de Souza, Chiquinha Gonzaga. (p. 10)*

A ênfase na face “aristocrática” também se dá com o recurso à chancela de Machado de Assis, como indica a citação em epígrafe ao mesmo folheto:

*O melhor de tudo é este meio termo de Andaraí. Nem estamos fora do mundo, nem dentro dele. (Machado de Assis, 1876)*

A presença do Andaraí em dois romances de Machado de Assis seria um indicador da importância do bairro no século XIX. Fabião (2002) destaca que, em *Helena*, a protagonista e sua família nobre moram no Andaraí; em *Memorial de Aires* é a irmã do protagonista (Rita) que mora nesse bairro. E observa:

*[...] é interessante notar que o Andaraí aparece com a mesma importância do Catete ou Botafogo, com a única distinção de que era preciso ir de carro para lá chegar. Segundo representantes da Amaraí [...] há suspeitas de que o próprio Machado de Assis tenha passado a sua adolescência neste bairro.*

Gostaríamos de sublinhar, contudo, que a condição para assim proceder é um contínuo borrar das fronteiras, referindo-se ao atual Andaraí como se o antigo arrabalde ainda fosse.<sup>20</sup> A estratégia permite,

então, que esses atores sustentem que não só o território de antigas fábricas e vilas operárias, mas também as celebradas chácaras, solares e ruas do Andarahy Pequeno pertencem ao atual bairro, como se pode bem observar no mapa (pág.79) que apresenta os territórios atual e antigo/reivindicado do Andaraí.

Fabião acompanhou essa estratégia em encontros com os diretores da Amaraí, durante o ano 2000, e nas festividades da Semana do Andaraí, promovidas pela associação de moradores, em setembro de 2001. Nessa ocasião, ele teve a oportunidade de observar a exposição fotográfica “Você sabe que bairro é esse?”, que, além de apresentar fotos do território original do Andaraí, reivindicava o retorno àquela configuração com seu próprio título. A remontagem da exposição, que ali já havia circulado anteriormente, objetivava mais do que simplesmente estimular a memória dos(as) moradores(as). Ao retornar ao passado, requalificava positivamente o bairro, visando, assim, despertar neles(as) o sentimento de pertencer ao mesmo e favorecer a elaboração de sua identidade com o Andaraí.

“Evitar a descaracterização do bairro” e promover sua “restauração histórica” são bandeiras de luta que, há muito tempo, integram a plataforma da Amaraí. Um panfleto de 1999 renova o compromisso enunciado dez anos antes, na *Pequena história*, que registrava, no item “Andaraí amanhã”, a “distorção histórica” realizada no bairro, arrolando diversas propostas para combatê-la. A citação, embora longa, é esclarecedora do projeto sustentado pela Amaraí:

*[...] resgatar oficialmente a verdadeira área do bairro; recusar a classificação de bairro-satélite da vizinha e bela Tijuca, cujo processo megalomaniaco foi oficializado na década de 60; denunciar ao CONAR as distorções mentirosas das propagandas de grupos e empresas que aniquilam o bairro; conquistar o apoio das Associações de moradores dos bairros vizinhos nessa luta de restauração histórica; fazer o Andaraí voltar às placas indicativas de onde foi eliminado; restaurados os seus reais limites, fazer constar das placas dos logradouros o nome do bairro; revisar os loteamentos das Regiões Administrativas da Tijuca e Vila Isabel, em cujas jurisdições o Andaraí ficou dividido; dotar o bairro de áreas coletivas como instrumento de identidade e espaço político; atender a sua população – uma das maiores do Rio – com meios próprios de condução, tirando-lhe o estigma de mero bairro de passagem; sugerir às escolas do bairro que desenvolvam a estima e o respeito por essa região pitoresca; oferecer aos moradores que julgam estar morando em outros bairros uma informação correta e sadia, corrigindo as distorções fabricadas pelas imobiliárias. (p.11)<sup>21</sup>*

20 Quando iniciaram o projeto “História dos bairros e comunidades da Grande Tijuca”, Alexandre Santos e Márcia Leite tiveram a surpresa de se depararem, em uma conversa com moradores(as) das favelas do Complexo do Andaraí, com um membro da Amaraí que ali fora protestar quanto ao que imaginava ser o sentido da atividade (“mais uma manifestação do ‘imperialismo’ da Tijuca”) e tentar restabelecer “a verdade dos fatos”: deveriam “falar em Grande Andaraí e não em Grande Tijuca”.

21 Observar que, em pelo menos um ponto, a Amaraí foi bem-sucedida: a reorganização das Regiões Administrativas (RAs) e a criação, em 2001, da RA do Grajaú e do Andaraí, antiga reivindicação de moradores(as) e organizações dos dois bairros.

Esse projeto parece ressoar e obter apoio não só entre residentes do bairro, mas também entre residentes das favelas, como se pode constatar na análise do episódio seguinte. Em 1999, funcionários do Centro Municipal de Atendimento Integrado (Cemasi), recém-construído no Morro do Andaraí pelo Favela-Bairro, promoveram entre a população residente na favela uma eleição para a escolha do nome do centro. O eleito, por maioria (383 votos), foi Renascer do Andaraí.<sup>22</sup> Celebrando o fato, o Cemasi republicou a *Pequena história do Andaraí*, detalhando a proposta de evitar a descaracterização do bairro, em folheto que continha alguns dados sobre seu funcionamento e um pequeno relato sobre o processo eleitoral, no qual um morador avalia:

*O significado do nome “Renascer do Andaraí” é esquecer o passado de discriminação e desinformação sobre o bairro. Agora vai ser diferente, vamos recomeçar, renascer, reluzir, dar uma nova cara e vida ao Andaraí a partir deste CEMASI. Acreditamos que grandes artistas, grandes atletas, grandes profissionais sairão daqui do Andaraí, e, se não sair estes grandes artistas e atletas, com certeza grandes cidadãos sairão. (p. 7)*

Pelo que tivemos oportunidade de observar, é à *Pequena história* que tanto os(as) moradores(as) das ruas como das favelas do Andaraí recorrem, sempre que desejam ou necessitam resgatar sua memória. Ilustrativo a esse respeito, além do folheto do Cemasi, é um artigo divulgado, em 2001, no jornal da Cooperativa dos Trabalhadores do Andaraí (Cooperan): “Projeto Memória é aquele que conta a nossa história”. Esse artigo é uma sinopse da *Pequena história*, em que alguns elementos são ressaltados sempre no intuito de reiterar a versão consagrada da história do bairro. Nesse espírito, ao citar a relação de ilustres do bairro, destaca, sob o título “Pessoas que fizeram o bairro”, alguns dos mais conhecidos: “O Andaraí serviu de recanto a notáveis brasileiros, como Chiquinha Gonzaga e Nelson Rodrigues [...]”.

Possivelmente, a *Pequena história* chegou às mãos da população do Morro do Andaraí por um dos mais antigos moradores da favela vizinha, o Jamelão. Esse personagem, cioso de seu papel de “guardião de memória” do Andaraí, também foi o responsável pela oferta de um de seus exemplares ao Cemasi, logo que o centro se instalou, bem como para a co-autora deste capítulo. É ele que nos relata:

*Essa história foi tirada da Biblioteca Municipal do Estado. São livros históricos escritos até à mão. A gente, por curiosidade, vai lá e copia [...]. Eu copiei um bocado, [...] vi como era a história toda [...]. Aquilo está escrito em livros da cidade.*

<sup>22</sup> Os outros foram: De mãos dadas com o futuro (210 votos), Nova Geração (109 votos), Estrela do Andaraí (90 votos), Halie Selazie (73 votos), Esperança (66 votos) e Libertê (25 votos). Além disso, houve um voto nulo e dois brancos.

Também os deslocamentos de estabelecimentos comerciais e de serviços do Andaraí para os bairros vizinhos produzem desconforto e tristeza, bem como diversas reações (denúncias/enfrentamentos) por parte de antigos moradores e moradoras das ruas e das favelas:

*Eu já tive uma briga até com o McDonald's aqui na Maxwell. Quando foi inaugurado, ele lançou um panfleto dizendo que era Vila Isabel. Aí o que eu fiz? Mandeí uma carta pr'O Globo, protestando [...]. O McDonald's rapidamente lançou outro panfleto dizendo que era do Andaraí [...]. (Morador das ruas e membro da Amaraí)*

*O Andaraí [...] foi muito dilapidado pela imprensa escrita, falada e televisada. Quando fizeram aquele prédio [...], eles botaram para vender no Grajaú. Onde hoje é o Boulevard, foi Fábrica Confiança do Andaraí. Hoje, eles dizem que aquilo tudo é Vila Isabel. [...] Então, nós fomos, o Andaraí foi muito discriminado, entendeu? [...] Existe o problema do tráfico? Existe. Isso existe no Rio de Janeiro todo. (Antigo mestre tecelão da América Fabril e velho morador do Morro do Andaraí, fundador de um de seus clubes mais tradicionais)*

É importante observar que os dois moradores de favelas, ao resgatarem a história do Andaraí, não distinguem favelas e *asfalto*, revelando uma percepção integrada do bairro.<sup>23</sup> Diversas hipóteses podem ser aventadas para interpretar suas formulações. Gostaríamos de apresentar duas que consideramos complementares. Uma primeira contempla a probabilidade de que um passado de colaboração entre a Amaraí e a Associação de Moradores e Amigos do Morro do Andaraí (Amama), fundada em 1980, tenha influenciado a percepção das pessoas entrevistadas, antigas moradoras nas favelas do Andaraí e bastante concernidas com os temas e problemas de moradores(as) e organizações comunitárias.

No passado, a proposta de colaboração teria levado alguns moradores e moradoras a sugerirem uma única organização comunitária para todo o bairro, representando, assim, também as favelas, como nos relata o presidente da Amaraí:

*As pessoas que fundaram a Amaraí pensaram que estariam a serviço do Andaraí como um todo, mas, [...] no dia da fundação, participaram pessoas que vieram do Morro do Andaraí [...] e com muita procedência, falando muito bem, eles nos explicaram que eles tinham que fundar a deles porque as necessidades deles eram muito específicas e tinham coisas muito sérias para serem resolvidas. Então, eles iam fundar, como fundaram [uma associação própria]. Ficou no asfalto a Amaraí.*

<sup>23</sup> Isso significa reconstruir, de modo diverso, o território do bairro, acompanhando uma tendência que se manifestava na região, como apontado no artigo sobre Grajaú, neste livro, e em Leite (2001 a).

Mesmo sem a unificação, a memória daquela colaboração está presente na formulação de antigos integrantes da Amaraí, vários militantes de partidos de esquerda e de comunidades eclesiais de base, alimentando-lhes, ainda hoje, a participação. Permanece, também, como um de seus pontos programáticos:

*[...] manter uma estreita e solidária relação com as demais representações das comunidades existentes no bairro do Andaraí. (Panfleto de divulgação da Associação de Moradores e Amigos do Andaraí, 1999)*

Para outras pessoas, porém, essa colaboração não teria sido tão ampla no passado<sup>24</sup> e/ou não mais existiria no presente para além de eventuais ações conjuntas entre as duas associações de moradores.<sup>25</sup> Segundo o atual presidente da Amama, a relação entre ambas progressivamente se desarticulou como consequência dos estigmas sofridos pela população residente nas favelas e devido aos diferentes desafios enfrentados pelas associações:

*Eles até ajudaram a gente em algumas coisas, em algumas solicitações. Teve um tempo em que a gente andou junto. [...] Ai, quando veio esse negócio de fragmentar o movimento comunitário, [...] essa relação deixou de existir. [...] As solicitações são outras, as visões são outras. [...] A gente luta pelo nosso reconhecimento, a gente luta pelo nosso respeito. Eles já têm o respeito deles, porque moram no asfalto. A madame não segura a bolsa quando eles entram [...] Mas as pessoas seguram a bolsa quando eu passo, quando eu estou no ponto de ônibus. [...] Eu luto para que me respeitem. [...] Eles lutam [...] pelo poste de luz, [por] asfalto, por mais segurança.*

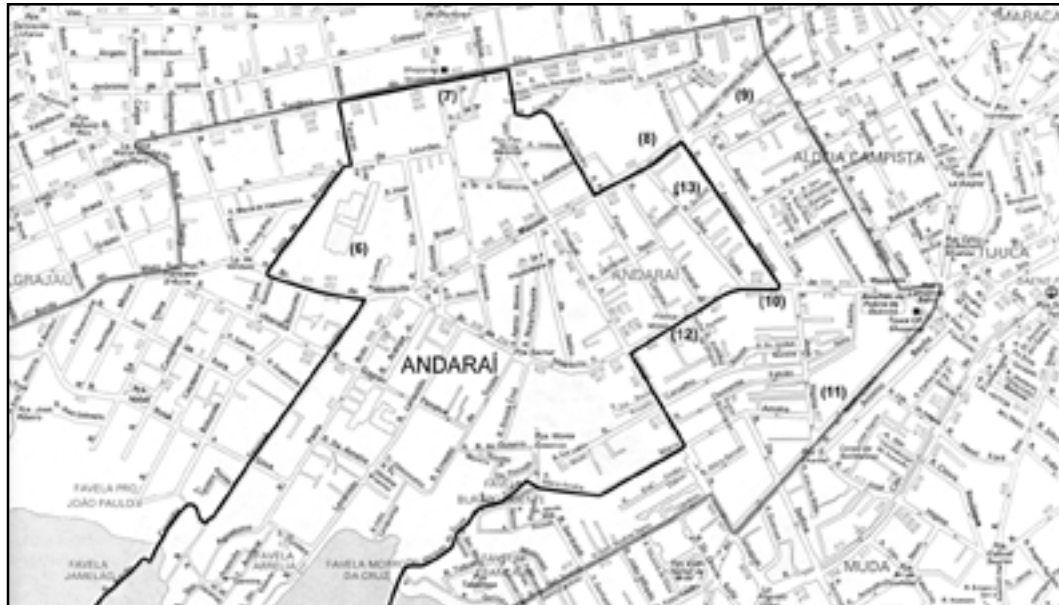
A segunda hipótese considera que a percepção do bairro como um território que integra *asfalto* e favelas, formulada pelas pessoas entrevistadas, revelaria um relativo sucesso do “trabalho de enquadramento da memória coletiva” entre militantes dos movimentos de organização de base no Andaraí. Desse ângulo, é razoável supor que a estratégia de valorização simbólica do Andaraí, tendo por referência o antigo arrabalde e não o atual bairro, estaria operando em relação a determinados segmentos de sua população

24 Veja-se o depoimento de uma das fundadoras da Amama, recolhido por Santos: “Tinha sido baleado um garoto. [...] chegamos na reunião da Amaraí e colocamos esse problema. [...] como era uma associação de moradores do bairro tinha outras prioridades que não as nossas. [...] Naquele momento, [a prioridade] era a construção de uma praça. [...] [Disseram que] a violência policial era uma prioridade da comunidade, que ela devia se organizar enquanto uma associação de moradores para [...] reivindicar os seus direitos. Que não podíamos deixar que a comunidade fosse violentada dessa forma. [...] voltamos para a comunidade e devolvemos isso: [...] o que houve de compromisso da Amaraí conosco foi de ajudar a organizar a associação de moradores” (1990, anexo 1, p. 4).

25 Analisando essa relação, Barbosa destaca os momentos em que as fronteiras entre *morro* e *asfalto* se rompem: quando os interesses e reivindicações em termos de serviços públicos (transporte, escola de ensino médio, saúde/Hospital do Andaraí) são comuns e/ou quando ambas as associações são convocadas pelos poderes públicos para discutir questões referentes à região. Mas conclui: “A política e a atividade comunitária vêm se constituindo em operadores capazes de abrir passagens entre esses dois territórios, minimamente tornando suas fronteiras mais porosas” (2002: 5).

como uma contratendência aos processos de estigmatização das favelas, que antes examinamos, e assim contribuindo para borrar não apenas as fronteiras no *asfalto*, mas também entre *asfalto* e favelas. Mesmo considerando o alcance limitado dessa estratégia e de seus efeitos sobre o conjunto dos habitantes do Andaraí, não há como desconhecer que essa volta ao passado abre, para moradores e moradoras e suas associações, uma importante pista sobre as possibilidades de construir o futuro no/do bairro.

ANDARAÍ



Fonte: Guia de Ruas - RJ, Quatro Rodas



Beco dos Arraújos em obras, em 1930. Ao fundo, favela da Tijuca  
Acervo AGERJ





# A praça Saens Peña através do tempo

Elizabeth D. Cardoso

Lilian F. Vaz\*

Mario Aizen

A praça Saens Peña é considerada, desde longa data, o coração da Tijuca. Compreenda-se por “coração da Tijuca” não somente o núcleo pulsante e principal centro desse bairro, mas de toda a Grande Tijuca, pois se situa geograficamente no centro da Tijuca e serve também aos seus bairros vizinhos, como Vila Isabel, Andaraí e Grajaú. Esse caráter veio se consolidando desde que a área ao redor da praça passou a ter função de subcentro comercial da cidade do Rio de Janeiro, a partir da década de 1940.

Foi também importante centro de lazer para a cidade, pois concentrava um grande número de cinemas, fato que lhe valeu o título de “Cinelândia da Tijuca”. Em princípios da década de 1980, a chegada do metrô ao bairro fazia supor que viriam acontecer muitas transformações na praça, onde se localizou a estação terminal da linha no sentido da Zona Norte da cidade. Na época, temiam-se profundas modificações no bairro, na praça e, principalmente, no seu entorno imediato. Pensava-se que o intenso fluxo de pessoas e de diferentes meios de transporte provocaria grandes congestionamentos, que as poucas edificações antigas não resistiriam à especulação imobiliária e que seriam rapidamente substituídas por grandes edifícios comerciais.

Passadas duas décadas, cabe verificar se esse temor se concretizou. Neste texto, propomo-nos a rever as transformações ocorridas na praça e em seu entorno e a observar que aquelas mudanças que se temiam não ocorreram. No entanto, a praça Saens Peña sofreu imensas transformações, de diferentes naturezas, fazendo com que o estranhamento seja maior do que se poderia imaginar, já que o espaço edificado pouco se alterou. Nesse sentido, procuramos descrever e compreender que transformações foram essas. Para captar esse processo de mudança, cabe retornar um pouco na história.

---

\* Os autores agradecem a Maria Anita F. Souto, da Fundação Parques e Jardins da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, pelas informações e pelas plantas dos três projetos de paisagismo para a praça Saens Peña, aos tijucanos Lilia Varela, Claudio L. Carlos, Geraldo Lopes e Gilda Cardoso, pelos depoimentos prestados, e a Leandro de Carvalho Rodrigues pela elaboração dos desenhos.

No início do século XIX, o local onde hoje se encontra a praça Saens Peña não passava do entorno do entroncamento da estrada do Andaraí Pequeno (atual rua Conde de Bonfim), com a travessa do Andaraí (rua Desembargador Izidro) e outros dois caminhos. Em fins do século XIX, o local era ocupado pela chácara do segundo desembargador Izidro e situado no chamado bairro da Fábrica das Chitas, pois ali se localizara, de 1820 a 1840, uma *fábrica* de estampanaria de tecidos.

Em princípios do século XX, foi feito um projeto para a implantação do parque General Pinheiro Machado, no local onde se localizara a antiga casa do desembargador. Naquela época, a Tijuca ainda abrigava atividades rurais, e bem em frente a esse terreno localizava-se uma horta entre tantas outras que havia no bairro. A casa do desembargador foi demolida em 1910 e, em seguida, foram realizadas as obras de urbanização, dando lugar à praça Saens Peña, inaugurada em 30 de abril de 1911. Ganhou esse nome para homenagear o presidente eleito da Argentina, que visitara o Brasil no ano anterior. Os jornais noticiaram a transformação do velho e feio largo da fábrica no belo e elegante jardim para o desfrute das famílias do populoso bairro.

Desde os primeiros tempos, a praça foi um centro de lazer da região, ainda conhecida, em sua maior parte, pelo nome de Engenho Velho. Lá, localizavam-se um coreto, onde se apresentavam bandas de música, as retretas, e um *guignol*, teatrinho que exibia espetáculos com marionetes para entreter crianças. Para os jovens, o grande programa era o *footing*, ou seja, passear ao redor da praça para ver e ser visto, flertar, conversar, o que normalmente acontecia aos domingos após a missa numa das igrejas próximas. A praça era, então, um centro de lazer e sociabilização no bairro.

Outro fator que veio a contribuir para que a Saens Peña viesse a ser um importante centro de lazer na Zona Norte foi o estabelecimento em suas imediações de numerosos cinemas desde as primeiras décadas do século. Os cinemas surgiram na Tijuca pouco depois de chegarem ao centro da cidade. Os primeiros localizaram-se na rua Haddock Lobo: o Pathé Cinematógrafo (1907–1909), Cinema Royal (1909), o Íris (1909–1910), o Central (1909–1912). Nessa mesma rua, surgiriam também o Velo (1910), o Haddock Lobo (1910), que sucedeu ao Royal. Tais precursores tiveram curta duração. Posteriormente, surgiram o Avenida (1919–1962), o enorme cinema Madri (1954–1970), com cerca de 1.800 lugares, e o Comodoro (1967–1988), todos na rua Haddock Lobo.

À medida que o cinema se popularizava e se tornava “a melhor diversão”, como anunciava um distribuidor, as novas e modernas casas de espetáculo se concentravam no centro da cidade, primeiro na elegante avenida Central e, a partir da década de 1920, nos novíssimos arranha-céus construídos na recém-inaugurada praça Floriano. Essa praça foi implantada no local do convento da Ajuda, que ali existia desde o século XVIII e passou a abrigar um conjunto de arranha-céus que, a princípio, ficou conhecido como “bairro Serrador” e seria chamado, a partir da década de 1930, de Cinelândia.

Foi na praça Saens Peña e em seu entorno que se concentrou, ao mesmo tempo, o maior número de grandes cinemas na Tijuca. Antes mesmo de a praça existir, já se inaugurara o primeiro cinema em terreno que lhe ficaria em frente, na rua Conde de Bonfim. Foi o Cinema Tijuca, que seria um dos mais duradouros no local – inaugurado em 1909 e demolido em 1966, quando já se tornara o *poeira* Tijuquina, para dar lugar a uma galeria comercial. Só em 1918 foi inaugurado o segundo cinema da praça, o Cine Teatro América, com projeto inicial do arquiteto italiano Antonio Virzi, totalmente reformado e reinaugurado em 1933.

Mas foi na década de 1940 que começaram a se multiplicar os cinemas no entorno da praça. Já em 1940 foi inaugurado o moderníssimo Cine Teatro Olinda, um dos maiores do Rio de Janeiro, com 3.500 lugares. No ano seguinte, foram inaugurados os cinemas Carioca e Metro Tijuca, também localizados em frente à praça, o que fez com que ela fosse comparada à Cinelândia e viesse a ser chamada de “Cinelândia da Tijuca”. Naquela época, além dos cinemas, havia, em frente à praça Saens Peña, a elegante Confeitaria Tijuca, onde se podia comentar os filmes saboreando sorvetes, chás e lanches, o que também proporcionava ao local a fama de lugar *chique*. A instalação de cinemas novos, maiores e mais modernos proporcionou o reforço e a expansão da função de lazer da praça.

A partir da década de 1940, em virtude do crescimento da população da cidade e do bairro, que já possibilitava o maior desenvolvimento do comércio local, começou a formar-se na Saens Peña um dos importantes subcentros de comércio e serviços do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, despontavam outros, como os de Copacabana, na Zona Sul, e Méier e Madureira, na região conhecida como subúrbio. Data desse período, mais precisamente de 1947, uma reforma na praça Saens Peña, quando foi inaugurado um novo traçado paisagístico, centralizado num pequeno lago com chafariz, até hoje existente.

Segundo a edição de 15 de novembro de 1947 do jornal *A Notícia*, a reforma introduziu na praça Saens Peña o calçamento com desenhos de macadame português e plantas ornamentais. Com esse desenho, com a boa acessibilidade, com a presença de frondosas árvores e com as múltiplas e crescentes atividades, a praça permaneceu na memória de seus moradores e suas moradoras até a década de 1980. Para aquelas pessoas, era simplesmente “a praça”.

A partir da década de 1950, a praça Saens Peña passou a apresentar um movimento cada vez maior em torno de suas atividades terciárias. Surgiram também no entorno outros vários cinemas como o Eskye (1956), o Art Palácio Tijuca (1960), o Cine Britânia (1962), depois Studio Tijuca, o Cine Rio (1965) e o Bruni Tijuca (1968, em frente à praça).<sup>1</sup> No início da década de 1970, a Tijuca contava com 14 grandes cinemas, sendo, naquele período, um dos bairros que abrigaram, ao mesmo tempo, um dos maiores números de cinemas do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> O Cine Bruni Saens Peña, embora com esse nome, foi inaugurado em 1963, na rua Major Ávila, próximo à praça, e fechado em 1971. Em 1967, foi inaugurado o Cinema Tijuca Palace, que, em 1982, foi transformado em dois: o Tijuca Palace 1 e o Tijuca Palace 2. Ambos situavam-se na rua Conde de Bonfim, 214, não muito longe da praça Saens Peña. Em 1975, surgiu, quase em frente ao Tijuca Palace, o Cinema III, fechado em 1983, dando lugar a uma discoteca; hoje, nesse local, existe um templo religioso.

Ao mesmo tempo, as outras atividades terciárias, como o comércio e os serviços, multiplicaram-se em novas lojas, filiais de lojas antes só existentes no centro da cidade, e em edifícios altos de escritórios, assim como em galerias comerciais. As novas lojas e salas vieram abrigar atividades que satisfaziam uma demanda não apenas da população residente no bairro, mas também de outros bairros da Zona Norte, pessoas que não precisavam mais ir ao Centro para esses fins. Essa série de atividades promovia uma grande e constante movimentação na praça, tanto de dia como à noite, ou nos fins de semana. A vitalidade e a atratividade do lugar faziam com que a população tijuca se identificasse com o seu bairro e se orgulhasse dele.

Na década de 1950, começou a desenvolver-se uma rivalidade do bairro da Tijuca com o bairro de Copacabana, que passara a se destacar como local moderno e elegante, devido à presença dos grandes edifícios residenciais, bares e boates, além da praia, que proporcionavam um novo modo de vida na cidade. Em contrapartida, os(as) moradores(as) da Tijuca procuravam se diferenciar acentuando as características de seu bairro, como a tradição e o “ar aristocrático” da “cidade na floresta” e dos “primorosos jardins” herdados de outros tempos, quando lá moravam ilustres e ricos da época do império. A Tijuca e seu centro, a Saens Peña, eram lugares fortemente vividos por seus(suas) moradores(as), que se orgulhavam da floresta, dos “grandes cinemas, grandes clubes, grandes sorveterias e grandes casas comerciais”.

Ao longo da década de 1970, diversos cinemas da praça Saens Peña começaram a desaparecer lentamente: o primeiro foi o Olinda (1972), que já se encontrava decadente, dando lugar à galeria Shopping 45. Depois, desapareceram o Metro (1977), dando lugar a uma loja de departamentos, o Rio (1978), dando lugar a uma agência bancária, e o Studio Tijuca (1981). Apesar disso, a praça continuou a atrair um grande número de pessoas em busca de lazer, nos cinemas restantes, e principalmente de seu comércio e serviços que se expandiram, diversificaram-se e se sofisticaram com a verticalização. Esta, embora tardia, era crescente no bairro, assim como o forte incremento de sua população – o que justificou a inauguração da estação terminal do metrô na praça Saens Peña.

Os anos de 1976 a 1982, quando ocorreram as obras do metrô, foram de grande tumulto na praça e em seu entorno. Muitos comerciantes tiveram de fechar suas lojas, pois a população se deslocava ali com grandes dificuldades, uma vez que toda a área da praça havia se transformado em um enorme canteiro de obras. Com a chegada do metrô, em 1982, foi inaugurado um novo traçado da praça, que extinguiu o tráfego na lateral da continuação da rua Desembargador Izidro, transformando a área em via exclusiva para pedestres e, portanto, alargando a praça.

O novo espaço, apesar da intenção expressa no projeto de recuperá-lo ao manter o desenho do lago e criar recantos para os diferentes usuários, resultou bastante árido. As frondosas árvores que propiciavam um ambiente ameno não permaneceram e a concentração de fluxos de veículos na rua Conde de Bonfim contribuiu para torná-la um *corredor* de transportes. Na ocasião, seu comércio se recuperou, fazendo prever um intenso movimento de valorização e, portanto, uma forte tendência ao adensamento e à verticalização no

entorno da Saens Peña – fazendo temer o desaparecimento das edificações de valor histórico e arquitetônico ainda existentes. Entretanto, isso não ocorreu. Modificações profundas vêm se concretizando nos últimos anos, mas se apresentam bem diferentes das previstas.

## Transformações recentes

Recentemente, em menos de cinco anos, a “Cinelândia da Tijuca”, que já perdera alguns poucos cinemas, desapareceu por completo. Em parte devido à competição com os vídeos domésticos, os cinemas de rua passaram a desaparecer em toda a cidade e todos desapareceram da Saens Peña. Os últimos e antigos cinemas, como Tijuca 1 e Tijuca 2, que sucederam ao Eskye, o América, o Carioca, o Art Palácio e o Bruni, fecharam, dando lugar a grandes magazines, a espaços para cultos religiosos ou, então, permanecem vazios, sem uso determinado. Para isso, também contribuiu o surgimento paulatino de cinemas em novos *shoppings* que vieram se situar na Grande Tijuca. A praça, perdendo grande parte de suas atrações de lazer, perdeu muito de sua centralidade.

A forte verticalização ao redor da praça não ocorreu como era previsto após a inauguração do metrô. Também não desapareceram muitos dos pequenos prédios e lojas que a rodeiam. Mas a praça se modificou bruscamente. Muitas das tradicionais lojas tijucanas desapareceram, e tomaram o seu lugar outras que, geralmente, fazem parte de redes que se espalham pela cidade. Como exemplo, cita-se o caso da tradicional farmácia Santos, que se situava na rua Conde de Bonfim, esquina com a rua Pinto Figueiredo. As farmácias haviam se tornado pontos de referência na paisagem da praça, principalmente a Granado, com seu marcante relógio acima do telhado. Hoje, ambas são apenas mais algumas lojas de cadeias de drogarias que se espalham por todos os bairros da cidade.

Tanto na Saens Peña como nas suas proximidades, desapareceram não apenas as lojas cujos nomes acentuavam a identidade do local (como Confeitaria Tijuca e Sapataria Tijuca e Lojas Saenz Peña), mas também duas grandes lojas de departamentos, cujas filiais eram tradicionais na Tijuca: a Sloper, elegante loja que durou quase 50 anos no bairro, e a Mesbla, que se situava próximo à praça e tinha forte poder de atração de população. Várias outras casas comerciais autenticamente tijucanas desapareceram, deixando em seu lugar lojas anônimas, impessoais, iguais a inúmeras das redes que se espalham por toda a cidade.

Dessa maneira, o espírito do lugar e a própria identidade da praça foram desaparecendo, pois seus elementos emblemáticos e tipicamente tijucanos já não existiam mais. Em seu lugar, estabelecimentos que se repetem como clones em toda a parte contribuem para fazer da praça um local de fraca identidade, sem atrativos específicos, sem marcos referenciais.

Ao lado desses processos de transformação, outros vêm ocorrendo como a gradativa decadência de galerias comerciais construídas nas décadas de 1960 e 1970, algumas com lojas fechadas ou com um comércio mais popular. Algumas lojas de consumo mais sofisticado, chegando à Tijuca, passaram a se instalar não mais na praça Saens Peña, mas dentro dos *shoppings*, construídos nas suas proximidades. Portanto, uma explicação para as transformações recentes encontra-se na modificação ocorrida no entorno e nas redondezas da praça, com o surgimento nessa área ampliada de novos e maiores *shoppings* como foi o caso do Off-Shopping<sup>2</sup> e do Tijuca, situados próximo ao Maracanã, e o Iguatemi, situado em Vila Isabel.

Os novos *templos de consumo*, os *shoppings*, estão relacionados tanto a novas formas de empreendimentos como a novos usos e costumes das populações, inclusive a carioca. O lazer – principalmente o hábito de ir ao cinema, passear, ver vitrines e freqüentar confeitarias e lanchonetes – deslocou-se para o interior dos *shoppings*, que também atraem consumidores(as) para o seu comércio, principalmente de artigos mais finos. Aliando-se aos próprios interesses do capital incorporador em ver esse tipo de empreendimento proliferar, as recentes ondas de violência na cidade fizeram com que boa parte da população carioca passasse a optar por esses centros de comércio e lazer, considerados mais seguros, em detrimento do comércio e do lazer nas ruas.

Parece que as recentes transformações que afetaram a praça Saens Peña, embora não sejam originadas de processos que ocorreram só naquele bairro – ao contrário, repetem-se em outras partes da cidade –, atingiram mais drasticamente a Tijuca, o que faz reclamar por medidas que proporcionem a revitalização da área. As recentes obras urbanísticas empreendidas no bairro não foram capazes de resolver a questão. Depois das obras de urbanização realizadas à época da construção do metrô, a praça Saens Peña ainda foi objeto de uma outra grande intervenção urbanística: o Programa Rio-Cidade, implantado já na década de 1990.

Recomendado pelo Plano-Diretor Municipal, o projeto de reestruturação do centro de comércio e serviços da Tijuca priorizou melhoramentos dos espaços públicos de forma a assegurar a livre circulação de pedestres. A área de intervenção incluiu a praça Saens Peña e o trecho da rua Conde de Bonfim, entre as ruas Pareto e Uruguai, considerado um dos centros funcionais mais consolidados da cidade, pólo de atração e ponto de baldeação de transportes, reforçado com a presença da estação terminal da Linha 1 do Metrô.

O traçado sinuoso da caixa de rolamento da rua Conde de Bonfim, a realocização dos pontos de parada de ônibus, o remanejamento dos estacionamentos e a racional distribuição dos equipamentos e peças de mobiliário urbano otimizaram o fluxo de veículos e minimizaram o tempo de espera pelo transporte rodoviário. A praça Saens Peña foi reurbanizada, dando-se ênfase ao lazer infantil, ao descanso e à convivência de pedestres em geral. O conjunto do lago e chafariz foi reformado, com novo tratamento paisagístico.

2 O Off-Shopping, de fato, não tem todas as características de *shopping*, mas sim de galeria ou centro comercial, assim como o Shopping 45. O Off-Shopping, que não foi projetado como tal e permaneceu décadas em obras, começou a atrair parte do comércio de produtos mais finos, fazendo deslocar ou fechar várias lojas da praça Saens Peña.

O projeto isola o núcleo central da praça da alameda periférica de circulação, criando um cinturão verde que, junto com uma grade, protege os(as) usuários(as) em seu interior.

Apesar dos vários melhoramentos realizados, surgiram também críticas. Observa-se que, com o alargamento da pista, reforçou-se ainda mais o sentido de *corredor de passagem* da rua Conde de Bonfim, como que separando um lado do outro da praça, e, dessa maneira, contribuindo para a perda gradativa da vitalidade que havia no local. Do mesmo modo, a grade que cerca a praça passou a ser vista por algumas pessoas como uma barreira que desestimula a passagem por dentro da praça. Ironicamente, apesar de as intervenções buscarem a revitalização dos centros de bairros, na praça Saens Peña permaneceu uma tendência de redução do seu potencial de vigor e animação.

Outro aspecto importante nesse processo diz respeito ao ambiente construído. Apesar de os prédios remanescentes não terem sido demolidos, muitos estão descaracterizados. Com o fechamento dos últimos cinemas, particularmente do América e do Carioca, cuja arquitetura é mais representativa, as perdas para a área não são apenas no sentido da vida do bairro, mas também da perda da sua própria memória.

As antigas construções que ainda existem encontram-se encobertas por letreiros comerciais, escondendo a arquitetura original e dando a impressão de poluição visual que desmerece o local. O empachamento é duplamente nocivo: impede a visão de formas e detalhes arquitetônicos e artísticos cada vez mais raros, cobre superfícies de fachadas com chapas metálicas, plásticas e acrílicas, sobre as quais se inscrevem não mais nomes típicos do bairro, mas comuns a qualquer lugar.

## Perspectivas para o futuro

Se, durante várias décadas, a praça Saens Peña conheceu uma grande movimentação nos fins de semana, pela forte atratividade que seus cinemas, confeitarias e cafés exerciam não apenas sobre a população tijuicana, mas também sobre residentes de bairros vizinhos, hoje a visão da praça aos domingos é quase melancólica. Há pouquíssima gente nas ruas, pois o comércio está fechado, os cinemas e as antigas confeitarias não existem mais, e até o Café Palheta, que resiste há décadas na praça, passou a fechar cedo.

Apenas dois bares novos e, portanto, sem tradição no bairro, Olimpíadas do Chopp e Cardápio de Verão, resistem abertos à noite, até se apropriando das calçadas e dando algum colorido, animação e alegria à paisagem. Durante o dia, ainda há movimentação, garantida pela própria praça, onde há brinquedos para as crianças e mesas de jogos, usualmente aproveitadas por pessoas idosas para o seu lazer. À noite, a praça é mais deserta: as lojas permanecem fechadas, as vitrines – antes luminosas e atraentes aos olhares curiosos de todo tipo de gente – estão vazias, com suas luzes apagadas, quando não protegidas por grossas placas de ferro. Esse

ambiente hostil e vazio provoca nos(as) residentes antigos(as) a nostalgia de outros tempos, os tempos da “Cinelândia” e do “coração da Tijuca”.

Assim, assiste-se a um círculo vicioso em que se afunda o lugar: à medida que os estabelecimentos que dão frente à praça são fechados, que desaparecem os atrativos para permanecer na praça (apesar das sucessivas reurbanizações), que os(as) tradicionais freqüentadores(as) tornam-se apenas passantes, que os(as) passantes evitam atravessá-la, que as pessoas pobres, mendigas, desempregadas, meninos e meninas de rua a ocupam, aumenta, para a população local e demais usuários(as) a sensação de insegurança, de ambiente deserto.

Por outro lado, os *shoppings*, situados na proximidade, oferecem tudo o que a praça não pode mais mostrar: ambientes limpos, seguros, bem iluminados, bem freqüentados, elegantes. Dessa maneira, a praça vai ficando deserta, e os *shoppings* vão se tornando o novo centro do bairro: fechado, hermético, excludente. Se, há alguns anos, a praça Saens Peña era o indiscutível centro da Tijuca e da Grande Tijuca, hoje é apenas uma das centralidades dessa região, competindo com os *shoppings*. Sua vitalidade foi transferida, sua centralidade, esvaziada, sua identidade, diluída.

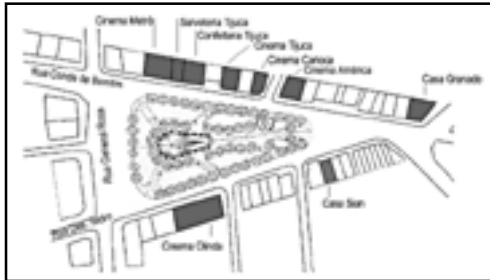
Os processos ora em curso não deixam entrever boas perspectivas para o futuro da praça Saens Peña. Verifica-se na Tijuca o início de um círculo vicioso já percebido pela população e descrito e analisado por diferentes estudiosos das questões urbanas: à pouca vitalidade de eixos e de áreas comerciais responde-se com a construção de novos *shoppings*, que, por sua vez, provocam a decadência do comércio de rua, que é fechado, acentuando o vazio reinante, onde se instala e se amplia a violência urbana. Para fugir a essa violência, evita-se a rua, fecham-se as lojas, constroem-se *shoppings*, e assim sucessivamente. Esse processo descaracteriza as praças, torna desagradáveis os ambientes externos, o que – aliado ao fechamento e gradeamento das praças e parques – acentua o esvaziamento e a decadência do espaço livre público, marco essencial de qualquer cidade.

Torna-se necessário reverter esse processo, no qual todas e todos perdemos. É preciso apontar para as conseqüências da tendência do setor da construção civil que não deu continuidade às construções no entorno da praça, mas que continua investindo fortemente, criando *shoppings* na área. É preciso apontar para essas contradições que as ações da política e a legislação urbana concretizadas no bairro vêm revelando: por um lado, permitir a construção de grandes *shoppings* nas proximidades de um centro tradicional, contribuindo para o seu esvaziamento e congestionando o tráfego ao redor; por outro lado, promover a urbanização da praça, assim como do eixo da rua Conde de Bonfim, sem reduzir o número de linhas de ônibus, acentuando o corredor de tráfego que corta a praça, em vez de proporcionar a integração dos espaços públicos. Dessa maneira, observam-se tendências e tentativas de valorização da praça e do espaço público e outras que lhe são opostas, permitindo que uma ação anule a outra...

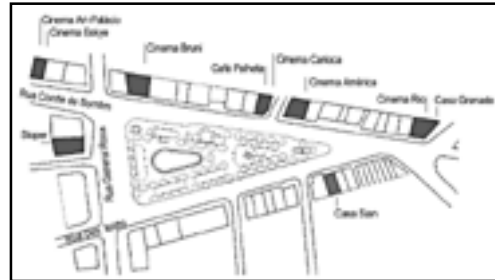
A população da Tijuca merece que sejam preservadas a imagem e a memória de seu bairro e que, para isso, sejam revertidos alguns dos processos em curso. Nesse sentido, muito contribuiria o tombamento, a preservação e a recuperação de edificações marcantes do bairro.<sup>3</sup> A preservação dos antigos cinemas Carioca e América,



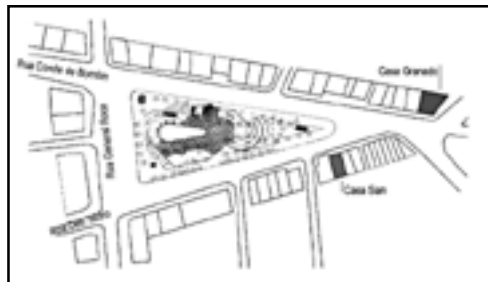
por exemplo, e a sua destinação a fins culturais poderia contribuir para a revitalização da área, permitindo que alguns marcos da história permanecessem para a memória dos(as) moradores(as) do bairro e da cidade. Essa medida possibilitaria o ressurgimento de outras atividades na praça Saens Peña como restaurantes e cafés, que voltariam a dar maior animação ao local e ampliariam sua função de lazer hoje bastante reduzida.<sup>4</sup>



Anos 40/50. Projeto 1946



Anos 80 pós-metrô. Projeto 1981



Anos 90 pós-Rio-Cidade. Projeto 1996

Fonte: Fundação Parques e Jardins da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Das iniciativas nesse sentido, apenas tiveram êxito o tombamento da Farmácia Granado e do cinema Carioca.

<sup>4</sup> A bibliografia consultada neste texto foi: CARDOSO *et al.* (1984), DUARTE (1974), GONZAGA (1996). Para as referências completas, ver bibliografia ao fim deste volume.

# Bibliografia\*

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio; Zahar, 1987.
- \_\_\_\_\_. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, 1(2): 47-58, 1986.
- AGENDA SOCIAL/Projeto Meio Ambiente e Democracia. *Almanaque do meio ambiente da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: Agenda Social; Ibase, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de ação local integrado*. Rio de Janeiro: Agenda Social; Ibase, 1998.
- AIZEN, Mario; TAVEIRA, Alberto. As calçadas musicais de Vila Isabel. *Cadernos do Patrimônio Cultural*, SMCT/RJ, 1992.
- ARAGÃO, Nilde Hersen. *Vila Isabel – Terra de poetas e compositores*. Rio de Janeiro: Conquista, 1997.
- BARBOSA, Rodrigo Salgueiro. Andaraí: as fronteiras da e na favela. 2002. Comunicação (apresentada na XI Semana de Iniciação Científica da Uerj). Mimeo.
- BERNARDES, L.; SOARES, M.T. de S. *Rio de Janeiro – Cidade e região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. 160 p.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURGOS, Marcelo. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CARDOSO, Adauto; RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas; Ippur; Fase, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; ARAÚJO, Paulo Henrique. Rio de Janeiro: 1500–2000. 337 f. 1991. Mimeo.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart. O capital imobiliário e a produção de espaços diferenciados no Rio de Janeiro: o Grajaú. *Revista Brasileira Geográfica*, 51(1), 1989.
- \_\_\_\_\_. *et al. História dos bairros: memória urbana – Tijuca*. Rio de Janeiro: Index, 1984.
- CASTORIADIS, Cornelius. O imaginário: a criação no domínio social-histórico. In: \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

---

\* Relacionamos apenas as referências bibliográficas. As fontes primárias utilizadas permanecem indicadas no corpo dos respectivos textos.

- CAVALCANTE, Berenice. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, fins do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*, EdUFF, n. 1, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2001. 440 p.
- CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica* (Rio de Janeiro, 1900–1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COELHO NETO, A.L.; MELLO SANTOS, A.A. Análise de frequência de chuvas no Maciço da Tijuca, Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 1, 1, 1979.
- COLCHETE FILHO, Antônio F. Criação e desenvolvimento do bairro do Grajaú. 1995. Monografia (pós-graduação em Sociologia Urbana) – IFCH/Uerj.
- CONSTANZA, R. *et al.* The value of the world's ecosystem service and natural capital. *Ecological Economics*, 25, 1: 3-15, 1998.
- CORRÊA, Magalhães. O sertão carioca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 167, 1936.
- COSTA, Haroldo. *Salgueiro, 50 anos de glória*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- DOIMO, Ana M. Igreja e movimentos sociais pós-70 no Brasil. In: SANCHIS, Pierre (Org.). *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.
- DUARTE, Haidine da S.B. A cidade do Rio de Janeiro – Descentralização das atividades terciárias: os Centros Funcionais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 36(1), 1974.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FABIÃO, Maurício França. Andaraí: o bairro “invisível”. 2000. Comunicação (9ª Semana de Iniciação Científica da Uerj) – Uerj, Rio de Janeiro. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Andaraí, o “Rio dos Morcegos”. 2002. Mimeo.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar; Garamond, 1999. 304 p.
- GASPAR, Márcia Vianna. A Higiene Pública: da empiria ao discurso científico. A política de saúde no Rio de Janeiro, 1808–1904. 1995. Monografia (Bacharelado em História) – Uerj, Rio de Janeiro.

- \_\_\_\_\_. Da saúde dos povos à Saúde Pública, 1763–1828. *Revista Dia-Logos*, Rio de Janeiro, Uerj, I(1), 1997 b.
- \_\_\_\_\_. A Higiene Pública e o controle da cidade do Rio de Janeiro, 1828–1850. In: *História e Violência*. Anais do VII Encontro Regional da Anpuh. Rio de Janeiro: Uerj; Anpuh, 1996.
- \_\_\_\_\_. A Higiene Pública e a Medicina Científica: a vitória de um projeto no Rio de Janeiro. 1997 a. Comunicação (apresentada no XIX Simpósio Nacional de História, *História e Cidadania*, Belo Horizonte). Mimeo.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1959. (Coleção Cidade do Rio de Janeiro)
- \_\_\_\_\_. *História das ruas do Rio e de sua liderança na história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.
- GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras – 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Funarte; Record, 1996.
- GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA. *Jongo da Serrinha*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- LÂNES, Patrícia (Org.). *Agenda Social Rio: história, ações e desafios*. Rio de Janeiro: Ibase, 2001.
- LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da cidadania e da política no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44), 2000.
- \_\_\_\_\_. Grajaú, memória e história: fronteiras fluidas e passagens. *Cadernos Metrópole*, 5, 2001 b.
- \_\_\_\_\_. *Para além da metáfora da guerra – Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. 2001 a. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGSA, Ifcs/UFRJ, Rio de Janeiro.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- \_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.
- LIMA, Sueli de (Coord.). *Coração do morro: histórias da Mangueira*. Rio de Janeiro: Casa das Artes da Mangueira, 2001.
- MACHADO DA SILVA, L.A. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, 41:35-47, 1967.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade na cidade do Rio de Janeiro imperial. *Revista de História*, p. 127-128, 1992/1993.

- MELLO SANTOS, Alexandre Antônio; RIBEIRO, M.F.; COSTA, A.J.T. Desenvolvimento local e vulnerabilidade socioambiental. *Políticas Ambientais*, Rio de Janeiro, 7(22), 6-9, 1999.
- MELLO SANTOS, A.A.; MOTTA, A. Desafios para a sustentabilidade no espaço urbano brasileiro. In: *O desafio da sustentabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase/Ibase, Série Cadernos Temáticos, n. 5, 2001. 128 p.
- MIRANDA, Moema; MAGALHÃES, Paulo. Reflexões a partir da Agenda Social. *Democracia Viva*, 8, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia, capitalismo e meio ambiente*. 2000. 220 f. Tese (Livre Docência) – FFLCH, USP, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. A geografia como história territorial. *Boletim de Resumos Anpege*, Rio de Janeiro, 1995, p. 206.
- NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1934.
- \_\_\_\_\_. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965. 223 p
- NOVAES, Regina R. *Com a palavra os moradores – Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: Agenda Social; Ibase, 2000.
- OLIVEIRA, Jane Souto de et al. *Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. Mimeo.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PEREIRA, Sonia G. A cidade do Rio de Janeiro no século XIX: a herança colonial e o início da modernidade. *Cadernos do Patrimônio Cultural*, SMCT/RJ, 1992.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência e cultura. In: LAMOUNIER, Bolivar; WEFFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Vitória (Orgs.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: TA Queiroz, 1981.
- PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil: A – E*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- \_\_\_\_\_. *Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil: P – Z*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 1992.
- RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão, sociedade*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- \_\_\_\_\_. *Rio de Janeiro – A vida refletida nos jornais: 1850–1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições – Cidade do Rio de Janeiro, 1870–1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro; Departamento Geral de Documentação Cultural, 1986.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978. 236 p.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.
- SANTOS, Paulo da Silva. O movimento de favelas e a luta de classes. 1990. Monografia (bacharelado em Ciências Sociais) – IFCH/Uerj.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930*. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SEGALA, Lygia *et al.* *Varal de lembranças: histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha; Tempo e Presença; SEC/MEC/FNDE, 1983.
- SILVA, Júlio Romão da. *Geonômicos cariocas de procedência indígena*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1961. (Coleção Cidade do Rio de Janeiro)
- SILVA, Marilene R.N. da. Os lazeres tijucanos. In: WEYRAUCH, C.S.; MOTA, S. (Orgs.). *Tijuca: memória, história e cultura*. Rio de Janeiro: Uerj; DeCult, 1999.
- SILVA, Rosalvo Mariano da. *A luta pela água*. Rio de Janeiro: Cedae, 1998. 63 p.
- TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983. 93 p.
- VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca – A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44), 5-34, 2000.
- \_\_\_\_\_. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil, In: BOSCHI, Renato (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.
- VARELLA, Drauzio *et al.* *Maré: vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

# Agradecimentos

A produção deste livro não teria sido possível sem a colaboração das seguintes pessoas e instituições:

- Antônio Carlos Austregésilo de Athayde, diretor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, pela cessão do direito de uso de imagem de cinco reproduções da Grande Tijuca nas décadas de 1920 e 1930.
- Gustavo Peres Lopes, geógrafo do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, e integrantes da Diretoria de Informações Geográficas do Instituto.
- Aos moradores e às moradoras do Andaraí, do Grajaú e de Vila Isabel que nos abriram seus arquivos pessoais e nos concederam entrevistas nas quais, muitas vezes, a história dos bairros e comunidades se entrelaçava às suas próprias histórias, por generosamente compartilharem conosco suas memórias.
- À equipe do Projeto Condutores de Memória, da Agenda Social Rio, que integra também o Centro de Memória da Grande Tijuca, numa atuação com idosos(as) e jovens das comunidades da região.



---

O Ibase é uma entidade pública a serviço da cidadania e da democracia. Seu estatuto de é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa, suprapartidária, reconhecida como de utilidade pública.

Para apoiar os projetos desenvolvidos pelo Ibase, escreva para [amigos@ibase.br](mailto:amigos@ibase.br) ou telefone para (21) 3852 6028.

Doações de pessoas jurídicas podem ser abatidas do Imposto de Renda.

# Sobre autores (as) e organizadores (as)

**Alexandre Mello Santos** é geógrafo, doutorando em Geografia na Universidade de São Paulo (USP) e professor do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

**Márcia Pereira Leite** é socióloga, doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Departamento de Ciências Sociais da Uerj.

Ambos são participantes da Agenda Social Rio, no âmbito da qual e em associação com a Uerj vêm desenvolvendo o projeto de extensão e pesquisa “História dos bairros e comunidades da Grande Tijuca”, subprojeto do *Centro de Memória da Grande Tijuca*. Têm vários artigos publicados sobre a produção de espaços e fronteiras (geográficas, sociais e simbólicas) por atores e movimentos sociais no Rio de Janeiro.

**Elizabeth Dezouart Cardoso** é geógrafa e mestre em Geografia. **Lilian Fessler Vaz** é arquiteta, doutora em Arquitetura e Urbanismo e professora do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. **Mario Aizen** é sociólogo, pesquisador da Secretaria de Cultura do Município do Rio de Janeiro. Os três são pesquisadores e co-autores dos livros sobre a Tijuca, Botafogo, Copacabana e a Zona Portuária (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), da coleção “História dos Bairros”, além de autores de diversas publicações sobre história da cidade do Rio de Janeiro.

**Márcia Vianna Gaspar** é bacharela e licenciada em História pela Uerj, onde cursou as disciplinas do mestrado em História e desenvolveu pesquisas sobre higiene e saúde pública na cidade do Rio de Janeiro. É também advogada e moradora há 34 anos de Vila Isabel, participante e conselheira de sua escola de samba.

**Maurício França Fabião** é sociólogo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uerj e trabalha no Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds). Desenvolve pesquisas para sua dissertação de mestrado sobre projetos sociais relacionados a jovens no Andaraí.

**Nahyda Franca** é pedagoga e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Trabalha no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) com projetos de educação ambiental. É uma das coordenadoras da Agenda Social Rio e também do projeto *Centro de Memória da Grande Tijuca*, desenvolvido no âmbito da Agenda, em associação com a Uerj e a Gestão Comunitária, e financiado pela Organização Holandesa para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento (Novib).